

VÂNIA VIEIRA LOPES

**DO MUNDO ERVATEIRO À FRENTE PIONEIRA:
contribuição à história de Caarapó (do início do século
XX até a década de 1960)**

DOURADOS-20

VÂNIA VIEIRA LOPES

**DO MUNDO ERVATEIRO À FRENTE PIONEIRA:
contribuição à história de Caarapó (do início do século
XX até a década de 1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com vistas à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz.

DOURADOS-2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L864m	<p>Lopes, Vânia Vieira</p> <p>Do mundo ervateiro à frente pioneira : contribuição à história de Caarapó (do início do século XX até a década de 1960). / Vânia Vieira Lopes. – Dourados, MS: UFGD, 2014. 128 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Companhia Mate Laranjeira. 2. Povoamento. 3. Caarapó. I. Título.</p> <p>CDD – 633.77</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

VÂNIA VIEIRA LOPES

**DO MUNDO ERVATEIRO À FRENTE PIONEIRA:
contribuição à história de Caarapó (do início do século XX até a
década de 1960)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH/UFGD

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. UFGD) _____

2º Examinador:

Cláudio Alves Vasconcelos (Dr. UFGD) _____

3º Examinador:

Angelo Aparecido Priori (Dr. UEM) _____

*A meus pais,
Ezaldo e Nair*

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho; assim, agradeço tanto àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Primeiramente, agradeço a Deus pela graça divina que é a vida. Por me dar forças, e permitir que alcançasse mais esse objetivo.

Agradeço em especial ao Prof. Drº Paulo Roberto Cimó Queiroz, pelas longas e esclarecedoras conversas, mesmo em meio às correrias de seus afazeres. Pela atenção e apoio em momentos de fragilidade. Por me acalmar nos momentos de aflição. Pelo dom de ensinar, de orientar meus passos no caminho da pesquisa. Enfim, um verdadeiro Mestre, que tive o privilégio de ter como orientador.

Aos colegas de pós-graduação, que compartilharam suas inquietudes e por vezes ouviram as minhas. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, pelos ensinamentos, e debates que contribuíram de maneira significativa para meu aprendizado.

A minha família pelo apoio e incentivo diante os percalços da pesquisa.

A Suély Helena Hamester pelas transcrições dos depoimentos com áudio em português, e ao professor Egídio Cariaga pelas transcrições dos depoimentos com áudio em guarani.

Ao professor Mário Duran Leitão e ao Sr. Artur Prado Marques, pelos depoimentos cedidos a mim.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso, e aos funcionários da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, pela atenção e receptividade no atendimento. Meu agradecimento também a Ivanir e ao Carlos, funcionários do Centro de Documentação Regional (UFGD), que sempre foram solícitos nas ocasiões que lá estive pesquisando, levantando e fotografando documentos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caarapó, pelos depoimentos cedidos, que contribuíram para a realização deste trabalho.

Devo agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram para que a pesquisa fosse realizada.

Dava pra contar às casas que tinha que era pouquinha pequena demais [...] era só mato mesmo! Brejo, água e serrado. Por que rua mesmo não tinha, era aqueles trilhos de bugre, que tinha naquele tempo [...] Só serrado.

Bráulio Benites

RESUMO

O antigo sul de Mato Grosso, com suas particularidades e a intensa predominância de fartos ervais nativos, foi palco de acirradas disputas entre a Companhia Mate Laranjeira, que deteve por mais de 60 anos o arrendamento de extensas áreas de extração ervateira, e posseiros que vieram a se instalar na região, acompanhando as chamadas frentes de expansão que para aí se deslocavam após o final da Guerra com o Paraguai. Neste contexto, ainda durante a Primeira República, surge o povoado que mais tarde veio a dar origem ao município de Caarapó. Mais tarde, especialmente na década de 1950, a mesma região foi palco de uma frente pioneira, marcada, entre outras coisas, pelo plantio de café e por projetos particulares de colonização. Deste modo, o principal objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de formação de Caarapó e as transformações econômicas e políticas ocorridas até a sua emancipação. As principais fontes utilizadas no trabalho foram as atas das sessões da Câmara de Dourados dos anos de 1950-63, bem como as atas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do ano de 1958 (ano da emancipação político-administrativa de Caarapó), além de edições do jornal *O Progresso*, depoimentos e obras memorialísticas. A documentação analisada permitiu vislumbrar o cenário vivido no início do século XX até a década de 60 do mesmo século, sendo possível perceber os interesses políticos e econômicos envolvidos no gradativo crescimento de Caarapó, interesses esses ora em prol da Companhia Mate Laranjeira, ora de colonizadores particulares, sempre tendo como plano de fundo a política mato-grossense.

PALAVRAS-CHAVE: Companhia Mate Laranjeira. Povoamento. Caarapó.

ABSTRACT

The old state of Mato Grosso do Sul, with its peculiarities and strong predominance of great and complete herbal native, was the scene of serious and fierce disputes between the Mate Laranjeira Company, which held for more than 60 years the rental of large areas of herb extractive, and the squatters who came to settle in that region, following the called expansion frontiers, that were moving to there after the end of Paraguay war. In this context, still during the First Republic, arises Caarapó village, which later became Caarapó city. Later on, especially in the 1950, the same region was the scene of a pioneer front, which was marked by the planting of coffee and private colonization projects. The main sources used in this research were the Dourados Municipal Council minutes of 1950-63 years, as well as the Mato Grosso's Legislative Assembly minutes, in the year 1958 (year of Caarapó's political-administrative emancipation) as well as the minutes of the Legislative Assembly of Mato Grosso in the year 1958 (year of political-administrative emancipation of Caarapó), besides the Progresso newspaper editions, testimonials and memorial articles. The documentation reviewed allowed to see clearly the scenario experienced in the early twentieth century until the 60 of the same century, it is possible to realize the political and economic interests wrapped in gradual growth of Caarapó, sometimes these interests in favor of the Mate Laranjeira Company at other times in favor of particular settlers, always with the background the Mato Grosso policy.

KEYWORDS: Mate Laranjeira Company.

Village.

Caarapó City.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização de Caarapó no estado de Mato Grosso do Sul	21
MAPA 2: Ocupação do sul de Mato Grosso do Sul.....	38
MAPA 3: Áreas indígenas Kaiowá Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul.....	50

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1: Casa de Campanário – década de 1920/30.....	46
FOTO 2: Escola de Campanário- década de 1930.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 : Produtores de erva-mate em Mato Grosso entre 1952 e 1963 e respectiva produção (em kg).....	88
TABELA 2: – Dados referentes ao Distrito de Caarapó em 1948.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS

CAND: Colônia Agrícola de Dourados

CEFF: Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira

INM: Instituto Nacional do Mate

SOMECO: Sociedade Melhoramentos e Colonização

SUMÁRIO

Lista de mapas.....	8
Lista de fotografias	8
Lista de tabelas.....	8
Lista de abreviaturas.....	8
Introdução.....	11
Capítulo 1	
SUL DO ANTIGO MATO GROSSO: HISTÓRIA E PROCESSO DE POVOAMENTO NÃO INDÍGENA.....	22
1.1 – As frentes de expansão e as frentes pioneiras do sul do antigo Mato Grosso.....	24
1.2 – A Companhia Mate Laranjeira e o mundo ervateiro sul-mato-grossense.....	29
1.3 – Desencontros: “Marcha para Oeste” e a Companhia Mate Laranjeira.....	39
1.4 – A questão indígena.....	47
Capítulo 2	
O MUNDO ERVATEIRO E O PERÍODO INICIAL DA FORMAÇÃO DE CAARAPÓ – DA DÉCADA DE 1920 AO FINAL DA DÉCADA DE 1940.....	51
2.1 – Conflitos entre a Companhia Mate Laranjeira e os “posseiros”	51
2.2 – Santa Luzia e Caarapó.....	55
2.3 – O caso de Nazário de León, “fundador de Caarapó”: os conflitos com a Companhia Mate Laranjeira e a construção da memória coletiva.....	60
2.4 – A história de Caarapó pela ótica dos seus “pioneiros”	66
2.4.1 – Comércio.....	68
2.4.2. – Curas, batismos e medicamentos.....	69
2.4.3. – Caarapó: os ervais e seus trabalhadores.....	70
Capítulo 3	
CAARAPÓ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960: FRENTES PIONEIRAS E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS.....	75
3.1. – Chegada das frentes pioneiras.....	75
3.2. – Derrubando (e também preservando) os ervais: novas possibilidades econômicas...	83
3.3. – O núcleo urbano de Caarapó: seu crescimento e a vitória sobre núcleos “rivais”	92
3.3.1. – Caarapó e Nova América.....	93
3.3.2. – Caarapó e Santa Luzia/Juti.....	97
3.4. – O município de Caarapó: do processo de sua criação até o início da década de 1960.....	102
3.4.1.– Caarapó como distrito do município de Dourados.....	102
3.4.2. – O processo de emancipação de Caarapó.....	105
3.4.3. – Emancipação, mas com percalços: as vicissitudes políticas no período entre 1959	

e meados da década de 1960.....	114
Considerações Finais.....	120
Bibliografia e fontes	122

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para o conhecimento da história do atual município sul-mato-grossense de Caarapó, analisando o processo que vai desde o surgimento do povoado até a sua emancipação político-administrativa em relação ao município de Dourados. Sendo assim, os principais aspectos trabalhados se direcionam à compreensão dos papéis econômico-sociais que as frentes de expansão e as frentes pioneiras desenvolveram na região. Além da acentuada e constante presença de interesses políticos na região, desde o início da formação do povoado de Caarapó.

O recorte temporal do trabalho dar-se-á do início do século XX à década de 1960. A escolha desse recorte temporal ocorreu em função de que, segundo as indicações disponíveis, foi nos primeiros anos do século XX que começou a tomar forma um povoamento não-indígena da região aqui considerada (GUILLEN, 1991; OLIVEIRA, 1988); já a década de 1960 tem sua importância pelo fato de serem os primeiros anos após a emancipação político-administrativa do município, ocorrida em dezembro de 1958.

O povoado de Caarapó, localidade situada no extremo sul de Mato Grosso, foi caracterizado pelo desenvolvimento lento e gradativo, intensificado a partir da década de 1950 com os incentivos advindos da frente pioneira. Neste sentido, a pesquisa em questão traz sua contribuição ao abordar o processo de povoamento não-indígena do atual município de Caarapó. Assim, serão abordadas as relações existentes entre a economia ervateira e o surgimento do povoado de Caarapó, tendo como objeto de análise o caso de Nazário de Leon, paraguaio que requereu terras no local onde se formaria o povoado de Caarapó, junto ao governo do Estado, e tinha como opositora a Companhia Mate Laranjeira.

Aspecto também a ser abordado são as relações políticas existentes no processo de formação dos vizinhos povoados de Santa Luzia (atual Juti) e Caarapó. Bem como o lento processo de desenvolvimento econômico de Caarapó, abordando aspectos do cotidiano como o uso de medicamentos naturais, aspectos religiosos e etc., com base na leitura das fontes orais. Por fim, atento também às frentes pioneiras da localidade, em especial a presença de Geremia Lunardelli e das colônias agrícolas (Café Porã), e não menos importante o processo de emancipação do município, onde estão presentes as disputas políticas locais, envolvendo lideranças locais e do município de Dourados, e também a disputa pela autoria do projeto de criação do município de Caarapó.

O interesse pela temática ocorreu no 3º ano do curso de graduação em História na UFGD, durante a disciplina de História Regional, que abordou as questões fronteiriças e o processo de povoamento do Sul de Mato Grosso, tendo sido acentuado durante o Curso de Bacharelado em História na mesma instituição, ao pesquisar a temática para o artigo de conclusão de curso. Sendo, na ocasião, um trabalho de natureza breve, não pude me deter com mais profundidade na temática. Outro fator que pesou e pesa na escolha do tema é o interesse de cunho pessoal, visto que sou natural do município de Caarapó e acredito ser imprescindível conhecer os processos envoltos na colonização do município.

Atualmente, são publicados inúmeros trabalhos dedicados a Mato Grosso do Sul, em especial a questão fronteiriça, tendo os mais diversos recortes. No entanto, a produção científica em relação à temática é escassa. Ao pesquisar sobre o povoamento de Caarapó, penso estar contribuindo para o preenchimento de mais uma lacuna na historiografia regional, assim como, estar despertando o interesse pela história desse município que pouco aparece evidenciado pelos que pesquisaram sobre a História Sul-Mato-Grossense.

Com relação ao objeto de estudo deste trabalho, é necessário fazer menção aos trabalhos que analisaram diretamente ou indiretamente o município de Caarapó, e trazem contribuições para a pesquisa, mesmo que em alguns casos abordem períodos anteriores ou posteriores ao objeto de estudo. Assim, destaco trabalhos como a monografia de graduação de Eduardo Bonfá (1994), intitulada *Breve histórico do surgimento do Distrito de Cristalina (1947-1960)*, que aborda o processo de surgimento e povoação do referido distrito, pertencente ao município de Caarapó. E também outro trabalho de Eduardo Bonfá, sua monografia de especialização (2004), sob o título *A posse de terras no distrito de Cristalina, município de Caarapó (décadas de 1940 a 1960)*, que aborda a questão da posse da terra por compra ou requerimento junto ao Estado, bem como, o surgimento do distrito, dando ênfase à presença da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) e de colonizadores particulares.

Sandra Rita de Souza (1998), com a sua monografia de especialização intitulada *A exploração madeireira em Caarapó: os trabalhadores das serrarias das décadas de 70 e 80*, traz uma análise sobre as relações trabalhistas nas serrarias no município de Caarapó, vale considerar que a autora parte de uma perspectiva marxista, dando ênfase ao capitalismo para tratar das relações econômicas sociais da localidade, quando se trata da formação das serrarias.

Joana Prado Medeiros (2001), e sua dissertação de mestrado com o título *O eldorado de Dourados: a Colônia dos Baianos e a Colônia Café Porã – 1950 a 1960*, onde a autora faz

a análise destas duas colônias, que no período de formação pertencem ao município de Dourados, e mais tarde passam a pertencer a Caarapó, após a sua emancipação. Neste trabalho a autora conta com o auxílio das fontes orais, entrevistas realizadas com as famílias fundadoras destas colônias, os Prado Marques e os Natsumeda.

Isabel Cristina Martins Guillen (1991), com sua dissertação de mestrado *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945)*, aborda a questão agrária no sul de Mato Grosso em fins do século XIX e início do XX. Neste sentido, Guillen nos apresenta os projetos políticos de ocupação, sendo uma a Companhia Mate Laranjeira e a outra a Marcha para o Oeste, durante o Estado Novo. Outro aspecto abordado pela autora é a luta pela terra no sul de Mato Grosso, e pontua que não foram somente os gaúchos que afrontaram a Companhia Mate Laranjeira, existiam também posseiros e os *changa-y* (elaboradores clandestinos de erva-mate). Estas lutas marcaram a história da região, seja pela formação de grupos de pessoas que se dedicavam ao contrabando da erva, ou pela luta judicial pelo reconhecimento de posse sobre a terra. Assim, Guillen aborda o caso de Nazário de León (tido como um dos pioneiros de Caarapó), que entrara em demanda de terras junto ao Estado, por um lote de terras onde se situava o povoado de Caarapó.

Serejo Martins (2008), em *Homenagens merecidas*, um livro comemorativo do cinquentenário de emancipação de Caarapó, lançado em 2008, traz um memorial descritivo das famílias que chegaram à localidade no começo do século XX, além de fazer uma relação dos *cidadãos ilustres* dentro do município, exaltando seus *grandes feitos*. O livro em questão é um levantamento de dados (pessoas, casas construídas, nascimentos em 1958, mortes e etc.) que, na visão do autor, são relevantes.

Rony Mayer Lomba (2011), com sua tese de doutorado *Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó-MS*, aborda, sob a perspectiva da Geografia, as relações socioeconômicas estabelecidas entre a cidade de Caarapó e os sítios/chácaras ao redor. O mesmo autor analisa como os modos de vida foram alterados a partir da recente industrialização, notada especificamente a partir das primeiras décadas do século XXI.

Por fim, temos a obra mais conhecida e utilizada, isto é, o livro de Ramão Vargas de Oliveira (1988), *Conhecendo Caarapó*, que traz uma leitura do povoamento de Caarapó, seus primeiros moradores, economia, os fatos memoráveis que pertencem à história da localidade. Destaco que a análise desta fonte será realizada mais à frente.

Para a discussão sobre o mundo ervateiro sul-mato-grossense, no qual se insere inicialmente a história de Caarapó, me vali como referências dos principais trabalhos que trataram desse assunto, sobretudo Guillen (1991), Arruda (1997), Jesus (2004) e Bianchini (2000). No que se refere à utilização dos depoimentos dos “pioneiros”, apoio-me nas considerações efetuadas, entre outros, por Verena Alberti (2005), Marieta de Moraes Ferreira (2006) e Pollak (1992). Para a discussão sobre frentes de expansão e frentes pioneiras, e especificamente sobre a *Marcha para Oeste*, fundamentei-me em autores como José de Souza Martins (2012), Foweraker (1982), e Benícia Oliveira (1999). Finalmente, para a discussão sobre a história política do município, procurei apoiar-me em autores que têm tratado da “nova história política”, René Remónd (2003) e Além (2011).

As discussões em torno da “nova história política” vêm ganhando espaço entre os pesquisadores a partir dos acontecimentos políticos ocorridos durante o século XX, acontecimentos esses, que chamaram a atenção para a autonomia política, diante dos demais componentes da realidade social, haja vista, a interação mútua existente entre os diversos setores da vida social e a política, esta última norteadora das relações dentro e fora do Estado. Tendo o Estado, por vezes, papel estruturador e organizador sobre as economias liberais, ajustando-as diante das crises econômicas, através de políticas públicas que visam a solução de desafios e problemas nas economias locais. “Se não há dúvida de que a pressão dos interesses organizados às vezes altera a condução dos negócios públicos, a recíproca não é menos verdadeira: a decisão política pode modificar o curso da economia para melhor e para pior” (REMÓND, 2003, p. 23). Entretanto, não se pode julgar o papel da política somente dentro do campo econômico. A política está inserida nas relações sociais do dia-a-dia, como nas discussões de uma associação de bairro; em entidades filantrópicas; ou no funcionamento de uma instituição escolar.

Neste sentido, a nova história política percorre o caminho da interdisciplinaridade, com novas possibilidades aos pesquisadores da política, “a pluridisciplinaridade é para ela [história política] como o ar que ela precisa para respirar” (ibidem, p.29). Assim, o contato com disciplinas como sociologia, direito público, psicologia social, antropologia, tem dado novas possibilidades de interpretações da velha “nova história política”, dentro do campo historiográfico. Assim, a nova história política, busca a valorização das questões que envolvam o poder por outras óticas, abordando deste modo, questões relacionadas a micropoderes, propagandas ideológicas e políticas, entre outras. No entanto, não é possível delimitar o que é político diante da totalidade social, é um campo ainda não delineado, onde a

história modifica constantemente suas fronteiras, inclui e absorve a esfera do privado ou dilata e inclui toda e qualquer realidade (REMÓND, 2003, p. 442).

As fontes encontram-se divididas em ordem de duas naturezas distintas, oficiais e não oficiais. As fontes oficiais são documentos emitidos pelo governo, ou por instituições oficiais e preservados em arquivos. Neste trabalho as fontes oficiais analisadas foram projetos de leis, fornecidos pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (o primeiro trata da criação do distrito de Caarapó e o segundo trata da data para as eleições dos municípios criados em 1958); as atas das sessões do mesmo órgão do ano de 1958 (ano de emancipação política-administrativa de Caarapó); atas da Câmara de Dourados, dos anos de 1950-1963 (relevantes para observar como as lideranças de Dourados se relacionavam e tratavam os assuntos referentes a Caarapó) e as atas da Câmara de Caarapó. Nas atas é possível observar as discussões políticas relacionadas a Caarapó, haja vista que Caarapó foi distrito e subprefeitura do município de Dourados, por um período de 10 anos.

Com relação às fontes documentais não oficiais, estas são mais amplas, uma vez que compõem aquelas produzidas pelas pessoas comuns, com ou sem intenções, não necessariamente produzidas por alguma instituição oficial, exemplo são os jornais não oficiais, os livros, as revistas, fotografias, cartas, áudios e etc. No caso, utilizo jornal *O Progresso*, de Dourados, com reportagens que abrangem em especial fins dos anos 40 até metade da década de 50, que tratam de aspectos relacionados à política local, avanços e retrocessos socioeconômicos.

Destaco a utilização das fontes orais, que permitem entender aspectos relacionados à memória coletiva ou individual. Não obstante, vale mencionar que a História Oral enquanto metodologia apenas dispõe os trabalhos, não sendo capaz de suprir todas as questões metodológicas envolvidas no trabalho da pesquisa, sendo importante uma análise mais cautelosa das “verdades” ditas. Mesmo com todas as ressalvas que precisam ser feitas com relação a esse tipo de fonte, os depoimentos aqui utilizados nos permitem vislumbrar o contexto urbano e socioeconômico de Caarapó. Esses depoimentos foram coletados pelo Professor Egídio Cariaga, que desenvolveu juntamente com a Professora Angélica Boschilia, durante o mandato do prefeito Guaracy Boschilia (1997-2000; 2001-2004), um projeto que buscava o “resgate” da história do município através de relatos orais dos antigos moradores, bem como, através de objetos antigos, em especial objetos e indumentárias dos ervateiros que trabalhavam na fazenda Campanário. Neste sentido, foram colocados, nas rotatórias urbanas

do município, alguns instrumentos utilizados na elaboração da erva-mate. De acordo com Egídio Cariaga, alguns depoimentos eram realizados em Guarani, uma vez que os principais antigos ervateiros eram e/ou são paraguaios ou descendentes, e muitos ainda conservam o hábito de falar em Guarani ou castelhano, e como o mesmo (Egídio Cariaga) também domina a língua Guarani, preferia coletar os depoimentos nessa língua ou em castelhano, para que os depoentes se sentissem mais à vontade. Todos esses depoimentos encontram-se depositados no Museu de Caarapó, à disposição dos pesquisadores. As entrevistas realizadas em Guarani ou castelhano foram transcritas pelo próprio Prof. Cariaga. Com relação às outras entrevistas realizadas por ele (áudio em português), estas foram transcritas por Suély Helena Hamester.

Há também duas entrevistas realizadas por mim, com o Senhor Mário Duran Leitão e o Senhor Artur Prado Marques. O primeiro, professor aposentado que lecionou em Caarapó na década de 70 e atuou como vice-prefeito por duas vezes; o segundo exerceu a função de vereador e prefeito do município. Estas entrevistas foram transcritas por mim mesma.

Com relação às fontes memorialísticas, destaco a obra de Ramão Vargas de Oliveira *Conhecendo Caarapó, Geo-história do Município*, publicada no ano de 1988. Este livro, com tendência a uma abordagem memorialista, deixa a desejar quanto à existência, por parte do autor, de um distanciamento ao tratar dos acontecimentos/fatos. Mesmo possuindo formação acadêmica em História (Licenciatura Plena), é perceptível na abordagem do autor uma história com ênfase nos fatos e nos personagens lembrados enquanto protagonistas da povoação de Caarapó. Contudo, tendo em vista a escassa produção científica em torno dessa temática, a leitura deste livro tornou-se de fundamental relevância. Abstenho-me quanto ao cunho extremamente memorialista do livro, todavia, não deixei de absorver as valiosas informações que esta obra me proporciona em relação ao meu objeto de pesquisa.

As fontes orais utilizadas neste trabalho terão como base a perspectiva socioeconômica, visando elucidar questionamentos relacionados aos aspectos do cotidiano; as relações de ordem financeira, especialmente relacionadas aos primeiros anos de surgimento do povoado de Caarapó; e questões políticas relacionadas à emancipação do município.

Um aspecto bem recorrente, quando se trabalha com fontes orais, é a sua ligação direta com a memória. Sabe-se que a memória é resultado de uma reconstrução psíquica, podendo sofrer alterações de acordo com o meio em que o depoente esteja inserido, ou seja, ela é subjetiva. Da mesma maneira, o ato de rememorar também é subjetivo, sendo uma criação constante por parte do depoente/entrevistado, reagindo de acordo com os fatores sociais do presente que estão agindo sobre ele, trazendo em seu discurso a sua *verdade*, a sua visão do

fato ocorrido, considerando o seu lugar ocupado no interior do grupo e as relações mantidas com outros meios sociais, ainda que encubra o que realmente aconteceu. Como Portelli destaca, “[...] fontes orais contam-nos o lado psicológico emocional do povo, quanto não só ao que fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (1997, p. 31); e mais: “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 4).

Além destes aspectos, é necessário que se faça a análise da entrevista, em sua forma escrita, observando os mesmos critérios de avaliação usados para as fontes comumente escritas. A partir da entrevista transcrita, é possível uma visualização e análise das entrevistas que compõem a pesquisa, permitindo identificar as distintas informações prestadas a respeito de determinado assunto, o que é quase impossível somente com as gravações. Ao fim, quanto a sua utilização deve-se ter em mente os cuidados quanto à fidelidade à entrevista, bem como, a ética ao fazer uso das mesmas. Conforme Alberti, “é necessário que todos os esforços se dirijam para a qualidade do trabalho produzido, o que significa ser fiel ao que foi gravado, cuidar da apresentação do material transcrito” (2005, p. 174).

No caso dos documentos administrativos, estes serão utilizados principalmente na investigação com relação às questões políticas relacionadas a Caarapó. Visto que é interesse desta pesquisa tentar descobrir os meandros do poder, as relações político-administrativas e as pessoais envolvidas no período em que Caarapó é distrito de Dourados e quais os discursos envoltos na busca de sua emancipação.

Com relação às matérias jornalísticas, foram observadas as discussões relacionadas à dimensão política e econômico-social da região, a exemplo das matérias relacionadas às questões da administração política, de infraestrutura e desenvolvimento da localidade, além de matérias relacionadas à dimensão física e geográfica.

A importância da tradição historiográfica, durante todo o século XIX e primeiras décadas do XX, incumbia ao jornal enquanto fonte, características como a subjetividade, deste modo, um falsificador da realidade, distorcendo as imagens do passado, uma vez que, “continham registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (DE LUCA, 2008, p.112). Sendo portanto, totalmente impróprio para ao ofício do historiador. Vale destacar, que durante este período a escrita historiográfica, era preconizada pela busca da verdade dos fatos, através dos documentos que deveriam ser marcados pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, e distanciamento

temporal no qual a pesquisa estivesse inserida, distanciamento aplicado também, ao historiador para com a pesquisa.

A partir das últimas décadas do século XX, com a renovação da escrita historiográfica, especialmente gerada a partir da terceira geração dos *Annales*, há uma amplitude dos objetos, problemas e abordagens, bem como, a renovação das fontes usadas, trazendo para a produção historiográfica uma ampliação das possibilidades de investigação. Outro ponto a ser considerado, foi o (re)surgimento da História Política e da História Cultural, que trouxeram renovações de abordagens e problemáticas, destacando a importância da imprensa escrita, agora considerada como fonte documental, “na medida em que enuncia discursos e expressões, como agente histórico que intervém nos processos e episódios” (Ibidem, p. 82).

Assim, não só o jornal como a imprensa escrita em geral, passa a ser observada como propensa fonte a ser utilizada, além de objeto de pesquisa histórica. Deste modo, a subjetividade tão criticada em outrora, é encarada, e passível de pesquisa dentro do contexto da produção historiográfica. Não obstante, as várias vertentes de pesquisa que a imprensa escrita oferece, tornam-se necessárias algumas ressalvas, recorrentemente enfatizadas no meio científico, que tratam de aspectos metodológicos norteadores com esse tipo de fonte. Neste sentido, alguns aspectos devem ser considerados. Um deles é a materialidade de jornais e revistas, é necessário analisar o corpo documental selecionado, suas atribuições e a relação existente com o meio em que esteja inserido. Qual a relação com a publicidade? Qual o público que visa atingir? Quais objetivos propostos?

Outro aspecto a ser considerado é a identificação do tipo de linguagem usada; escolha dos títulos, presença ou ausência de imagens, além de identificar o grupo responsável pela linha editorial, os colaboradores mais assíduos, bem como, as relações mantidas com os diferentes poderes e interesses financeiros. Não menos importante, a análise do material de acordo com a problemática escolhida (DE LUCA, 2008).

Desse modo, a utilização destas fontes permitirá vislumbrar o contexto de povoamento da região. Visto que cada fonte possui as suas peculiaridades e lacunas, sendo necessário o trabalho em conjunto com outras fontes. Como Jacques Le Goff destaca: “tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder” (2003, p. 553).

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Sul do antigo Mato Grosso: história e processo de povoamento não indígena*, de caráter mais bibliográfico, dedica-se à exposição, em linhas gerais, da história da região que constitui atualmente o estado de Mato Grosso do Sul. Será abordado, especialmente, o processo de povoamento não-indígena dessa região, abordando, igualmente, a presença indígena e os conflitos entre índios e não-índios. Será dada certa ênfase à economia ervateira estabelecida no extremo sul do atual Mato Grosso do Sul a partir de fins do século XIX, tendo em vista que é nesse contexto que se vai verificar o surgimento do futuro povoado de Caarapó. Será também abordado o tema da Marcha para Oeste e das frentes pioneiras que marcaram a região considerada na pesquisa.

O mundo ervateiro e o período inicial da formação de Caarapó – da década de 1920 ao final da década de 1940 é o título do segundo capítulo, que ainda aborda o mundo ervateiro, mas dando maior ênfase ao processo de chegada de povoadores não-índios à região do futuro município de Caarapó, bem como aos conflitos ocorridos entre esses novos povoadores e a referida Companhia Mate Laranjeira. Será feita uma análise especial sobre a presença de migrantes paraguaios, tendo em vista a forte presença desses migrantes na região pesquisada. Serão abordados os processos de formação dos povoados de Santa Luzia (atual Juti) e de Caarapó, discutindo-se inclusive as disputas políticas entre as lideranças dos dois povoados. Será analisado o lento e gradativo desenvolvimento econômico desses povoados, sobretudo Caarapó, no interior do mundo ervateiro, tendo como base eixos temáticos sugeridos pela leitura das fontes orais.

O terceiro e último capítulo, mais extenso que os demais, *Caarapó nas décadas de 1950 e 1960: frentes pioneiras e transformações políticas* aborda, por um lado, o impacto da chegada, à região estudada, das frentes pioneiras, envolvendo tanto a formação de colônias agrícolas (como foi o caso da Colônia de Café Porã e a Colônia dos Baianos), com o cultivo de café em grande escala, com destaque para as ações do então chamado “rei do café”, Geremia Lunardelli (que em meados dos anos 50 compra grande área de terra para o plantio desse produto, sendo uma parte destas terras vendidas a colonos oriundos do estado e de outras regiões do país). Ao mesmo tempo, buscarei tratar também da sobrevivência da economia ervateira nas décadas de 1950 e 1960. Será também abordado o crescimento urbano e a “sorte” de Caarapó, tendo em vista que seu crescimento “afugentou” o desenvolvimento socioeconômico de povoados que eram seus “concorrentes”, isto é, Juti e a vila de Nova América (hoje distrito de Caarapó). Abordarei igualmente o processo de emancipação do

distrito de Caarapó ate sua transformação em município, processo esse marcado por disputas políticas envolvendo lideranças locais e do município de Dourados, assim como, a intensa disputa pela autoria do projeto de criação do município de Caarapó.

Capítulo 1

SUL DO ANTIGO MATO GROSSO: HISTÓRIA E PROCESSO DE POVOAMENTO NÃO INDÍGENA

O povoamento não indígena do território da antiga Capitania de Mato Grosso ocorreu de forma lenta e gradativa. Cenário de disputas entre Portugal e Espanha durante o século XVI, esta região, localizada entre as fronteiras do Brasil-Paraguai/Bolívia, foi palco de disputas em que estavam em jogo interesses políticos, econômicos e territoriais, além da existência de conflitos culturais e étnicos, durante o processo de ocupação não-índia da região. A partir do século XVIII uma das poucas referências a esta parte do território brasileiro fazia-se em torno das jazidas de ouro, as ricas jazidas de ouro de aluvião em local correspondente à região do atual Cuiabá e Coxipó-Mirim, a partir daí inicia-se a efetiva ocupação da localidade.

Nas palavras de Queiroz (2003), a região possuía características próprias que tiveram influencia direta no seu processo de ocupação: a “vastidão territorial; situação fronteiriça; grande distância dos centros dirigentes brasileiros; precariedade das vias de comunicação [...]; população não-índia diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade” (p. 20).

Segundo Naglis (2007), tais características tornaram marcante o processo de ocupação da região:

No século XVIII a disputa entre lusitanos e espanhóis resultou em um embate político e diplomático, o que configurou a história de Mato Grosso do Sul ser ao mesmo tempo espanhola e portuguesa. A extração de ouro e concomitantemente com as monções a ocupação portuguesa nas terras então espanholas intensificou-se. Assim, o processo de migração para a região proporcionou a posse das terras em litígio definitivamente para a Coroa Portuguesa, após processos de acordos e tratados (p. 25-26).

Na parte sul da capitania, correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul, o povoamento não-indígena somente tomou maior impulso na primeira metade do século XIX, com a chegada de migrantes provenientes da região de Cuiabá e das províncias de Minas Gerais e São Paulo, que se dedicavam principalmente à pecuária, baseados em um modelo extensivo, com poucos recursos técnicos, o que garantia aos pecuaristas um baixo custo na

produção bovina. Tendo assim, a inserção no mercado econômico nacional, inicialmente centrado no sudeste brasileiro (QUEIROZ, 2008, p. 22).

Outra atividade econômica desenvolvida na região sul da capitania, foi a caça aos cervos, bem como, a extração de sal. A primeira, além de servir como alimento, também constituía uma excelente renda, visto a utilização das peles como matéria-prima de selas, arreios e utensílios de montaria. Com relação à extração do sal, ela era realizada nas salinas do Pantanal, na região de Bahia Negra, além da pequena salina localizada nas imediações do rio Aquidauana, que abastecia a região. E mais, a criação de equinos na região da Vacaria¹.

Quanto à agricultura, autores como Werneck Sodré (1941) e Salsa Correa (1999) concordam que a cultura agrícola foi rudimentar e precária na região sul de Mato Grosso, enquanto Almeida (1951) e Lucídio (1993) enfatizam que a agricultura nesta região foi extremamente importante, “uma economia que ia além da simples agricultura de subsistência, que representava o elemento capaz de prover o sustento orgânico das famílias, cujos excedentes poderiam ser comercializados”, além da presença do escambo entre os moradores. Assim, produzia-se milho, arroz, feijão, açúcar, rapadura, aguardente, algodão tecido e em rama, além da pecuária (QUEIROZ, 2008, p. 26-27). Para Queiroz, as observações de Sodré e Salsa Correa são as mais próximas à realidade do extremo sul do antigo Mato Grosso, enquanto as de Lucídio seriam parte da realidade apenas da região de Santana do Paranaíba, localizada a sudeste do antigo Mato Grosso, região com uma agricultura mais incrementada, que teve em sua localização uma das facilidades para o escoamento da produção agrícola e bovina, bem como, ao mercado de escambo. Sendo, no entanto, unanimidade a importância da pecuária dentre as atividades acima citadas (id., p. 28).

Um acontecimento ocorrido no século XIX também marca as mudanças no sul do antigo Mato Grosso: a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), que teve como desfecho a tomada de Assunção em 1869 e a reabertura da navegação do rio Paraguai, proporcionando assim um maior aproveitamento das riquezas, e a vinculação de Mato Grosso à região platina. E a partir do ano de 1873 começa o processo de demarcação da fronteira entre Mato Grosso e Paraguai. Iniciam-se as concessões de terras e com elas as novas frentes de povoamento, em

¹ “[...] *Vacaria* designava a porção sul do *Pantanal*, correspondente à região ‘que os espanhóis chamavam de Província Jesuítica do Itatim ou Campos de Xerez’. Tal nome derivava da existência, nessa área, de um numeroso rebanho bovino tornado selvagem, originado do gado abandonado pelos espanhóis na primeira metade do século XVII. Posteriormente, entretanto, e até os dias atuais, o nome *campos de Vacaria* passou a ser aplicado a uma extensa área de campos limpos existente no *planalto*, isto é, uma área que, com largura variável, acompanha a *cuesta* de Maracaju desde as cabeceiras do Apa até as proximidades da atual cidade de Campo Grande” (QUEIROZ, 2008, p. 20).

função dos fartos ervais do Sul do antigo Mato Grosso. A demarcação de terras levou ao arrendamento de grande parte da porção do sul do antigo Mato Grosso à Companhia Mate Laranjeira, que tinha especial interesse nos ervais desta região.

Importante esclarecer que no Brasil Colônia prevaleceram as concessões de sesmarias como forma legal. Esta forma de concessão foi mantida até a Independência. Posteriormente, até a aprovação a Lei de Terras de 1850, predominou a simples posse. Sendo que, durante o Império a concessão de terras devolutas ocorreu de forma centralizada. O contrário aconteceu com a instauração da República, onde coube a cada Estado elaborar sua própria legislação. A partir da Lei de Terras de 1850, e seu posterior regulamento de 1854, ficou reconhecido por meio destes documentos o direito sobre terras devolutas, mediante aquisição de título oneroso. Deste modo, grande parte das terras devolutas de Mato Grosso, de 1892 a 1930, passou para o domínio particular, considerando os seguintes mecanismos: regularização das concessões de sesmarias e legitimações das posses; concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros, e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares; arrendamento e aforamento para a indústria extrativa vegetal; contratos de compra e venda de terras devolutas (MORENO, 1993, p. 127).

No caso do extremo sul do antigo Mato Grosso, a grande concentração de terras devolutas do Estado, ficou nas “mãos” da Companhia Mate Laranjeira, que deteve durante anos o monopólio dos arrendamentos desta região, para a exploração da erva-mate. Essa atividade ervateira representou durante várias décadas, entre os séculos XIX e XX, uma importante atividade econômica, cuja produção tinha como destino, principalmente, o mercado consumidor argentino.

1.1 – AS FRENTES DE EXPANSÃO E AS FRENTES PIONEIRAS DO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO

Neste contexto, torna-se de suma relevância a exposição dos dois tipos de frentes: a de *expansão* e a *pioneira*, ou melhor, como ambas se relacionam e coexistem. Para tanto me pautarei na obra de José de Souza Martins (2012). Conforme aponta Martins, quando o assunto é a fronteira agrícola do Brasil, é comum a referência a duas concepções, a utilizada pelos geógrafos a partir de 1940, que ora utilizam *zona pioneira*, ora *frente pioneira*. E a dos antropólogos, que a partir de 1950 usavam o conceito de *frente de expansão* para se referir à deslocação populacional civilizada e com atrativos econômicos, tendo sido formulada

originalmente por Darcy Ribeiro; este conceito difere daquele de frente pioneira pelo fato de que:

Ela expressa [frente de expansão] a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 2012, p. 134).

No entanto, é necessário observar que em ambos os conceitos o que muda é o lugar social de onde se está falando, a realidade observada. Assim,

Não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente. Mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo (MARTINS, 2012, p. 135).

E,

A diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era de que quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada de capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. [...] Quando os antropólogos falavam originalmente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses (MARTINS, 2012, p. 137).

Não obstante a existência e/ou complementação destas concepções, coexistem as denominações da fronteira *demográfica* e a *econômica*. “Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica”. Logo, “entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista” (MARTINS, 2012, p. 138). Deste modo, podemos dizer que:

Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (id. ibidem).

De acordo com Mondardo e Goetttert (2007),

[...] a diversidade contraditória de pontos de vista denota a complexidade e as singularidades das frentes de expansão que compuseram o fenômeno historicamente. Nesse sentido, entendemos que a frente de expansão se refere ao espaço e tempo de conflito e alteridade, do conflito dos “civilizados” com os índios, e dos índios com os “civilizados”. No entanto, com esse deslocamento, entendemos que na frente de expansão houve também uma “interação” entre posseiros e índios, resultando em uma miscigenação, que redundou no caçara, caipira e no caboclo, por exemplo (p. 46).

No antigo sul de Mato Grosso, as frentes de expansão estão presentes desde as primeiras décadas do século XIX, quando essa região foi ocupada, como foi dito acima, por povoadores não-índios vindos da região de Cuiabá e das províncias vizinhas. Conforme será visto mais adiante, com maiores detalhes, esse processo de povoamento, isto é, de conquista e expropriação de territórios indígenas, continuou durante todo o restante do século e até o início do século XX. No extremo sul de Mato Grosso, especialmente depois de 1870 (final da guerra com o Paraguai), fizeram-se presentes migrantes provenientes das regiões sudeste e sul do Brasil, além de imigrantes paraguaios, sendo que a extração da erva-mate teve um importante papel na atração e fixação de novos povoadores.

Antes de adentrarmos a questão das frentes pioneiras no sul do antigo Mato Grosso, é necessário deixar clara a concepção de *fronteira pioneira*, para tanto usamos a definição de Joe Foweraker (1981):

A fronteira pioneira é um processo historicamente de ocupação de novas terras. [...] A fronteira não exprime toda e qualquer atividade econômica voltada para o mercado exterior, e sim atividade particular que integra as regiões inexploradas à economia nacional, sendo o processo impulsionado pelas forças e contradições desta economia (p. 31-32).

Em relação ao povoamento da fronteira, ele pode ser variável, tendo em alguns casos grande quantidade de fluxo migratório em determinado período, estando a terra “ocupada por pequenos fazendeiros empenhados numa produção agrícola regular” (cf. FOWERAKER, p. 33); este foi o caso do povoamento do sul de Mato Grosso, povoado, no século XX, em grande parte por paulistas, nordestinos e paranaenses acompanhando a frente pioneira para oeste. Tendo ela se expandido em resposta às demandas do mercado nacional e em função da acumulação.

Essa definição de fronteira pioneira é importante para entendermos a concepção de “espaços vazios”, lugar propenso às relações capitalistas, e conseqüentemente aberto para investimentos. Logo, os supostos espaços vazios negam a “existência” de populações indígenas e caboclas, e das sociedades locais que constituem a frente de expansão. As frentes se caracterizam por serem locais de atração populacional e, portanto, de contato de diferentes povos, etnias e culturas, onde diversos sujeitos se encontram/desencontram construindo e reconstruindo as relações políticas, econômicas e culturais (MONDARDO; GOETTERT, 2007, p. 48). Nas palavras de Martins (2012), “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” (p. 133).

Deste modo, a principal característica da frente pioneira é a iniciativa econômica: empresas imobiliárias, ferrovias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e comércio. Portanto, o grande marco da frente pioneira é a instauração da propriedade privada da terra (FOWERAKER, 1981). Em suma, a frente pioneira induz ao capitalismo, à busca de novos mercados e espaços, que buscam a modernização, instauração de máquinas e técnicas avançadas. Ao tempo em que se apresenta como um componente ideológico que prega levar a modernização às áreas antigas, atrasadas, mortas, para produzir uma nação do progresso, das grandes produções agrícolas, da riqueza e do enriquecimento rápido. Nesse sentido, Martins (2012) observa que:

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregavam esta concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (p. 135-136).

Neste contexto, encontra-se uma figura essencial: o “posseiro”. Segundo Foweraker existem dois tipos de posseiros, “um que ocupa a terra não para cultivá-la mas para vendê-la” e outro “que não quer vender a terra, mas cultivá-la” (1981, p. 45). No primeiro caso, a sua chegada à fronteira foi anterior à “frente pioneira”, é o chamado desbravador do mato, assim, quase que via de regra, após obter a posse da terra, venderá a outro camponês e assim sucessivamente. No segundo caso, este posseiro chegará mais tarde à fronteira, e preferencialmente comprará a terra/posse e se instalará.

É importante observar que, no caso da frente de expansão, trata-se de “uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista”, pois ela é “essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio”, onde o dinheiro está quase sempre ausente, “sendo mera referencia nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses (MARTINS, 2012, p. 137). Assim, a economia na frente de expansão baseia-se numa “economia do excedente, cujos sujeitos dedicam-se, principalmente, à produção própria para subsistência e, secundariamente, à troca do produto que pode ser obtido com fatores que excedam às suas necessidades de consumo” (MONDARDO; GOETTERT, 2007, p. 47).

Todavia, Martins (2012) ressalta que,

Isso não quer dizer, muito ao contrário, que o capital não estenda sobre o território da frente de expansão uma rede de relações comerciais para nelas integrar os produtos da indústria extrativa ou mesmo os produtos agrícolas, especialmente os que são típicos da subsistência regional, como a farinha de mandioca, o arroz, etc. Ou, até, estenda seus vínculos diretamente às populações indígenas acudadas, como têm feito as grandes empresas na extração de madeira e minérios nos últimos tempos. E isso não transforma nem os camponeses nem os índios em típicos operários de empresa capitalista. Isso não impede, também, que grandes empresas, dotadas de organização empresarial e técnica moderna e sofisticada, recorram à peonagem, isto é, a escravidão por dívida (2012, p. 155).

Enfim, segundo Martins, a frente de expansão, que “foi a forma característica de ocupação do território durante longo período”,

Começou a declinar com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão (2012, p. 151).

Em suma, tanto na frente de expansão quanto na frente pioneira temos a migração de indivíduos que se encontram e se desencontram, construindo e reconstruindo relações políticas, econômicas e culturais que desencadeiam processos com tensões a partir das sobreposições e/ou imposições de modo de ver e fazer a vida.

No que se refere à existência destes movimentos no Sul do antigo Mato Grosso, há um destaque a partir da Marcha para Oeste na década de 40.

Exemplo disso foi a iniciativa particular por meio de colonização de loteamentos, a exemplo dos grupos: BATA, SOMECO, Colonizadora Vera Cruz-Mato Grosso. No campo governamental, tem-se a CAND (Colônia Agrícola de Dourados), e vendas de terras devolutas realizadas pelo Estado:

O esgotamento da frente paulista e paranaense, além de sua maior valorização territorial, forçou a procura crescente das terras mato-grossenses. Além de uma penetração constante e espontânea, alguns capitais particulares e a iniciativa governamental comandariam a ocupação em determinadas áreas. Foi assim que surgiram a experiência colonizadora oficial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e os grandes loteamentos formados pela companhia Viação São Paulo -Mato Grosso, por Moura Andrade e pela Sociedade Melhoramentos e Colonização (SOMECO) [FIGUEIREDO, 1968, *apud* QUEIROZ, 2008, p. 59].

Um fator de contribuição na ocupação do Sul do antigo Mato Grosso foi a presença de recursos naturais como o Rio Paraná e seus afluentes, surgindo como alternativa para a territorialização do capital, o contrário do que ocorrera em outras regiões como Paraná e São Paulo, que tinham na estrada de ferro um importante aliado. E esta ocupação dar-se-á inicialmente pelos vales. Importante observar que o Rio Paraná e seus afluentes serviram de escoadouro para a produção de erva, no período de exploração da Cia. Mate, e posteriormente na exploração da madeira.

1.2 – A COMPANHIA MATE LARANJEIRA² E O MUNDO ERVATEIRO SUL-MATO-GROSSENSE

² Para maiores informações com relação as transformações estruturais da empresa, recomendo o artigo de autoria de Paulo Roberto Cimó Queiroz, sob o título *A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: Contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso*. Bem como a obra de Isabel Cristina Martins Guillen (1991) *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945)*.

Durante mais de cinquenta anos a Companhia Mate Laranjeira atuou no cenário do extremo sul do antigo Mato Grosso, obtendo o monopólio de arrendamentos de terras que possuíam ervais nativos dentro do Estado. De acordo com a historiografia regional, após a demarcação de terras da fronteira pós Guerra do Paraguai, Thomaz Laranjeira (fundador, mais tarde, da Companhia Mate Laranjeira), que participou da demarcação, onde trabalhou como abastecedor de víveres, teria estreitado seus laços de amizade junto a Rufino Enéas Galvão, futuro Barão de Maracaju e presidente da província de Mato Grosso, obtendo assim privilégios iniciais nas concessões de terras, privilégios estes que foram amontoando-se durante os anos posteriores, graças às suas boas relações políticas mantidas com as autoridades do Estado, bem como pela significativa lucratividade da extração de erva-mate. Odaléa da Conceição Deniz Bianchini, em seu livro intitulado: *A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*, traz à discussão o fato de que, por um lado, havia o interesse do Estado nos arrendamentos de terras devolutas, visto que a ele “deveriam ser pagas certas quantias, constantes de cláusulas contratuais previamente elaboradas”. Em suma, havia o interesse de ambos os lados, o Estado lucraria com os recursos advindos do arrendamento e a elite dominante com o “incremento da produção ervateira, que poderia propiciar copiosa renda para os cofres da província” (p. 86).

A primeira concessão à exploração de terras ervateiras do sul do antigo Mato Grosso, obtida por meio do Decreto Imperial nº 8799 de 1882, dada a Thomaz Larangeira, menciona na primeira cláusula a permissão para colher por 10 anos mate nos ervais que faziam limites entre Mato Grosso e o Paraguai, “no perímetro compreendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, [...] e pela linha que desses pontos fôr levada para o interior, na extensão de 40 kilometros”³ (apud BIANCHINI, 2000, p. 84). Importante observação é o fato de que “Thomaz Larangeira, apesar de ser o primeiro concessionário legal, não era o único a explorar os ervais daquela região”, como fica evidenciado pela própria cláusula VI do decreto citado; contudo, as boas relações políticas de Thomaz Larangeira lhe garantiam privilégios e permitiam que afastasse os concorrentes. Assim, “a exclusividade e a

³ As demais cláusulas tratavam do período da colheita, que deveria sofrer interstício de “dous annos”, bem como proibição de colher madeiras de lei para o comércio (II); proibição de caçar e pescar sem a respectiva licença da Municipalidade (III); comunicação por parte do concessionário ao Presidente da Província sobre os locais escolhidos, no ano, para colher erva-mate (IV); remessa obrigatória para o Museu Nacional de todos os espécimes vegetais, animais, fósseis ou não, artefatos indígenas antigos ou modernos, esqueletos, etc. que parecessem uteis à ciência (V); **permissão para outros moradores das terras concedidas para que também vivessem de colher mate** (VI); multa de 100 mil réis a 200 mil réis pela transgressão de qualquer cláusula (VII); e, por fim, a cassação do direito, caso o concessionário incorresse três vezes seguidas na cláusula VII, perdendo o direito a qualquer indenização, podendo contudo retirar, no prazo de um ano, a erva mate que teria colhido (VIII) (BIANCHINI, 2000, p. 84; destaques meus).

necessidade da concessão constituem-se nos marcos originários da dependência dessa atividade para o poder público e da estreita ligação entre empresários desta atividade e políticos governantes do período” (ARRUDA, 1997, p. 31).

É de interesse para o Estado arrendar as terras devolutas à Mate Laranjeira, primeiramente pelo fato de que, sendo uma empresa privada, era composta por diversos membros, inclusive pessoas das oligarquias dominantes mato-grossenses. Em segundo, a vantagem para o Estado representada pelas benfeitorias realizadas pela empresa. Em suma, independentemente das taxas/impostos pagos ao Estado, os principais interessados, as oligarquias, que também se faziam presentes na política de Mato Grosso, “colocavam o seu no bolso”, daí a pouca ou quase inexistente preocupação em relação aos pagamentos dos impostos, principalmente uma possível revisão de seus valores. Segundo Bianchini,

Se, por um lado, isso demonstra uma falta de recursos do Estado, por outro, oferecia a oportunidade de expansão da Companhia Matte Laranjeira, e que se traduz na expansão da fronteira econômica na medida em que esta, em troca, obtinha mais e mais terras, conforme inúmeros Decretos promulgados a seu favor (2000, p. 94).

A mesma autora traça um paralelo entre os papéis desempenhados pela Companhia e pelo Estado:

Se se pensar desta forma, e em escala ascendente, ou seja, concessão de vastos arrendamentos de terras, praticamente apenas a uma empresa, cabe uma parcela de responsabilidade não só ao Estado, como também ao Governo Central, pois era muito mais cômodo ver-se livre de amparar um Estado distante geograficamente e que mal poderia oferecer retorno aos cofres públicos, do que prover Mato Grosso de recursos financeiros. Assim, tais arrendamentos, e a respectiva produção ervateira, serviam ao Estado e ao Governo da República, afora naturalmente aos próprios interessados (BIANCHINI, 2000, p. 98).

Aspecto a ser considerado, nas prerrogativas da Companhia oferecidas pelo Estado de Mato Grosso, foi a “exclusividade” na exploração dos ervais. “A legalização da atividade de Laranjeira permitiu afastar os concorrentes, uma vez que não possuíam ‘a lei ao seu lado’. Sob qualquer ameaça, o concessionário legal poderia solicitar a proteção do Estado” (ARRUDA, 1997, p. 31-32). O que até então é apenas mais um benefício para a Mate, torna-

se “lei” dentro do Estado de Mato Grosso. Gilmar Arruda nos dá um exemplo ocorrido em fins do século XIX:

[...] no final da década de 80, uma concessão feita a um concorrente leva-o [Larangeira] a solicitar ajuda do presidente do Estado de Mato Grosso, o General Antonio Maria Coelho. Este anulou a concessão do concorrente e ordenou ao Comandante militar de Ponta Porã a expulsão dos intrusos, ou seja, utilizou o recurso da “coação legítima do Estado” (ARRUDA, 1997, p. 32).

Na verdade, esse tipo de poder ainda aparece, também em Ponta Porã, muitos anos depois, segundo informa o jornal *A Notícia* na edição de 26/11/1925. Em uma matéria que tratava dos arrendamentos de terras devolutas, menciona enorme subordinação do Estado perante a Mate, “[...] além dos prejuízos vultuosos que o Estado está soffrendo, em virtude do contracto feito, ainda os atributos que lhe são inherentes, como pessoa jurídica, deixam de ser exercidos [...] nos demais municípios”, e mais, comenta sobre o município de Ponta Porã:

No Estado, o município de Ponta Porã constitue um departamento sui generis, no qual quando se busca uma solução para qualquer assumpto de ordem collectiva e que se apresente diretamente ligado á ordem publica, á fazenda, á justiça, e, em geral, a qualquer ramo da administração publica, a primeira arguição que aparece, é a de saber se a Companhia Matte, sempre ciosa de sua intervenção, está inteirada do caso e se manifestou a respeito do mesmo, por esta ou por aquella forma. A figura do Estado, como entidade competente e que exerce preeminência para dar a solução merecida, dessa, não se cogita, porque para todos os efeitos, a jurisdição do Estado, no município é mais fraca do que da companhia (*A Notícia*, Ponta Porã, 26 nov. 1925).

Com relações fortalecidas junto ao Estado, e grande autonomia politico-administrativa dentro do estado de Mato Grosso, tornou-se comum a expressão “Estado dentro do Estado”, quando o assunto era a Companhia. Autores como Guillen (1991), Arruda (1997) e Bianchini (2000) são unânimes, quando se trata do poder exercido pela referida Companhia.

Monopolizou os arrendamentos dos terrenos devolutos onde existiam ervais nativos e provocou o esvaziamento da administração pública ao incorporar atividades que seriam funções públicas, como inerentes à iniciativa privada. Construiu estratégias de controle, em que sua mais íntima e disfarçada finalidade, objetivavam criar condições de domínio absoluto sobre os

trabalhadores e moradores da região dos ervais. Estabeleceu um “Estado dentro do Estado”, onde “tudo era da Matte” [...] (ARRUDA, 1997, p. 33).

Durante os cinquenta anos de seu domínio, a Companhia foi acusada de se constituir num Estado no Estado pois, além de ter uma renda maior do que a de Mato Grosso, tinha plenos poderes na região onde se instalara (GUILLEN, 1991, p. 52).

À medida que a Mate expandia seus arrendamentos e conseqüentemente seu poder político, a cobrança por parte do Estado tornava-se maior no sentido de aumentar a produção. Para a Companhia, a cobrança do Estado para a ampliação da produção revertia em mais terras arrendadas, nutrindo sua “fome de terras”, no dizer de Bianchini, ao tempo em que agradava aos interesses do Estado. Para se ter uma ideia do “toma lá, dá cá”, a Companhia, ao ser cobrada pelo Estado para que aumentasse sua produção na zona do Rio Paraná, alega a sua impossibilidade devido à distância dos portos. Em resposta o Estado, através do Decreto nº 232, de 1909, não só cede à Companhia o direito de usar “o porto aberto no [rio] Iguatemy, além do Ipehum e Porto Murtinho, e uma área de 3.660 hectares destinada ao seu povoamento”. Entretanto, mais uma vez a Mate deveria fazer a vez de “Estado”, ao arcar com todas as despesas, desde a “abertura de estradas, picadas, construção de pontes, tanto dentro do Estado como em território do Paraná”. Ao fim, o que se vê é a transferência de responsabilidades por parte do Estado (público) à Companhia (privado), “numa clara inversão dos negócios públicos, o que se atribui principalmente a dois fatores, dificuldades financeiras e favorecimento explícito” (BIANCHINI, 2000, p. 99-100).

Ao aumentar sua influência política, a Companhia passa a atuar como lei, uma autoridade, que poderia permitir ou não a instalação de “estranhos” na região ervateira. Ela passa a exercer o papel de polícia e Estado ao mesmo tempo. Torna-se comum nas cláusulas de arrendamento que a Companhia teria de cuidar dos ervais, conservando-os da melhor maneira, “não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem a sua autorização”, e ainda somado a estes novos papéis sociais a Mate “arremata o direito de arrecadação dos impostos de exportação de erva em todo o Estado de Mato Grosso” (ARRUDA, 1997, p. 35).

No entanto, por mais que a Mate detivesse o poder sobre as terras ervateiras e fizesse às vezes de polícia, monitorando a entrada e saída de “estranhos” na região, em fins do XIX e início do século XX, começa a ser questionada a validade do monopólio, bem como seus benefícios para a região ervateira.

O fato é que chegavam continuamente à região novos migrantes, os quais dedicaram-se também à produção da erva-mate, além da criação de gado, e construíram um “universo paralelo” à Companhia Mate, muitos deles, assim como ela, vinculados ao mercado platino:

[Após 1870] continuaram a chegar numerosos migrantes brasileiros, vindos das províncias vizinhas (Minas Gerais, São Paulo, Paraná) e também do Rio Grande do Sul (sendo que essa migração de gaúchos, como se sabe, teria um notável incremento na década de 1890, em decorrência da Revolução Federalista). Tais migrantes dedicavam-se, como seus antecessores, à agricultura de subsistência e à pecuária bovina, sendo que, na região ervateira, não se furtavam também à elaboração de erva-mate, tanto para consumo próprio como para comércio (QUEIROZ, 2008, p. 44).

É comum a presença principalmente de imigrantes gaúchos, “eles ficavam circulando na fronteira, sem poderem se estabelecer nas terras devolutas arrendadas, criando um ambiente tenso” (GUILLEN, 1991, p. 52). Mas é importante destacar que dentre os imigrantes encontravam-se os paraguaios, que transitavam entre a fronteira paraguaia e a brasileira, “de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ, 2008, p. 58). Para Wilcox (2008), a imigração paraguaia estava relacionada essencialmente com o final da Guerra da Tríplice Aliança, de onde o Paraguai saiu totalmente esfacelado e na miséria, assim, essa transitoriedade e conseqüente migração são explicadas pela opção econômica: o trabalho nos ervais do sul de Mato Grosso.

Nesse contexto, como observa um autor,

[...] desde princípios do século XX, o virtual monopólio exercido pela Companhia Mate sobre os ervais começou a desgastar-se, sob a pressão dos migrantes recém-chegados à região e de parcela da elite dirigente mato-grossense. Um importante marco, a esse respeito, foi uma lei estadual que, em 1915, veio garantir aos posseiros estabelecidos na região dos ervais, na área das antigas concessões da Companhia, a “preferência para aquisição” dos respectivos terrenos, de tal modo que, entre 1919 e 1924, o Estado expediu cerca de 350 títulos de propriedade de lotes situados na região ervateira [...]. Assim, embora o poderio da empresa ainda continuasse muito grande, ficava legalizada a atividade dos produtores ervateiros independentes (QUEIROZ, 2008, p. 61-62).

Ao longo das décadas seguintes, portanto, muitos ex-posseiros puderam adquirir suas próprias glebas e produzirem legalmente sua erva. Durante o governo Vargas, esses

produtores foram fortalecidos com a criação do Instituto Nacional do Mate e o estímulo à formação de cooperativas (FERNANDES, 2012).

Com relação à mão-de-obra e recrutamento dos trabalhadores dos ervais, autores como Arruda (1997), Guillen (1991), Bianchini (2000), Wilcox (2008), são unânimes em afirmar que grande parcela dos trabalhadores dos ervais era constituída de paraguaios ou descendentes. “Eram na quase totalidade de origem paraguaia, contratados nas localidades fronteiriças com o Brasil ou mesmo em Ponta Porã” (ARRUDA, 1997, p. 101). “Os paraguaios eram a principal força de trabalho, sendo recrutados [...] entre os desempregados das pequenas povoações do Paraguai central” (WILCOX, 2008, p. 30). “O trabalhador empregado nos ervais era, em sua grande maioria, o paraguaio, descendente do guarani, recrutado em toda a região” (GUILLEN, 1991, p.190). Os mesmos autores desenvolvem, em suas respectivas obras, análises sistemáticas do agenciamento dos trabalhadores e da realidade vivida nos centros de extração da erva-mate.

O agenciamento do trabalhador do erval ocorria por meio do conchavador, indivíduo especializado que recebia por número de trabalhadores conchavados, ou seja, por trabalhadores contratados. Assim, “o conchavo envolvia uma estratégia de sedução do trabalhador, para que ele aceitasse o contrato” (ARRUDA, 1997, p. 102). Sendo que, “num primeiro momento, o trabalhador não se oferece para trabalhar nos ervais, mas é seduzido pelo conchavador” (GUILLEN, 1991, p. 192). O recrutamento do trabalhador acontecia, em geral, nos bailes ou prostíbulos, aonde era apresentado um mundo belo, com inúmeras oportunidades de se fazer fortuna, sempre regados de bebidas, mulheres e muita festa. E para finalizar a sedução ofertava-se o adianto ou *anticipo*, usado para convencer o trabalhador, um forte mecanismo de manutenção nos ervais.

Depois de se divertirem a valer, de beber, de dançar até alta madrugada, num dado momento a música pára, as mulheres somem... Aí aparece o dono da espelunca com a conta. Não há dinheiro para pagar, surgem os tarrachis⁴. Ou paga ou vai para o xadrez. Nisso aparece o aconchavador, se oferecendo para resolver o problema. Mas tem uma condição. Assinam um contrato de trabalho para trabalhar no erval e tudo será resolvido. Assinado o contrato, pagas as despesas, o transporte será em carretas, ou mesmo a pé, tudo acertado com promessas mil. E depois?... Uma ida sem volta à escravidão e ao inferno (GOMES, 1986, p. 399-400).

⁴ Polícia paraguaia. Segundo Arruda (1997, p. 102), cabia ao chefe de polícia organizar e convidar os moradores, distribuindo bebidas, bem como, convidar os trabalhadores para os ervais.

Arruda (1997) observa que o papel da polícia, era de fundamental importância caso algum trabalhador desistisse, e sendo preciso, usariam a autoridade do cargo.

Pela manhã, após o baile, o que era alegria e festa, tornava-se uma dura realidade: o comissionário [polícia] tornava-se enérgico, duro, autoritário, uma vez contratado o pessoal. Este era tratado com aspereza, era posto em fila e lá seguia, estrada fóra, rumo Norte (PUIGGARI, 1933, p. 27, *apud* ARRUDA, 1997, p. 102).

E,

[...] Logo no embarque eram todos desarmados e entrava em vigor um código ou postura que dominava as relações de trabalho nos ervais em toda a região do Alto Paraná, sul de Mato Grosso e Paraguai. Esse código não escrito, mas que tinha força de lei, e era aplicado pelos capatazes, incluía a proibição de livre trânsito pelos ervais (obrigatoriedade de portar um passe ou *permiso*), os castigos corporais aos trabalhadores por questões que iam de uma briga ao furto e o assassinato e punição exemplar para quem se revoltasse ou fugisse (GUILLEN, 1991, p. 198).

E quando o trabalhador chegava ao erval, já endividado, era obrigado a “adquirir gêneros de primeira necessidade e os instrumentos de trabalho nos armazéns da Companhia, que majorava os preços, entrando o trabalhador num círculo vicioso que caracteriza a escravidão por dívida”. Destacando-se que seu salário nunca era superior às contas por ele em débito com o patrão, “as condições de trabalho e consequentes ganhos salariais não coincidiam com os descritos pelo conchavador” (GUILLEN, 1991, p. 193).

[...] o trabalho a que foram submetidos, carregando às costas os pesados *raídos* de erva-mate, igualava-os a verdadeiras bestas de carga. Além disso, os castigos a que eram submetidos, pouco se diferenciavam dos aplicados aos escravos. Todavia, “suavizava” a prisão na qual viviam os bailecitos e certas festas e feriados regionais, aos quais só iriam se saldasse as dívidas. [...] pode-se afirmar que os trabalhadores dos ervais viveram sob o regime de servidão por dívida (BIANCHINI, 2000, p. 205).

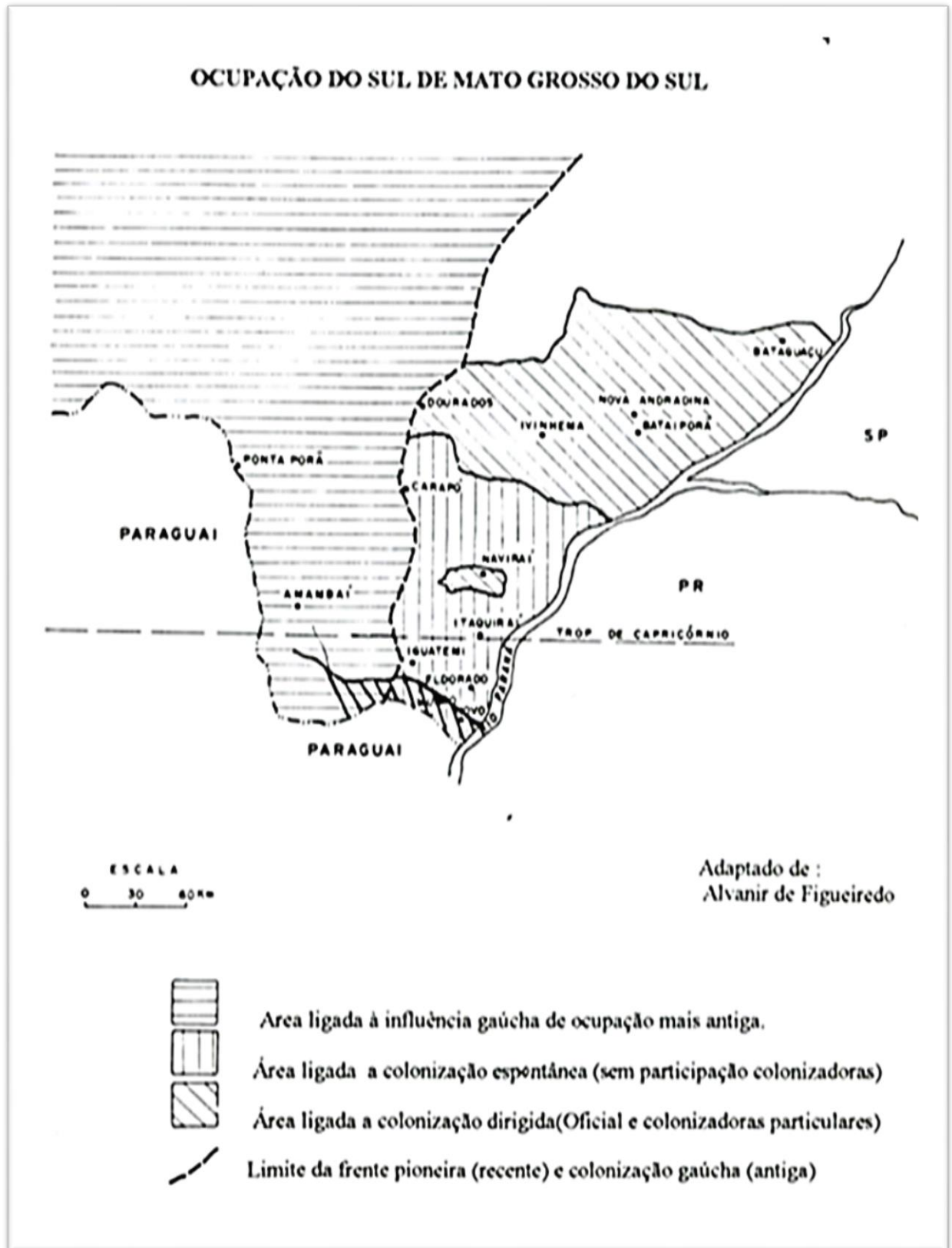
Juntamente com as condições de trabalho, e ganhos irrisórios para sanar as dívidas, contraídas já no ato do recrutamento, funcionava uma estrutura administrativa que visava a dependência do trabalhador. Uma delas, mencionada por Bianchini (2000) e Arruda (1997),

consistia no “arroba-carem”⁵, muito comum nos ervais brasileiros, atividade fraudulenta que colocava totalmente em desvantagem o trabalhador, em comparação ao seu ganho, 2 quilos, e a sua perda, 8 quilos. Fora essa desvantagem com relação ao peso, poder-se-ia correr o risco de os pesos serem “viciados”, fazendo com que os trabalhadores aumentassem a produção para atingir o equitativo. Muitos deles, que estavam em condições físicas boas, e mais endividados, faziam o “juruacuá”, isto é, uma segunda viagem aos ervais na parte da tarde (BIANCHINI, 2000, p. 189).

Nesta tentativa de liquidar as dívidas, as mulheres e crianças (filhas) serviam como excelente moeda de troca, barganha, entre os trabalhadores dos ervais. “Muitas vezes um mineiro, tendo um débito alto com o rancho e sem condições de pagá-lo, para abandonar o trabalho utilizava sua mulher como pagamento” (ARRUDA, 1997, p. 106). “Para os livros de contas do erval [uma mulher] podia valer quase duzentos pesos (em moeda paraguaia) se passada de um homem para outro. Negócio que se fazia com frequência, ali e além” (BIANCHINI, 2000, p. 191).

⁵ “Se o peso do **raído*** é dez arrobas e mais oito quilos o **mineiro**** recebe o valor de onze arrobas, mas se o fardo da erva passar algumas gramas menos de oito terá de entregar o fardo pelas dez arrobas” (grifos meus; GOMES, 1986, p.400). *Raído: carga de folha de erva que o mineiro traz nas costas. **Mineiro, ou *mineiro*: trabalhador do erval.

Mapa 2: Ocupação do sul de Mato Grosso do Sul.



Fonte: FABRINI, 1994, p. 162.

1.3 – DESENCONTROS: “MARCHA PARA OESTE” E A COMPANHIA MATE LARANJEIRA

Durante o Estado Novo, a política de nacionalização das fronteiras brasileiras, implantada por Vargas, conhecida como “Marcha para Oeste”, ganha uma conotação de cunho centralizador e nacionalista, observada e representada em ações estratégicas como a instituição do Território Federal de Ponta Porã, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), do Instituto Nacional do Mate (INM) e da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF).

Fundada em 1946 [sic], a Colônia Agrícola efetivamente nasceu da luta pela terra, contra os arrendamentos da Matte Laranjeira. Canalizando antigas aspirações de fracionar os ervais em pequenas propriedades e impulsionar o desenvolvimento da região pelo adensamento populacional, a criação da Colônia pode ser entendida como o resultado de uma política governamental para controlar o poder da Matte Laranjeira e dirimir o conflito pela terra acirrado desde os anos 30 (GUILLEN, 1999, p. 164).

Assim, objetivava-se conter a expansão de terras por grandes latifundiários, bem como amenizar a luta pela terra no interior do Brasil. Tais medidas, que se traduziam no ideário da famosa “Marcha para Oeste”, atingiram as pretensões da Matte, que economicamente já vinha acusando o golpe da diminuição das exportações da erva-mate mato-grossense para a Argentina, seu principal mercado consumidor, condição que seria posteriormente determinante no derradeiro declínio e esgotamento da economia ervateira na região (ALBANEZ, 2003). Assim, segundo Lenharo, a

[...] construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão, visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva encontram-se vedados (*apud* GUILLEN, 1991, p. 74).

A política de nacionalização das fronteiras, desenvolvida pelo governo Vargas, se justifica na afirmativa de que a região Sul do antigo Mato Grosso não estava integrada ao resto do país. Isso porque coexistia na região a língua Guarani, entre os índios, paraguaios, e grande número de brasileiros. Outro fator foi a ausência de circulação da moeda brasileira, em face das moedas paraguaia e argentina, usadas nas transações comerciais, bem como o predomínio de grandes empresas que arregimentavam grandes latifúndios (essas outras

empresas situavam-se, principalmente, na região da fronteira com a Bolívia, pois no extremo sul do estado a única grande empresa era a Mate Laranjeira). Entretanto, a argumentação mais forte é em relação à presença estrangeira: sendo a região brasileira “somente no nome”, seria preciso, pois, nacionalizar a fronteira, moldando os costumes nacionais (GUILLEN, 1991, p. 75).

No tocante às fronteiras com o Paraguai, sobretudo no extremo sul do SMT [antigo sul de Mato Grosso], as preocupações dos dirigentes [brasileiros] pareciam mais agudas, haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani. Além disso, importantes setores do Estado varguista identificavam, na forte presença da Companhia Mate Laranjeira (que mantinha, ademais, fortes vínculos com a economia argentina), um empecilho ao incremento do povoamento da região por contingentes nacionais (QUEIROZ, 2008, p. 58).

Gilmar Arruda destaca que conquistar a brasilidade, nacionalizando as fronteiras, significava conquistar os ditos “espaços vazios”, existentes no interior do Brasil, onde a nação se apoiaria, numa unidade étnico-cultural, a unidade econômica e política: “a Marcha teria de integrar aquela região e sua população na história da nação brasileira, deveria discipliná-los e nacionalizá-los” (1997, p. 19). Vista a necessidade de nacionalizar a fronteira, era tida como imprescindível uma política educacional mais abrangente, com escolas que ensinassem o português e incentivassem a civilidade; uma maior fiscalização quanto ao comércio na fronteira; a extinção do latifúndio e a colonização da região (GUILLEN, 1991, p. 75-76). Contudo, é necessário ressaltar que eram quase inexistentes os “espaços vazios”. O que ocorria em sua maioria era a presença de grandes empresas, como a Mate, grandes proprietários de terras e indígenas:

Na verdade, os espaços não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia. Matte Laranjeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo de ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão – vem atestar, no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira (LENHARO, 1985, *apud* GUILLEN, 1991, p. 19-20).

Desse modo, o grande entrave à política de nacionalização da fronteira, no extremo sul do antigo Mato Grosso, se resume à presença da Companhia Mate Laranjeira, que detinha grandes áreas de arrendamento na região. Segundo Guillen,

[...] a Companhia Matte Laranjeira foi apresentada como inimiga do projeto de colonização e nacionalização da fronteira, na medida em que obstaculizava o avanço da Marcha. Detendo as melhores terras através de arrendamento, trabalhando na desnacionalização da fronteira, empregando estrangeiros nos altos postos administrativos, controlando a navegação do Alto Paraná e principais vias de transporte na região, a crítica à Companhia pode ser resumida em uma única assertiva: constituía-se num Estado no Estado (1991, p. 76).

A Companhia, por sua vez, tentara de todas as formas adaptar-se à política de nacionalização, bem como, associar à sua imagem a de uma empresa que trouxera o desenvolvimento, com qualidade de vida e progresso. A tática era representar o progresso e o desenvolvimento que o Estado deveria alcançar. Pensando nisso, e em resposta a um dos critérios impostos pela Marcha: *A Lei de Nacionalização da mão-de-obra*, tratou de contratar trabalhadores brasileiros, estes vindos principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, vários trabalhadores não se adaptaram ao tipo de trabalho e grande parte deles se recusaram a trabalhar nos ervais:

[...] Nem todos quiseram, porém, sujeitar-se ao mister de abrir estradas e ao árduo serviço da elaboração da herva, que demanda não só uma resistência física, como, também, uma certa prática [...] É que na maioria, os homens que o Ministério enviou não estavam habituados [...] à disciplina dominante nas grandes organizações industriais [...] A um bom número de enviados repugnou, além do trabalho áspero, a disciplina reinante e, principalmente, um detalhe: o domínio da lei seca (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1932, apud ARRUDA, 1997, p. 20).

Segundo Arruda, a recusa ao trabalho nos ervais revela dois aspectos: a condição subumana de trabalho em que se encontravam os trabalhadores paraguaios; e de outro lado, o fato da grande maioria dos trabalhadores brasileiros não se adaptar ao tipo de trabalho imposto nos ervais arrendados pela Companhia, fato esse, que propicia à Companhia uma justificativa para a continuação da contratação de trabalhadores paraguaios, que apresentavam um custo mais baixo. “A nacionalização dos trabalhadores poderia ser considerada secundária em função da colaboração maior prestada pela empresa, que através da sua ação ‘nacionalizava a fronteira’”(1997, p. 21).

Essa suposta nacionalização da fronteira por parte da Mate era sempre ligada à imagem de uma empresa que trouxera para a região a modernidade e o progresso. A Mate usava a valorização das construções materiais, estradas, portos e cidades, para passar a ideia de benefício para Mato Grosso e o Brasil. Sendo sempre seu intuito servir ao Brasil, utilizando a imagem de brasileiros do Brasil Novo. Importante mencionar que a ideia a ser passada, era a de traduzir o verdadeiro espírito da Marcha, a *colonização*.

Uma arma extremamente valiosa, para a Mate, era a imprensa, onde a imagem difundida pelo meio de comunicação é de “civilizadora do sertão”, recebendo a denominação de “novos bandeirantes” do sul do antigo Mato Grosso:

Os novos bandeirantes do sul de Mato Grosso e do Alto Paraná e seus afluentes da margem direita, são os pioneiros da Mate Laranjeira. Tudo aquilo foi desbravado, conquistado e povoado pela ousadia destas bandeiras. A Matte Laranjeira integrou no Brasil milhares de quilômetros quadrados que nós não os possuíamos, porque não os dominávamos com o nosso suor, o nosso sangue e a nossa inteligência. [...] Na zona em que se encontra a Mate Laranjeira faz tudo e a tudo deve prover. A vida do homem civilizado não existia nestas paragens. Ela data de seu aparecimento. O que ali preexistia eram os índios e o paraguaio [...] uma força civil de ocupação [...] fazendo palpitar o coração do trabalho onde outrora o que existia era deserto. [...] ela abriu a selva, até então escassamente povoada pelo índio e o paraguaio, ao progresso, à civilização (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 4 out. 1941, *apud* GUILLEN, 1991, p. 17).

Uma força bandeirante a serviço da Pátria nova. Essa importantíssima instituição industrial está realizando com pleno sucesso a obra maravilhosa de integrar à vida, à civilização, ao organismo econômico do Brasil a enorme zona fronteira [...] foi realmente uma epopéia de bandeirante [...] incorporando à comunhão nacional imensas extensões de terra, que até então eram brasileiras nas cartas geográficas e nos documentos diplomáticos, mas que ainda não haviam recebido o influxo da civilização pátria. [...] O notável creador do colosso que é hoje a Matte Laranjeira foi também, com toda a extensão da palavra, um colonizador da nacionalidade em formação (*jornal Mundo Novo*, 1º maio 1932, *apud* ARRUDA, 1997, p. 25).

Outro aspecto que merece destaque é o fato da construção de duas “cidades”, mantidas pela Mate. Campanário e Guaíra⁶ eram tidas como sinônimas de desenvolvimento, prosperidade, modernidade da colonização da Companhia, possuíam água encanada, esgoto, luz elétrica, boas casas, além de edifícios da administração, padaria, açougue e matadouro,

⁶ Campanário localizava-se a 30 km da atual cidade de Caarapó, e Guaíra localizava-se no oeste paranaense, divisa com o antigo sul de Mato Grosso. As duas “cidades” mantidas pela Cia Mate Laranjeira serviam de entreposto de recebimento e distribuição da erva-mate colhida, ou seja, não havia a produção da erva, somente a organização para futura distribuição. Campanário era a sede operacional da empresa em todo o então sul de Mato Grosso.

curtume, além de hospital, escola, farmácia, cemitério, hotel ou hospedaria. Campanário e Guaíra são uma demonstração visível de poder, de riqueza e dominação, elas são acima de tudo, a exibição de um poder de classe. Estas duas “cidades” fazem parte do ideal de progresso que a Companhia Mate buscava apresentar ao antigo sul de Mato Grosso, cidades erguidas e mantidas pela Companhia, atestam principalmente “a ocupação do sertão dito vazio. Signos da modernidade incrustada no sertão, as cidades visam imprimir a imagem de um mundo novo. [...] atestam o que Mato Grosso poderia vir a ser” (GUILLEN, 1991, p. 99). Vale destacar que tanto em Campanário quanto Guaíra “não se produzia erva mate. Seus trabalhadores cuidavam da organização da produção” (ARRUDA, 1997, p. 97). Segundo Guillen, “Guaíra causa impacto de imediato. As dificuldades de acesso à região paranaense, em contraposição à estrada de ferro e a cidade provocam a admiração” (p. 100), “contava com o mais aparelhado porto do Alto Paraná e com uma estrada de ferro que contornava os saltos de Sete Quedas e a ligava ao Baixo Paraná em Porto Mendes (p. 102). Ainda de acordo com Guillen, Campanário “era servida por estradas de rodagem que a ligavam a Ponta Porã, a Porto Felicidade e, na década de 30, a Porto D. Carlos, de onde se seguia para Guaíra” (p. 102), sendo considerada a “menina dos olhos” perante a Companhia, preferida para atestar a imagem de “monumento ao progresso e à civilização que a Companhia implantou no sertão de Mato Grosso” (p. 101).

Campanário é uma verdadeira surpresa para os seus viajantes, um padrão de progresso e civilização erguido em pleno seio da natureza agreste, a documentar a inteligência e a operosidade humanas orientadas na conquista de um ideal que, embora nascido à sombra de interesses a defender no desenvolvimento mercantil de uma empresa particular, nem por isso deixa de atuar no benefício público, sobremaneira contribuindo para o crédito e prosperidade da região onde essa conquista se realizou (*De Matto Grosso*, n. 1, p. 10-12, jun. 1930, *apud* GUILLEN, 1991, p. 101-102).

Trata-se de um cenário privilegiado de trabalho. Ali nada repontou de uma simples improvisação como soe acontecer na vida sertaneja. As ruas surgiram sob o traçado rigorosamente técnico de engenheiro e todas as condições de higiene, de conforto e de sanidade ali se encontram a velar pelo progresso de uma cidade que pode servir de estalão a qualquer urbe moderna que se pretenda erigir em nosso país (*A República*, set. 1941, *apud* GUILLEN, 1991, p. 102).

Ressalta-se que esta “beleza”, tão ordenada e modernizada, eram espaços amplos que permitiam uma maior vigilância e fluxo contínuo de pessoas e mercadorias, bem como, atestam o poderio da Mate, completando-os mutuamente no sentido da disciplinação do

trabalho, ordem, espaço doméstico e em especial do modo de vida dos trabalhadores, implicando nas concepções de tempo útil, culturas (GUILLEN, 1991).

[...] a vida aqui tem um ar pausado e metódico que impressiona. Tudo está dividido, tem horário e é ordenado por campainhas e apitos. Pela madrugada, 4 horas no verão, 5 no inverno, um badalar imperioso de sineta arranca dos casebres de madeira [...] as turmas para a tarefa. Começa o trabalho. Às 11 horas o *Taller* mecânico apita, longamente, anunciando o almoço, que se prolonga com a sesta, até as 2 horas. Novo badalar de sineta e retornam à faina até as 6 da tarde (TALMA, 1926, p. 91-92, *apud* GUILLEN, 1991, p.111).

[...] uma determinada organização espacial que objetivava controlar e disciplinar o cotidiano dos trabalhadores fora do ambiente de trabalho. Essa organização reproduzia a estrutura hierárquica da produção, com separação dos locais de residência, marcando os limites de circulação e diversão dos trabalhadores, instaurando horários e códigos de posturas, policiando as ruas e o cumprimento do regime disciplinar para manter a “ordem e o asseio” (ARRUDA, 1997, p. 100-101).

Outra observação indispensável a se fazer, em relação à “missão colonizadora da Mate”, se refere à questão educacional destas ditas “cidades”. Em ambas foram construídas escolas, onde o alvo principal eram as crianças, visto que era necessário romper com a cultura passada de pais para filhos. O ensino de Português era uma prática comum na escola de Campanário, assim esperava-se eliminar a língua guarani dos *paraguainhos*, através do ensino do vernáculo nacional (ARRUDA, 1997).

Apesar de todo o empenho por parte da Companhia para manter-se “intacta”, ante as mudanças que se assinalavam com a Marcha para Oeste, a empresa acaba sofrendo com o não renovamento do contrato de arrendamento dos ervais a partir de 1938. O contrato não renovado pelo governo assinala um abalo tanto na produção da erva, quanto em suas instalações; as instalações de Guaíra, incluindo a ferrovia de Guaíra a Porto Mendes, passam ao controle do governo federal em 1944. O governo passa a estimular a produção da erva-mate por meio de cooperativas de produtores (pequenos e médios) independentes da empresa. Essas ações, por parte do governo federal, não encerraram de imediato as atividades da Companhia, porém abalaram consideravelmente as estruturas da empresa (JESUS, 2004, p. 18).

Mesmo com o fim do Estado Novo, e a volta das terras devolutas ao controle do governo estadual, a Companhia não conseguiu renovar seus antigos arrendamentos. Assim, ao que tudo indica a Companhia foi se retirando do

negócio da erva. Em 1952 ela vendeu a fazenda Campanário, fundada em 1921, e daí para frente, até meados da década de 1960, ela continuou a explorar a erva em umas poucas propriedades (JESUS, 2004, p. 18).

Fotografia 1: Casa de Campanário – década de 1920/30.



Fonte: Museu de Caarapó

Fotografia 2: Escola de Campanário- década de 1930.



Fonte: Museu de Caarapó

1.4 – A QUESTÃO INDÍGENA

Como mencionado anteriormente, após a guerra do Paraguai ocorre no extremo sul do antigo Mato Grosso uma frente de expansão, com grande impacto na estrutura social existente até então na região. Essa frente se converte, entre outras atividades, na extração da erva-mate, o que, após a chegada da empresa capitalista, tem como consequência imediata a instalação de toda a estrutura funcional e social, relacionadas à produção. É válido mencionar que até este período a região em questão era habitada por indígenas.

Pode-se dizer que o maior impacto se deu na ocupação das terras indígenas, bem como na utilização de índios para o trabalho braçal na extração da erva. Grande parte das atividades ervateiras ocorreu em terras que faziam parte do território Kaiowá, onde os indígenas passam a ter cada vez mais contato com não indígenas. A extração da erva-mate, explorada na região a partir da década de 1880, passou a incorporar significativo número de Kaiowá e Guarani como mão-de-obra. Por outro lado, mais tarde surge nessa região a política de “confinamento”, isto é, a criação de pequenas reservas indígenas visando liberar o restante da área para ocupação pelos não índios:

Entre os anos 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terras para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não-indígenas (BRAND, 2004, p. 138).

A ação do SPI foi determinante no processo de confinamento dos Kaiowá e Guarani, e para a correspondente liberação do território para as atividades desenvolvidas pelas diversas frentes de exploração econômica. Ao demarcar as reservas indígenas, o SPI liberou o restante da terra ocupada pelos índios, disponibilizando-a para a colonização (BRAND & FERREIRA, 2009, p. 113).

Esse confinamento iniciado em favor da “colonização” por povoadores não índios, bem como pela indústria extrativista (Companhia Mate Laranjeira), é reforçado com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados:

Dando sequência ao processo de ocupação do território indígena por não-índios, em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a

Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, que tinha como objetivo possibilitar o acesso à terra para milhares de colonos, migrantes de outras regiões do país. A instalação dos colonos em território indígena provocou, de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs a sua transferência para outros espaços. A partir da década de 1950, especialmente, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos Kaiowá e Guarani, ampliando o processo de desmatamento do território. Parte significativa das aldeias é destruída a partir deste período, acentuando-se o processo de confinamento nas reservas (BRAND, 2004, p. 139-140).

Além da formação da CAND, a formação do Território Federal de Ponta Porã também influenciou na questão territorial indígena, liberando terras da região para a colonização. O principal objetivo do Governo Vargas era “nacionalizar a fronteira”, ao tempo em que colonizava a região, inicialmente anulando os direitos da Companhia, com o não renovamento dos arrendamentos. Contudo, a empresa passa a requerer a compra de extensas fazendas (BRAND; FERREIRA; ALMEIDA, 2007, p. 3).

Ainda segundo os autores,

O SPI objetivava prestar assistência e proteção aos índios, promovendo, ao mesmo tempo, a sua passagem da categoria de índios errantes e sem utilidade, para a de agricultores. Para isso, sob a ótica do órgão, era fundamental a criação de reservas de terra, nas quais essa população pudesse ser atendida pelo Governo durante o tempo necessário para essa transição. De outra parte, o objetivo mais importante almejado com a criação dessas reservas parece ter sido o de liberar o restante da terra, tradicionalmente ocupada pelos índios, para ocupação e apropriação dos novos colonizadores (idem, p. 4).

A redistribuição das populações indígenas, realizada através de reservas demarcadas pelo SPI entre os anos de 1915-1928, alterou de imediato a questão territorial, devido ao deslocamento geográfico, além da redução territorial. Além disso, muitos indígenas viram-se obrigados ao trabalho assalariado, como alternativa de subsistência econômica, reforçando a exploração de mão de obra barata e desqualificada (BRAND, 2004, p. 138).

O systema empregado nas transações entre os patrões hervateiros e índios, no pagamento do preparo da herva e no fornecimento de mercadorias, é absolutamente desonesto. [...] O índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga [...] e se capturado será sua dívida acrescida das despesas da diligência, despesas que lhe serão debitadas à conta de acordo com a generosidade ou malvadez do patrão (MONTEIRO, 2002, p. 77-79, *apud* FERREIRA, 2007, p. 56).

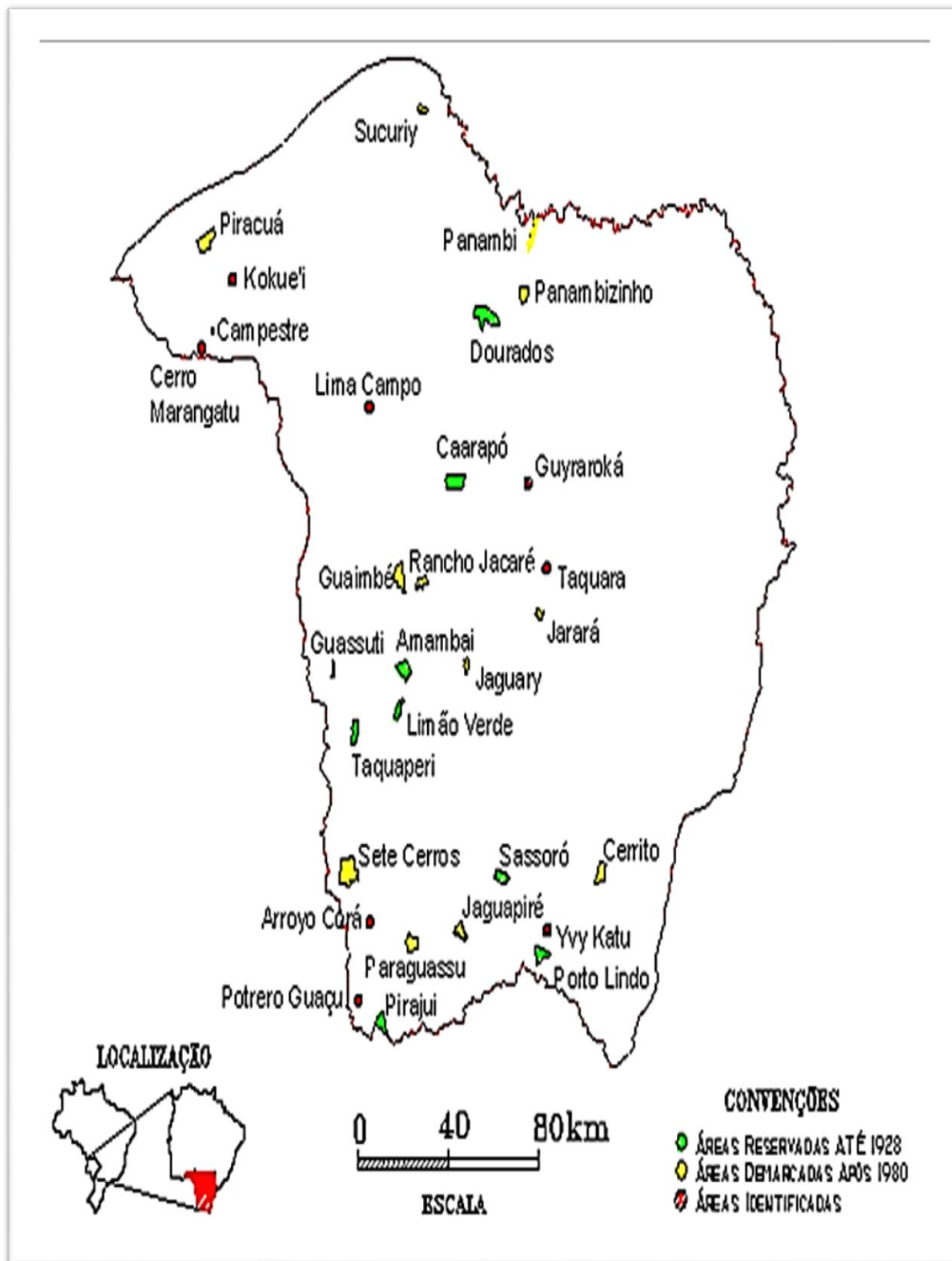
Esse tratamento desonesto era uma prática muito utilizada nos acampamentos. Os trabalhadores só tinham acesso às mercadorias que eram comercializadas dentro dos acampamentos. Essas eram vendidas nos armazéns por um preço exorbitante, e o trabalhador, para poder ter acesso aos mantimentos, precisava comprar a prazo. O que recebia mensalmente não cobria a dívida, o que muitas vezes levava o trabalhador a tentar uma fuga, geralmente sem sucesso (FERREIRA, 2007, p. 56).

É válido observar que existia o aprisionamento por dívidas, e era extremamente comum essa prática em relação aos índios, paraguaios e brasileiros. Outro fator que contribuía era a distância dos grandes centros urbanos.

Brand (2009) destaca que as relações de trocas, para os indígenas, lhes eram interessantes, pois eram uma maneira de aproximação com o modo de vida dos paraguaios, permitindo, sob o olhar indígena, reduzir a discriminação. Brand ainda destaca que:

Ao “remunerar” os indígenas com objetos de uso pessoal, para, em contrapartida, adentrar o seu território e explorar a erva-mate, com a ajuda dos próprios, a empresa aumentava seu rendimento financeiro. Por outro lado, permitiam aos Kaiowá e Guarani, que permaneciam em seu território, o acesso a ferramentas, tecidos e artigos que despertavam seu interesse e que, com o decorrer do tempo, passaram a fazer parte de seu cotidiano. Se a presença dos trabalhadores da Companhia favoreceu o acesso a esses bens, cabe lembrar que, também, criou novas necessidades e novas dependências. Novas e velhas doenças, pouco conhecidas dos Kaiowá e Guarani, se espalharam e exigiram remédios não disponíveis (2009, p. 123).

Mapa 3: Áreas indígenas Kaiowá Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Geoprocessamento do Programa Kaiowá/Guarani, NEPI, UCDB (2005).

Capítulo 2

O MUNDO ERVATEIRO E O PERÍODO INICIAL DE FORMAÇÃO DE CAARAPÓ: DO INÍCIO DO SÉCULO XX À DÉCADA DE 1940

2.1 – CONFLITOS ENTRE A COMPANHIA MATE LARANJEIRA E OS “POSSEIROS”

Como mencionado anteriormente, em fins do século XIX e início do XX são frequentes as correntes migratórias em direção ao sul do antigo Mato Grosso. A Mate na ocasião sente-se ameaçada e, em 1907, apresenta à Assembleia Legislativa um pedido de prorrogação de seu contrato (que deveria terminar em 1916) até o ano de 1930. Seu pedido, no entanto, foi negado. A esse respeito, vejamos o que Guillen observa:

Em primeiro lugar a proposta foi considerada lesiva aos interesses públicos. A respeito da venda das terras, a comissão [da Assembleia Legislativa] emitiu parecer de que a venda implicava “na proibição do povoamento da região da serra acima do sul do Estado, medida que além de não consultar o interesse geral, reveste-se de um caráter profundamente odioso e injusto, pois que a importante corrente migratória, que cada vez mais se avoluma nesta região, sofreria deste modo violento choque de efeitos contrários ao público interesse”. Sobre a força policial própria pretendida pela companhia, a comissão achou que “os poderes públicos não podem fazer qualquer concessão a este respeito; terá, ao contrário, a estreita obrigação de impedir o regime pretendido, por constituir ameaça de subversão da ordem pública” (GUILLEN, 1991, p. 53).

Nessa ocasião, entra em cena o jogo político. Manoel Murtinho, ex-presidente do estado, sai em defesa dos interesses da Companhia, ou melhor, dos seus interesses (visto que Manoel Murtinho fazia parte do grupo proprietário da empresa). Em 1907, em carta dirigida a Generoso Ponce (então presidente do Estado de Mato Grosso), Murtinho, abordando a questão do povoamento do sul do antigo Mato Grosso pela corrente migratória gaúcha, afirma sobre os gaúchos: “tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, o que faz prever que, dentro de mais alguns anos, essa colônia dominará, pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo, por assim dizer, um Estado no Estado” (*apud* GUILLEN, 1991, p. 54). Percebe-se a inversão dos papéis, agora a ameaça à integridade do Estado de Mato Grosso são os gaúchos. E mais nítido ainda, o sentimento de “mãos atadas” com relação aos mesmos. O monopólio começa a ser contestado. O que vem a seguir é mais uma disputa político-partidária em que existe a presença de dois projetos de ocupação do sul.

De um lado, a Companhia, afirmando que a “concentração da propriedade privada e do capital seriam os caminhos necessários para se chegar ao progresso”, e de outro, um importante grupo político, comandado pelo também ex-presidente do estado, Pedro Celestino, que defendem a legalização das posses e a garantia dos direitos dos posseiros, defendendo portanto, a fragmentação dos ervais em pequenas propriedades (GUILLEN, 1991, p. 56).

A corrente migratória oriunda do Rio Grande do Sul, impulsionada para Mato Grosso não só pela concentração das terras nos pampas, mas também pelo imaginário do sertão, com sua fartura de terras férteis, representava uma fissura no poder disciplinar da Companhia. Renitentes quanto ao objetivo de conseguir terras na região, os gaúchos instalavam-se nos domínios mais recônditos da Companhia [...]. Importa destacarmos que a corrente migratória gaúcha constituía um ponto de forte tensão na política da Companhia, pois os gaúchos desejavam, acima de tudo, a propriedade da terra (GUILLEN, 1999, p. 3).

Gilmar Arruda destaca que a região em que os gaúchos se instalaram era a mesma em que a Companhia arrendava os ervais nativos, e mais, além deste fator são constantes os problemas quanto ao comércio da erva e, não menos importante, mostrava que eram inexistentes os “espaços vazios”, na região, havendo relações de poder diferenciadas (1997, p. 44). Sendo que o diferencial dos gaúchos fundamentava-se nas experiências políticas ocorridas no Rio Grande do Sul, bem como o desejo de tornarem-se proprietários independentes e não funcionários da Mate:

[...] algo de especial [...] caracterizava os diversos grupos gaúchos que se deslocaram nesse sentido, possibilitando sua influência nas questões políticas do sul de Mato Grosso, principalmente por serem em sua maioria fugitivos do Rio Grande do Sul, vencidos e perseguidos em sua terra de origem, portanto, levando consigo uma experiência revolucionária e federalista (CORREA, 1982, p. 57, *apud* ARRUDA, 1997, p. 48).

Pode-se dizer que a grande preocupação da empresa quanto à concorrência começa a tomar forma: “o espaço controlado, a possibilidade de expulsar os intrusos e inconvenientes e o controle sobre as exportações são faces da mesma estratégia, cuja intenção era não dar margem possível para a ação dos concorrentes” (ARRUDA, 1997, p. 36).

Controlar legalmente a região ervateira não bastava para garantir e impor a ordem da Mate. Era preciso controlar de fato aquele espaço. Para a Companhia isso era tão importante como estratégia de poder, como forma de impor sua disciplina, que a fronteira Brasil-Paraguai, conceito bastante

difuso naquele momento e naquela região, não foi obstáculo para a sua ação. A Matte agia, controlava e impunha suas regras tanto do lado brasileiro como do lado paraguaio (id., ibid.).

Como observou Guillen (1999):

Ao deter o controle sobre as terras ervateiras através dos contratos de arrendamento assinados com o governo de Mato Grosso, a Matte Larangeira procurou implantar uma política de “espaços vazios”, ou seja, impedir de qualquer forma que houvesse a ocupação das terras sob o domínio por pequenos proprietários ou posseiros. Tal política possibilitava não só uma melhor organização da produção da erva-mate, mas também visava impedir que os trabalhadores dos ervais se tornassem produtores independentes. Contratualmente, tinha a Companhia a prerrogativa de determinar as formas de ocupação da região, sendo-lhe facultado o direito de expulsar quem se estabelecesse na zona dos ervais sem sua autorização (p. 2).

A disputa pela terra entre a Mate e os posseiros vinha ocorrendo desde o início do século XX. Sendo motivo de divergência dentro do governo estadual, estava em discussão o destino das terras: a continuação dos arrendamentos à Mate ou a fragmentação dos ervais em lotes. Em 1912 a empresa novamente pede ao estado a renovação antecipada de seu contrato de arrendamento, dando origem à disputa que ficou conhecida como “Questão do Mate”⁷, tendo solução apenas no governo de Caetano de Albuquerque (1915-1917), quando, por uma lei aprovada em 1915, o arrendamento dos ervais “se daria mediante concorrência pública, e a área arrendada não ultrapassaria 1.400 léguas [quadradas]”; as áreas remanescentes seriam vendidas, “assegurando-se o direito de compra a quem pudesse comprovar moradia habitual e cultura efetiva, anteriores a 1914, dentro da área arrendada, desde que fossem terras pastais e lavradas ou que tivessem apenas pequenos ervais” (GUILLEN, 1999, p. 4).

É necessário observar que não era somente com a corrente migratória do sul do antigo Mato Grosso que a Mate se “incomodava” e tratava de resolver o problema. Também no lado paraguaio, em Ponta Porã, ocorreram episódios relacionados a posseiros. Em fins do século

⁷ Segundo Bianchini (2000) a Questão do Matte se resume em: “Pedro Celestino era membro de uma das mais tradicionais oligarquias de Mato Grosso e, por muito tempo, correligionário de Generoso Ponce. Quando do desaparecimento deste e o afastamento de Pedro Celestino, que eram os maiores opositores do monopólio da Empresa Matte”, esta resolveu, em 1912, enviar uma nova proposta de renovação antecipada do arrendamento. Dessa vez, “a proposta contou com o apoio das Comissões encarregadas, na Assembleia, da análise de tal proposta. Nesta altura, Pedro Celestino passou aos ataques ao novo arrendamento através das páginas do jornal *O Matto Grosso*. Paralelamente surgia, dentro da Assembleia Legislativa composta por 24 deputados, um bloco de dez deputados opositores que, não comparecendo às sessões, obstruíram a votação levando, por fim, ao engavetamento do projeto” (ARRUDA, 1986, p. 258, *apud* BIANCHINI, 2000, p. 106).

XIX a Mate pressiona os moradores para que desocupem a região. No entanto, os moradores não cedem, e a justificativa usada pela Mate é que já teria posse dos terrenos. A Companhia ofereceu um contrato de aluguel do local onde moravam, ou que houvesse a desocupação imediata. Caso aceitassem o aluguel, este teria a validade de dois anos, após isso a Companhia não teria nenhuma obrigação junto aos posseiros (ARRUDA, 1997, p. 36-37). Outro caso de bastante repercussão ocorreu em 1932, foi o caso de João Cristiano Ortt, o qual disputou a posse de terras tendo a Companhia como opositora⁸. É evidente a intenção da Mate em desalojar, ou colocar sob suas ordens os posseiros, afinal, quanto mais vazios, menos inconvenientes e ameaça do monopólio dos ervais a empresa teria.

Guillen (1991) apresenta a solução encontrada por grande parte dos posseiros para resistir às investidas de expulsão usadas pela Mate:

Os posseiros resistiram às várias tentativas da Companhia de expulsá-los das terras ervateiras, sendo que uma das estratégias de resistência, apontada pelo próprio governo estadual, consistia no incêndio dos ervais, que parece ter sido uma prática corrente na região. O incêndio, ao destruir os ervais, tornava a terra quase sem interesse para a Companhia, mas não para os posseiros que nela poderiam praticar a agricultura ou a criação de gado. Sem dúvida nenhuma, o incêndio acaba com o motivo da discórdia, além de poder ser entendido como uma forma de vingança contra a Companhia, quando expulsava os posseiros (p. 165-166).

As populações locais das regiões arrendadas pela Companhia tentavam, ora por meios legais, ora clandestinamente, sobreviver nestas regiões. Foram os casos de alguns posseiros que desafiaram o poderio da Mate, bem como os *changa-ys*⁹, que elaboravam a erva-mate nos pequenos ervais desprezados pela Companhia. Erva, em sua maioria, contrabandeada na fronteira com o Paraguai.

O contrabando de erva-mate, fato bastante comum em toda a fronteira Brasil-Paraguai, recorrente durante o arrendamento dos ervais a Companhia Mate Laranjeira, representou durante décadas uma “das únicas formas de trabalho que a região oferecia”, além dos trabalhos nos ervais da Mate. Como mencionado no capítulo anterior, durante os primeiros contratos de arrendamentos dos ervais, deviam ser preservados os direitos dos ervateiros já alojados na região, todavia, quando o monopólio da extração da erva-mate é concedido à

⁸ Para maiores informações sobre o episódio ver Guillen (1991) e Jesus (2004).

⁹ *Changa* em espanhol significa qualquer trabalho braçal. Na região da fronteira *changa-y* significa “ladrão de erva”, “ervateiro ladrão”, aquele que faz erva em terras ou ervais alheios (ARRUDA, 1997, p. 35).

Companhia, ela também obtém o direito de controlar “os intrusos” que se instalassem na região, na realidade o direito adquirido era uma cláusula contratual (GUILLEN, 1991, p.174). Arruda nos apresenta uma síntese desta cláusula em contratos de anos subsequentes (1997, p. 34-35, destaques meus):

[Contrato de 1890] [o concessionário] é obrigado a zelar e fazer zelar por seus prepostos as matas e os hervaes de modo que sejam conservados no melhor estado possível, não permitindo que estranhos ali se estabeleçam **sem autorização legal** ou de qualquer forma destrua as mattas e os hervaes vizinhos.

[Contrato de 1893] o arrematante é obrigado a zelar e fazer zelar por seus prepostos [...] as mattas e os hervaes [...] não permitindo que estranhos ali se estabeleçam **sem autorização do concessionário**.

[Contrato de 1894] a concessionária fica obrigada a zelar [...] não permitindo que estranhos ali se estabeleçam **sem a sua autorização**.

Por consequência, a alternativa encontrada por muitos foi a opção por trabalhar na clandestinidade, tornando-se um changa-y, ao invés de sujeitar-se às normas de trabalho impostas pela Mate. A Companhia, em contrapartida, requereu por diversas vezes, junto ao Estado, o direito de ter policiamento próprio (GUILLEN, 1991, p.174), visando coibir as ações dos changa-ys. De acordo com Arruda (1997), o registro oficial de 1915 de produção e exportação de erva foi de 4.584.786 quilos, sendo que no mínimo outros 30% seriam contrabandeados (p. 36). Guillen observa: “a elaboração clandestina de erva-mate fazia parte do cotidiano da região, marcando a resistência pontual de milhares de trabalhadores e posseiros que confrontavam o poder da companhia na luta pela terra” (1991, p. 179).

No entanto, como já foi mencionado no capítulo anterior, importantes mudanças, a respeito desse assunto, ocorreram após a legalização da presença dos produtores independentes, por meio de uma lei estadual aprovada em 1915. Isso não significa que o contrabando tenha acabado, muito pelo contrário, mas que os produtores não mais estavam completamente submetidos ao poder da Cia., isto é, eles também possuíam os seus direitos legais.

2.2 – SANTA LUZIA E CAARAPÓ

O atual município de Caarapó situa-se em plena região onde foi muito importante, desde a segunda metade do século XIX, a exploração de ervais nativos. Isso significa que a

formação inicial do povoado de Caarapó, bem como de outros povoados a ele relacionados, tem a ver, acima de tudo, com a dinâmica da exploração da erva e, ao mesmo tempo, com a chegada de diversas correntes migratórias, sob a forma de frentes de expansão, entre fins do século XIX e inícios do século XX.

Nessa época, a exploração dos ervais nativos era feita principalmente pela Companhia Mate Laranjeira, que, na segunda década do século XX, alterou sua rota de exportação de erva. Deixou de ser utilizado o Porto Murtinho, no rio Paraguai, e passaram a ser utilizados portos no rio Paraná – especialmente o porto de Guaíra, situado logo acima das Sete Quedas (em território do estado do Paraná). Do território sul-mato-grossense, a erva era conduzida a Guaíra principalmente por meio da navegação de afluentes do rio Paraná: os rios Brilhante, Dourados, Ivinhema, Iguatemi e especialmente o rio Amambai, onde a empresa estabeleceu o importante Porto Felicidade. Além disso, nas imediações do referido porto Felicidade, a Companhia estabeleceu sua sede operacional em território sul-mato-grossense: a localidade chamada Campanário (situada a 30 km da atual cidade de Caarapó), já referida neste trabalho.

Como já foi apontado por diversos trabalhos, após o final da Guerra do Paraguai verificou-se no antigo Sul de Mato Grosso um significativo afluxo de imigrantes provenientes da República do Paraguai¹⁰. Parte desses migrantes constituía mão-de-obra da Companhia, mas boa parte era formada por pessoas que buscavam, do lado brasileiro da fronteira, melhores condições de vida. Além deles, a região recebia também migrantes vindos de outros estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Desse modo, segundo versões memorialistas, a “primeira casa” teria sido construída no local da atual Caarapó já em 1900, pelo imigrante paraguaio Nazário de León (OLIVEIRA, 1988). Verdadeira ou não essa versão, o certo é que, nessa região, o vilarejo mais antigo não é Caarapó, mas sim Santa Luzia (correspondente à atual cidade de Juti, sede do município de mesmo nome, situada a cerca de 33 km da atual cidade de Caarapó).

Nos primeiros anos da década de 1910, fundou-se, nas proximidades do Porto Felicidade, no Rio Amambai, a Vila Santa Luzia (Juti¹¹), influência do progresso da extração da erva-mate. Com o passar dos anos, Santa Luzia tem um crescimento considerável, “a ponto de se tornar o maior centro comercial da região, com exceção de Campanário, chegando a ter, em média, 2.500 casas, entre residências e casas comerciais” (OLIVEIRA, 1988, p. 60).

¹⁰ Com relação à presença dos paraguaios no sul de Mato Grosso, após a Guerra do Paraguai, ver Wilcox (2008).

¹¹ A grafia do município usada atualmente é Juti, contudo Oliveira usa em seu livro JUTY.

Segundo o depoimento de Mário Duran Leitão, a importância econômica de Santa Luzia, neste período, é justificada pela presença do Porto Felicidade, no rio Amambai, que “servia para embarcar a erva que vinha das carreteiras e embarcava nos navios” em direção ao Porto de Guaira, e daí para a Argentina¹².

Já o caso do futuro vilarejo de Caarapó é significativamente diferente. Ao que tudo indica, esse povoado teve uma origem espontânea, a partir do ajuntamento de povoadores oriundos de outras regiões, com destaque para os paraguaios e os sul-rio-grandenses. Segundo uma versão memorialista, o local em que surgiu o vilarejo era inicialmente um lugar apenas de descanso, durante as longas viagens a pé ou de carro de boi – isso, pelo que se deduz, ao longo da década de 1920:

A princípio, uma simples paragem de carreteiros, viandantes, ou viajeiros, que por aqui passavam a cavalo ou conduzindo carretas, rumo a Nioac [sic], Porto Murinho, no rio Paraguai, Encarnación, no Paraguai, ou Ponta Porã, ou mesmo do Paraguai. Aqui, aproveitando-se da bela localidade, muita água e boas pastagens, faziam o descanso da tropa (OLIVEIRA, 1988, p. 22).

Embora Oliveira (1988) não mencione a origem dos “fundadores” na formação da Vila de Caarapó, é notado pelos sobrenomes que grande parte tem origem paraguaia: “Saturnino Benites, Izaul Cardoso, Florêncio Benites, Diego Paz, Nazário de Leon, João Augusto Capilé, Humberto de Freitas Coutinho, Sindoca Vasque, Ângelo Gagliardi” (p. 23). No depoimento de Braúlio Benites, referindo-se aos primeiros moradores da Vila de Caarapó, também pode ser observada pelos sobrenomes a presença paraguaia: “aqui tinha o Nazário de Leon, Manoel Benites, Gabriel Benites, Manoel Mancuello, Manuel Segovia, Gabriel Benites, Cumadi China, Cristina, Anastásia e Dominga e só”. A senhora Fontina Paim destaca: “Era tudo cerrado, paraguaiada, bugre, e brasileiro era pouco” (depoimentos pertencentes ao Museu de Caarapó). Ainda segundo Braúlio Benites, Caarapó teria sido povoada pelos “agregados de Nazário de Leon”.

Também no caso da formação de Caarapó já se fazem presentes os conflitos entre os interesses da Companhia Mate Laranjeira e os dos outros povoadores estabelecidos na região. Ao que tudo indica a Companhia Mate Laranjeira “patrocinava”, por assim dizer, o desenvolvimento de Santa Luzia, em detrimento do crescimento da Vila de Caarapó. Esta

¹² Neste local (Porto Felicidade), ainda é possível encontrar algumas antigas instalações usadas para o escoamento da produção ervateira, como um galpão de madeira e uma escada de concreto que dava acesso ao rio.

influência não é só econômica, mas também social da Mate, sendo importante observar a grande dependência que a região possuía para com a empresa, uma vez que sua autonomia na região era muito grande, pois era a principal e maior exploradora dos ervais da região.

[Santa Luzia] Foi, por muitos anos, de 1912 a 1946, sustentada pelo apoio da Companhia Matte Larangeira, que nos fins de semana, soltava a peonada, arrieiros para algumas compras e eles acorriam a Santa Luzia, principalmente nos dias de Semana Santa e nos dias de carreiradas – corridas de cavalo – uma das poucas diversões que existia por aqui. Santa Luzia, nesses dias, se transformava na capital, porém com um reboliço tremendo (OLIVEIRA, 1988, p. 62).

Neste período o povoado de Caarapó era pequeno, se comparado a Santa Luzia, que na época era o grande centro comercial da região. Segundo relata Oliveira, alguns moradores da região – até então pertencente, toda ela, ao município de Ponta Porã – iniciaram em 1925 um movimento que buscava a criação de um Distrito de Paz, o qual seria denominado de Juty.

No entanto, alguns anos depois, movimento similar foi empreendido por moradores da Vila de Caarapó, com a intenção de criar um Distrito de Paz com sede na referida vila. E isso ocorreu pela Lei Estadual nº 1.021, de 21 de setembro de 1929, sancionada por Mário Correa da Costa, governador do Estado de Mato Grosso (OLIVEIRA, p. 24). Esta referida lei reservava 900 hectares de terras para o patrimônio da povoação de Caarapó, sede do “Distrito de Paz de Juty”, no município de Ponta Porã. Para prevenir possíveis confusões, vale notar que o distrito criado por essa lei, com sede em Caarapó, chamava-se “Distrito de Paz de Juty”.

No ano seguinte, assume a cadeira como Presidente do Estado de Mato Grosso o Sr. Aníbal Toledo, que mantinha relações de influência junto à Companhia Mate Laranjeira e que governou apenas por cerca de 9 meses, deixando o cargo em virtude da Revolução de 30. No entanto, antes de ser deposto, Aníbal transferiu a sede do Distrito de Paz, de Caarapó para Santa Luzia, “por força de um ato de vingança” (OLIVEIRA, p. 24-25).

Porém, a meu ver, *vingança* não seria a palavra correta. E sim uma questão de interesses, pois Toledo era ligado a Companhia Mate Laranjeira, parte mais do que interessada em fortalecer sua presença nas terras do antigo sul de Mato Grosso. Aníbal Toledo teria utilizado como justificativa o fato de Santa Luzia (atual Juti) estar mais desenvolvida, e contar com políticos influentes na região, políticos estes, ditos “toledistas”. A sede retorna a Santa Luzia em novembro/dezembro de 1930. Esta atitude de Aníbal Toledo trouxe a dependência da Vila de Caarapó a Santa Luzia até o ano de 1948, quando foi criado o Distrito de Paz de Caarapó.

O memorialista Ramão Vargas de Oliveira traz uma interessante e divertida versão para o episódio da transferência do Cartório de Paz, de Caarapó para Santa Luzia, em fins de 1930:

Para levarem os livros, veio uma comissão composta de mais de vinte pessoas, muito bem armadas e montando bons cavalos. No caminho de volta a Santa Luzia, o cavalo que conduzia o material, espantou-se de um cupim, escondido atrás de uma moita, saindo numa disparada louca, pondo tudo por terra, espalhando livros por toda a banda, um aqui, outro acolá... O susto foi tão grande a ponto de darem crédito numa espécie de azar ou castigo; praga, talvez, não sabemos ao certo. O certo é que deu um trabalhão para juntar tudo e, o cavalo, um dos mais mansos da tropa, só pode ser pego lá pelas tantas da noite, quando a maioria do grupo já estava para trazer, de volta, os livros para Caarapó (1988, p. 61).

Ao analisar esta versão, existe a possibilidade de veracidade da mesma, o cavalo teria se assustado com o cupim, e como consequência espalhado toda a documentação pelo caminho afora, sendo o acontecido, fruto do acaso. Por outro lado, deve-se lembrar que a transferência da sede do Distrito da Vila de Caarapó para Santa Luzia representava, para os moradores de Caarapó, um retrocesso, que muito provavelmente não tenha sido engolido facilmente por todos. Desta maneira, pode-se até mesmo supor que, ao invés do cupim escondido atrás da moita, houvesse pessoas em algum tipo de mobilização para que a transferência não ocorresse. O certo é que estas dúvidas e/ou devaneios fogem à possibilidade de resposta, visto que Oliveira não traz maiores detalhes, como nomes que poderiam nortear uma busca por respostas. Além disso, ressalvo que este suposto acontecimento só é relatado por Oliveira, em nenhum dos depoimentos a que tive acesso há relato deste episódio.

De todo modo, continuou o povoamento da região, embora extremamente lento.

Novos estímulos ao crescimento demográfico surgiram a partir do projeto de nacionalização das fronteiras brasileiras, durante o Estado Novo. Ações como a criação do Território Federal de Ponta Porã, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o Instituto do Mate (INM) e a Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF) visam “frear” o poderio da Companhia, diminuindo o conflito pela terra ocorrido desde os anos 30 (GUILLEN, 1991).

Segundo o depoimento de Mário Duran Leitão, no caso de Caarapó, o crescimento demográfico é notado a partir da implantação de colônias como Café Porã, na região do atual distrito de Nova América, e da “colonização” realizada por iniciativa de Geremia Lunardelli (na época, o “rei do café”), que comprou grandes extensões de terras, onde metade era

dedicada à monocultura de café e a outra metade vendida em pequenos lotes aos produtores, oriundos de diversas regiões do estado e fora do estado. Contudo, esses assuntos serão objeto de atenção no capítulo 3 da dissertação.

2.3 – O CASO DE NAZÁRIO DE LEÓN, “FUNDADOR DE CAARAPÓ”: OS CONFLITOS COM A COMPANHIA MATE LARANJEIRA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

A memória não pode ser entendida apenas como um fenômeno individual, ela deve ser vista e entendida como parte da construção social, além de ser um fenômeno coletivo. Segundo a análise de Halbwachs¹³, a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas, pois o indivíduo não possui sozinho o controle do “resgate” do passado, ela é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo. Assim, a memória da pessoa está vinculada à memória do grupo e a do grupo, à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade, tendo como instrumento socializador a linguagem. Assim ela torna-se importante para a transmissão da cultura local herdada, sendo constituída por acontecimentos vividos socialmente, sendo solidificadas em função das narrativas coletivas.

Grande parte dos saberes da cultura popular são transmitidos através da oralidade, uma vez que não há registros escritos dos mesmos. Esses processos ocorrem de pessoa a pessoa, de pai para filho, de um grupo para outro, de geração a geração. Nessa forma de comunicação, a memória social exerce um papel fundamental, pois a preservação e a continuidade das tradições dos grupos dependem das lembranças dos seus membros. A transmissão dos valores culturais e da tradição ocorre através da memória social dos grupos que compartilham um mesmo tempo e um mesmo espaço geográfico (MORIGI *et al.*, 2012, p. 5).

Consequentemente, algumas destas memórias, ao abrangerem a memória coletiva, ganham muitas vezes o tom de acontecimento verdadeiro. Assim, segundo Costa (2009), citando Guedes (1998), “os ‘casos’ são relatos mais ou menos cristalizados de determinados

¹³ Para ele, a memória é um fenômeno social que se manifesta nos seguintes tipos: coletiva, individual, histórica. A primeira, que se poderia chamar de memória social, está relacionada a uma história vivida, na qual o passado permanece vivo na consciência de um grupo social. Esta noção é contraposta à história (memória histórica), que seria uma forma de conhecimento do passado, exterior ao domínio do vivido. “Por seu turno, a memória individual será sempre ‘um ponto de vista sobre a memória coletiva’” (HALBWACHS, 1990, p. 53-89, *apud* SANTOS, 2005, p. 5).

episódios, considerados dignos de serem retidos, ocorridos na vida do narrador ou de pessoas que são classificadas como ‘conhecidas’” (p. 51). Deste modo, os “casos” ganham importância dentro da memória coletiva, especialmente na transmissão da oralidade entre gerações, já que, muitas vezes, ilustram, localizam e criam pontes entre o desconhecido e o conhecido, nas construções da memória sobre um passado não vivido pelas novas gerações.

Este me parece ser o caso de Nazário de León, celebrado como “fundador” de Caarapó no início do século XX. A disputa de terras do povoado de Caarapó com a Companhia Mate Laranjeira exemplifica bem esta construção de memória coletiva através de gerações. Nazário tornou-se uma referência quando se é perguntado sobre os primeiros moradores, ou se houve disputas iniciais no período de formação do aglomerado de Caarapó. Os moradores apresentam em seus discursos a noção de “verdade coletiva”, um consenso, assim pode-se dizer que existe um trabalho de manutenção de coerência, unidade, continuidade e organização dentro da memória individual, refletindo na memória social e/ou coletiva. É nítido o peso da tradição oral nestes discursos, haja vista que os depoentes representam em sua maioria a segunda ou terceira geração dos primeiros moradores da localidade.

Ressalvo que estas memórias foram se solidificando através de gerações, e em especial após a publicação memorialística de Oliveira (1988), onde o autor, quando se refere a Nazário, utiliza adjetivos como *herói*, *persistente*, *inocente*, *simples*.

O caso de Nazário de Leon se enquadra no contexto exposto no início deste capítulo.

Ramão Vargas de Oliveira (1988) afirma que este migrante proveniente do Paraguai teria requerido uma área de terras em Boa Vista (Juti), “constituídos em uma grande parte, de campo limpo, e em outra de cerradão, e uma parcela de boas matas, e lindas aguadas, numa área de três mil e quinhentos hectares”, sendo o título concedido em 1917 (p. 139).

De acordo com Guillen (1991), o requerimento de posse das terras aconteceu no ano de 1918¹⁴. Após justificar a posse de terras lavradas e pastais, Nazário de León requereu a compra de uma área de 1.800 ha, ou seja, dentro do estipulado pelo Estado. As terras em questão localizavam-se na área onde posteriormente viria a surgir o povoado de Caarapó. Seu pedido foi deferido em 1923, pois se encaixava dentro dos parâmetros legais do contrato de arrendamento assinado pelo Estado com a Companhia Mate em 1916, com base na lei de 1915, que assegurava aos “antigos posseiros o direito de compra de lotes de até 7.200 hectares”. Porém, no ano seguinte (1924) seu pedido é cancelado, sob a alegação do mesmo

¹⁴ Cf. Jesus (2004, p. 81-83).

não ter providenciado a retirada do título no prazo determinado (GUILLEN, 1991, p. 159-160).

Nazário entra com novo pedido de compra, porém teria de pagar o preço vigente do ano, e não mais um preço especial. O Estado defere novamente seu pedido. Após a medição, é constatada uma área de 4.933 ha. Neste momento, Nazário pede uma “ratificação dos limites, no que é atendido, mas provocando protestos da Companhia Mate Larangeira” (p.160).

Neste interim, a Mate entra com pedido de manutenção de posse contra Nazário em 1926, onde alega que as terras requeridas por Nazário fazem parte do arrendamento da mesma. Segundo as alegações da empresa, “Nazário teria abusado de um contrato de habilitado (funcionário) que lhe dera, e requerido a compra das terras”; e mais, o engenheiro Medina (encarregado pela medição do lote) teria ultrapassado a área inicialmente requerida, além de estar “prometendo a venda dessas terras a outras pessoas” e de contratar pessoas para a elaboração da erva-mate clandestina, em terras arrendadas para a mesma (idem). No entanto, é necessário deixar claro que, de acordo com pareceres técnicos da época, Nazário detinha, em ambos os casos, direitos sobre a posse de terras:

Quando foi assignado o primeiro contracto, Nazário de Leon já era ocupante e levou a efeito a justificação de posse, dentro do prazo [...], e quando foi assignado o segundo contracto Nazário de Leon era portador de título provisório [...], portanto, com os seus direitos garantidos (cf. documento citado por JESUS, 2004, p.146).

Contudo, o então interventor federal no estado, Dr. Arthur Antunes Maciel, cancela a venda dos lotes em 5 de junho de 1931. De acordo com Oliveira (1988), Nazário teria permanecido em sua fazenda, denominada *La Buena Vista*, até o ano de 1926, quando se muda para o povoado de Caarapó e enfrenta a disputa de terras com a Companhia Mate Laranjeira. Seu pedido “nem era dado e nem cancelado”, tendo estado “em demanda por 16 anos até que a Empresa Mate Laranjeira ganhou a questão no Estado” (p. 19). Ainda segundo Oliveira, Nazário é chamado a Campanário no ano de 1927, onde a Companhia iria propor-lhe um acordo:

Nazário perdeu a demanda das terras por ter assinado um papel de desistência, pois que, além *de homem simples, bondoso, era desprovido de malícias*. [...] O papel que assinara era da desistência das terras de Caarapó. Ele sabia assinar, mas não sabia ler direito e, com isto, foi enganado traiçoeiramente; aproveitando da ausência de seu advogado, praticaram o ato covarde e criminoso (OLIVEIRA, 1988, p. 23; destaques meus).

É conhecido que as demandas de terras com a Companhia eram comuns. Visto que, para a mesma, a despeito da nova lei que protegia os antigos posseiros como Nazário de León, não havia muita distinção entre os *changa-ys* e posseiros. Na realidade, para ela ambos representavam uma ameaça, os primeiros pelo fato da elaboração de erva clandestina, e sua venda para o Paraguai, e os segundos pelo simples fato de se instalarem na região, local farto em ervais. “Apesar de ter afirmado que se tratava de terras lavradas e de pastagens, as terras requeridas por Nazário de Leon continham ervais¹⁵, e foi a elaboração da erva-mate que provocou a ação da Mate Larangeira” (GUILLEN, 1991, p. 161; JESUS, 2004, p. 82). E mais, Nazário desenvolvia em seu lote a elaboração de erva-mate fora do controle da Companhia, bem como prometia fracionar seu lote para outros produtores (GUILLEN, 1999, p. 4; JESUS, 2004, p. 82).

Segundo Jesus (2004), Nazário de León desistiu da briga pela posse das terras em Caarapó, vendendo seus lotes ao Sr. Manoel de Azevedo e Souza, “que adquiriu os direitos em 1928 por 30:000\$000 (trinta contos de réis)”. Note-se que, segundo Oliveira, Manoel, conhecido como *Azevedinho*, era sobrinho de Nazário (OLIVEIRA, p. 140). Percebe-se, portanto, que Azevedo e Souza torna-se uma espécie de “sucessor” de Nazário em suas disputas fundiárias. Contudo, ainda segundo Jesus, em 1931 Azevedo teve “um parecer contrário à expedição do título definitivo” da gleba, restando-lhe recorrer “ao Poder Judiciário caso o requerente quisesse dar continuidade no processo” (JESUS, 2004, p. 82-83).

Em petição protocolada na Diretoria de Terras e Obras Públicas do estado de Mato Grosso em agosto de 1938, o próprio Azevedo se propõe, conforme o relato do chefe da Seção de Terras,

[...] desistir de aquisição do lote Carapó, que afirma – “é um povoado, pois ali estão localizadas muitas famílias com culturas de cereais e criação de gado”, no valor de 40:000\$000. Em tais condições, a revalidação pedida virá acarretar sérios prejuízos aos atuais ocupantes das mencionadas terras, além de desrespeitar dispositivos de lei que proíbem atentar contra a economia particular (cf. documento citado em JESUS, 2004, p. 142).

¹⁵ Sendo a região rica em ervais, era muito difícil que um lote não tivesse um erval, ainda que de pouca capacidade produtiva. Mesmo assim, era comum as pessoas alegarem que as terras não continham ervais, quando as iam requerer para a compra ao Estado (GUILLEN, 1991, p. 161).

No entanto, a julgar por outros documentos, ainda não estava totalmente encerrada essa disputa de terras envolvendo agora Manoel de Azevedo e Souza e a Companhia Mate Laranjeira.

Refiro-me aqui, especificamente a uma “Acção ordinária”¹⁶, na qual o advogado João Villas Boas representava os interesses da Companhia Mate e Severino de Moura Carneiro representava Manoel de Azevedo e Souza, acção que foi enviada ao então Interventor Federal Julio Strubing Müller, datada do ano de 1939. Essa acção menciona que o autor do processo, o Sr. Manoel de Azevedo e Souza, buscava simplesmente o enriquecimento rápido, e forjava ataques sofridos tendo a Companhia como mentora, e queixava-se, através de telegramas, às “autoridades do Paiz”. Ainda segundo documentos contidos no processo, o Sr. Manoel contava com o auxílio de seu advogado, Moura Carneiro, que era também redator do jornal *Avante*, o qual publicava notícias onde Manoel era tido como vítima constante dos ataques da Companhia.

Para a Companhia, Azevedo buscava o enriquecimento rápido via indenização por perdas de terras para a referida Companhia, além de justiça para o assassinato de seu pai, Dr. João Batista de Azevedo. Segundo Oliveira (1988, p. 140), João Batista era concunhado de Nazário de Leon. Era também, além disso,

Um dos grandes opositores políticos da Companhia Mate Laranjeira na cidade de Ponta Porã, assassinado por um dirigente da companhia, Heitor Mendes Gonçalves, e não resta dúvida de que o motivo foi político, já que aquele era advogado dos posseiros. Alguns meses antes, Batista de Azevedo tinha estado em Cuiabá, tratando de casos de posseiros, e conseguira a expedição de alguns títulos provisórios de diversos lotes de terra (GUILLEN, 1999, p. 159)¹⁷.

O representante da Companhia é enfático em defendê-la de todas as acusações de Manoel de Azevedo, bem como, classificar o assassinato de Batista de Azevedo como fatalidade. E ao final da Acção Ordinária solicita a condenação de Manoel de Azevedo e que pague “os prejuízos materiaes e moraes que lhe causou com a presente acção e que se liquidarão na execução, porque assim é de rigorosa, justiça”.

¹⁶ Documentação localizada nas caixas 17 e 19 sobre a Companhia Mate Laranjeira. Disponível para consulta no Arquivo Público de Mato Grosso localizado na cidade de Cuiabá/MT. Consultado em dezembro de 2013.

¹⁷ Cf. Jesus (2004, p. 84).

Por outro lado, é importante dizer que, segundo relatos trazidos pelo memorialista Ramão Vargas de Oliveira e confirmados por outros depoimentos, as disputas de terras acima referidas tinham ainda outros significados, além do conflito entre posseiros e a empresa ervateira. Segundo esses relatos, Nazário de León teria sido, na verdade, enganado por *Azevedinho*, seu sobrinho:

Azevedinho propôs [a Nazário] uma troca de fazenda, dando uma área de 5 mil hectares – que também era requerimento em Caarapó como sendo de sua propriedade e de Don Nazário – em troca de sua fazenda em Boa Vista. E, Nazário de Leon, dentro de um **espírito de grande simplicidade**, e um pouco de ganância, aceitou o negócio. [...] Dr. Azevedinho não havia conseguido o título das terras de Caarapó, que estava engavetado em Cuiabá por ordens da Mate Larangeira. Arranjou um título falso, **enganando o pobre** do seu Nazário e que além de tudo era seu tio. As terras de Caarapó estavam em demanda com a Companhia Mate Larangeira, que alegava serem suas estas terras, por arrendamento e por serem matas de muita erva-mate (OLIVEIRA, 1988, p. 140, destaques meus).

Braúlio Benites, neto de Nazário, em um depoimento confirma o ocorrido:

[...] Apareceu o Dr. Azevedinho e propôs um negócio para trocar por essa terra aí, Caarapó. Naquela época Caarapó era da Companhia Mate. Mais ele [*Azevedinho*] que comprou isso aí e queria trocar com ele. Então o velho [*Nazário*] trocou, mas ele deu um documento falso e ele [*Nazário*] deu a original para ele. [...] Aí o velho descobriu que a escritura era falsa, e entrô em demanda. Depois que ele perdeu a demanda (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Sabe-se, por fim, que Nazário de Leon mais uma vez requereu, agora perante a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, no ano de 1945, já com 78 anos, “a compra de uma gleba de terras de 100 hectares, situada no lugar denominado ‘Barreira’, no município de Dourados” (cf. documento citado por JESUS, 2004, p. 156). No entanto, pela falta de documentação necessária o processo foi arquivado em 17/03/1949. Segundo Oliveira (1988, p. 140), “em Caarapó, Nazário permaneceu até a sua morte em 6 de agosto de 1946, com idade bastante avançada, aproximadamente 80 anos”.

Penso que cabe aqui uma observação quanto à explanação de Ramão Vargas de Oliveira sobre a figura de Nazário: Oliveira apresenta Nazário sempre como um homem “ignorante”, simples, desprovido de malícias, totalmente manipulado pelos outros, inclusive o sobrinho. Que teria sido “enganado” pelo seu sobrinho Dr. Azevedo, na ocasião da troca das

terras que já haviam sido negadas pelo Estado, trocando uma escritura falsa pela verdadeira, da fazenda de Nazário. E se não bastasse a falta de caráter do sobrinho, a Companhia também lhe aplica um golpe, faz assinar um papel de desistência, “ele sabia assinar, mas não sabia ler direito e, com isto, foi enganado traiçoeiramente” (OLIVEIRA, 1988, p. 23).

Talvez seja esta a ideia, afinal, como a própria História nos reafirma constantemente, o mundo “vive” em constante busca por heróis e parece-me essa a intenção do autor, visto que, Nazário de León é tido como um dos “pioneiros” na região de Caarapó.

Enfim, o fato é que, com a já referida decisão do Interventor Dr. Arthur Antunes Maciel de negar a venda dos lotes a Nazário, as terras em disputas do povoado de Caarapó tornaram-se devolutas, formando um núcleo de população apreciável. Assim, por decreto-lei nº 397, de maio de 1941, é reservada a área de 2.000 hectares para o patrimônio de Caarapó, que contava com os seguintes limites:

Ao norte, a cabeceira do Boi-Jaguá abaixo, até fazer barra com o arroio Carapó; ao Poente, este arroio até a sua cabeceira; ao sul, uma linha partindo da cabeceira do arroio Carapó, vá a cabeceira Pereira na divisa com terras legitimadas por Arthur Pereira da Silva e por estas divisas até encontrar a cabeceira Boi-Jaguá, e ao nascente, esta cabeceira abaixo até ao ponto de partida (cf. documento citado em JESUS, 2004, p. 151).

2.4 – A HISTÓRIA DE CAARAPÓ PELA ÓTICA DOS SEUS “PIONEIROS”

Como aconteceu a quase todos os povoados até que se tornassem uma cidade, os primeiros anos e até as primeiras décadas da localidade reservam suas peculiaridades/especificidades. Comuns à maioria das localidades, as especificidades são observadas em especial nos aspectos do cotidiano, aspectos sociais e culturais, sem deixar de mencionar a presença constante da ideia de fartura e progresso, ou de como seus habitantes são gentis e acolhedores. Deste modo, os subitens a seguir inserem-se nestes aspectos.

De acordo com os relatos, é comum a menção à localidade em meados da terceira década do século XX. Estes depoimentos aludem à quase inexistência de pessoas e casas no vilarejo. O senhor Angel Mancuello, por exemplo, se referindo ao ano de 1924:

Gente era pouca e Caarapó era um potreiro¹⁸ só! Tinha muita quiçaça e cerrado. Tinha muito “etoroarú”¹⁹, onde era seco tinha muita erva, o nome já era Caarapó. O mais antigo morador era o Senhor Nazário de Leon e também o Manuel Benites e Gabriel Benites. Eles já moravam no “eteroarú” [atual Vila Setenta]. (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Segundo Braúlio Benites, “no ano de 1928, tinha sete casas, aqui em Caarapó, aqui era mateiro”. Assim como D. Fontina Paim observa:

Dava pra contar as casas que tinha que era pouquinho pequena demais [...] era só mato mesmo, brejo, água e cerrado, porque rua mesmo não tinha, era aqueles trilho de bugre que tinha naquele tempo [...] Só cerrado (Depoimento pertencente ao Museu).

Referências memorialísticas a esse povoado aparecem também em outras fontes.

O autor Hélio Serejo, em uma de suas obras literárias, *Pelas orilhas da fronteira* (1981), menciona em duas passagens a Vila de Caarapó. Na primeira diz: “Um dia, no final do ano de 1936, o Padre barbudo, chegou à vilinha de Caarapó – quatro casas e duas chácaras [...]” (p. 29); mais a frente refere-se a Nazário de León, “o primeiro chacareiro com moradia fixa na vilota engatinhante” (p. 30).

Segundo Oliveira (1988), no entanto, além de Nazário de León, existem outras pessoas que são mencionadas como “fundadores” da Vila Caarapó: Saturnino Benites, João Augusto Capilé, Izaul Cardoso, Florêncio Benites, Diego Paz, Humberto de Freitas Coutinho, Sindoca Vasques, Antônio Soares, Ângelo Gagliardi, Francisco Rojas (p. 23).

Pode-se observar nos relatos que o desenvolvimento da Vila de Caarapó foi extremamente lento. Observamos que era comum no Brasil daquela época que a população em sua maioria vivesse em áreas rurais, de modo que os centros urbanos tinham muito pouca expressão. E a maioria dos moradores habitava chácaras ao redor da Vila, como menciona o Senhor Angel Mancuello, assim como Juana Castilho: “a gente chegou aqui em Caarapó bem no começo. Antes a gente morava lá no ‘Potrero-Guassu’ [região onde atualmente se encontra o Balneário Municipal Ayrton Sena]. Todo mundo nasceu lá!”.

¹⁸ Campo fechado, com pasto e aguada, destinado a recolher animais, que ficam à mão, para serviços.

¹⁹ Brejo.

2.4.1 – Comércio

Até as primeiras décadas do século XX, o comércio desta região concentrou-se no sistema de escambo, ou seja, troca de mercadorias sem intervenção de dinheiro. Em parte, isso ocorria devido à distância dos grandes centros urbanos. Para que se tenha uma ideia, o maior centro “urbano” localizado próximo à Vila de Caarapó, numa distância de 30 quilômetros, era Campanário, sede da Companhia Mate Laranjeira. Outro centro “urbano” era Ponta Porã, emancipado em 1912 do município de Nioaque (sendo que, neste momento, a Vila de Caarapó passa a pertencer ao município de Ponta Porã).

Com relação ao comércio, Ramão Vargas de Oliveira destaca:

O que se adquiria, nos boliches, ou nas casas de comércio que se instalavam pelas beiras das estradas, desde Ipejhum – hoje Paranhos – e Nhu-Verá, e mais tarde, Bela Vista, Ponta Porã e Nhoac [sic], até as barrancas do Rio Paraná, era trocado por mercadorias vindas do Paraguai, Argentina, ou mesmo do Brasil, mas via Buenos Aires e Asuncion, e que eram trazidas de navios através dos rios Paraná e Paraguai. Porto Murtinho e Corumbá eram deixadas as cargas, que eram posteriormente levadas para Juty, e até mesmo para Dourados e outros centros ou povoados, por meio de carretas (OLIVEIRA, 1988, p. 136).

Em outra passagem Oliveira menciona que o transporte de cargas,

[...] era feito em carretas ou no lombo de mulas, em cangalhas. As mercadorias em principio, vinham do Paraguai, via picada de Chiriguêlo, saindo em Ponta Porã; ou de Vila Rica e Orqueta [Horqueta], saindo em Ipejhum (Ipê preto), ou em Nhuverá, de onde rumavam para os lugares em que existiam casas de negócios. Estas eram muito espalhadas pela beira das estradas. [...] Mais tarde, a partir de 1920, as mercadorias eram trazidas de Ponta Porã, Campo Grande, Aquidauana e Porto Murtinho [...] (1988, p. 79).

Depois de realizado o transporte de cargas, outra maneira de distribuição de mercadorias eram os chamados *mascates*, “uma espécie de comércio ambulante uma ou duas vezes por ano, trazendo um pouco de tudo: tecido, linha, botão, sabonete, meias..., e até gêneros de primeira necessidade, como trigo, açúcar, sal e ferramentas” (OLIVEIRA, 1988, p. 136).

Em Caarapó, segundo o depoimento de Angel Mancuello, o seu pai Manuel Mancuello desenvolvia a profissão de mascate, sendo comum o comércio com estes que vinham do

Paraguai. O mesmo menciona: “naquela época, os mascateiros iam até a fazenda ‘Buena Vista’ que era um laranjal para negociar e trocar mercadorias. Levavam querosene, açúcar, graxa e trocavam por queijo, rapadura e leite, com a Dona Firmina e a Emília”.

2.4.2 – Curas, batismos e medicamentos

Durante as primeiras décadas do século XX, a Vila de Caarapó não contava com uma estrutura econômica e social. Farmácias, médicos, padres eram inexistentes na vila. Sendo assim, a população contava com a sabedoria popular na maior parte do tempo, a procura por benzedoras/curandeiros era constante. Neste meio destacou-se na Vila, nas primeiras décadas do século XX, a senhora Cirila Mareco, famosa por suas curas e rezas milagrosas. Os medicamentos eram, em sua maioria, extraídos da natureza, tais como raízes, flores, cascas e noz, os glóbulos ou gotas milagrosas; era comum a existência, nas casas, de remédios homeopáticos. Em seu depoimento rico em detalhes de curas, chás medicinais e orações, a filha de Cirila Mareco, Thomásia Candado, que após a morte de sua mãe continuou como benzedora em Caarapó, relata:

A minha mãe era parteira aqui, arrumava pra nascer e mãe doente nunca chegou a falecer na mão da minha mãe, graças a Deus nessa parte ela teve muita coragem e enfrentou muita luta sem uma injeção nenhuma, chá pra dar pra doente, foi coragem, oração e fé em Deus porque recurso não tinha. Graças a Deus durante toda a vida, sempre foi muito preferido o trabalho dela. [...] Deus fez ela como médica, cuidando o povo por aí (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Abordando este assunto, Oliveira (1988) observa:

Usavam-se benzimentos contra quebrante, mau-olhado, espinhela caída, rendiduras, mordidas de cobras, sustos e invejas. Era tudo muito simples: um copo de água, umas brasas bem acesas, um ramo de arruda ou de qualquer outra planta. O benzedor ou benzedora pegava as brasas com uma colher, pronunciava várias palavras, jogava as brasas acesas na água. Caso elas afundassem, a criança estava atacada de quebrante, mal-olhado ou inveja. Finda a oração e os exercícios, jogava-se a água para trás, de preferência para a entrada do sol (p. 77).

Neste período era comum que as missas ocorressem na casa de algum fiel, visto que a primeira igreja católica foi construída somente em 1939. Segundo o relato de D. Thomásia Candado, a igreja foi construída por seu pai, Euzébio Candado, e por Adalto Polvilha: “eles mesmo que serraram, aí fizeram essa igrejinha, não tinha igreja né e eu queria ser alguma coisa, não tinha igreja, não tinha professor, não tinha trânsito, não tinha mercado”; na ausência da igreja “em Caarapó o padre ficou na casa do Candado, batizou o terreno todo e a primeira missa foi lá. A missa sempre era realizada lá, sem ter a igrejinha ainda. Não tinha nada! Era o padre Antonino”. Então era comum a cada visita do padre, em geral, visitas anuais, que os fiéis guardassem água benta. D. Amância Candado comenta:

Água benta da igreja sabe, o povo guardava, guardava mesmo porque o padre ia de vez em quando a cada quanto ano, né. Ai tem nenê, a pessoa que vai batizar leva um pouquinho e mistura com um pouquinho d’água e batiza a criança, assim que nós fazíamos. A madrinha e padrinho tem que repetir tudo que o padre fala que a outra fala aí eles batizava, mas quem fazia tudo isso aí mesmo, sabe quem era – quem fazia tudo isso aí pra nós antes era o pai da Dona Maltina Riquelme [Martín Riquelme]. Aí vai pra batizar, jogar água na cabecinha da criança, aí a madrinha e padrinho vai respondendo o que o outro fala, eu te batizo em nome do pai, do filho e do Espírito Santo (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Com relação aos batizados realizados em casa, Oliveira menciona:

Batizavam-se as crianças em casa, onde os padrinhos, ou seja, aquelas pessoas que praticavam o batismo, ficavam sendo compadres dos pais das crianças batizadas. Era uma cerimônia simples: um ramo, um copo de água limpa e pronto. Aspergindo a água com um raminho pronunciavam as seguintes palavras: eu te batizo [...] em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ou dizia-se em primeiro lugar, o nome da criança a ser batizada (1988, p. 77).

2.4.3 – Caarapó: os ervais e seus trabalhadores

Como já mencionado anteriormente, a Companhia Mate Laranjeira era detentora do arrendamento de grande parte das terras do antigo sul do Estado de Mato Grosso, e Caarapó localizava-se dentro de seus arrendamentos. Deste modo, boa parte da população prestava

serviços à Companhia, seja como *habilitados*²⁰ ou como simples trabalhadores nos ervais. Além disso, havia também a coexistência de moradores que elaboravam erva por conta própria, ainda que depois tivessem que vender a sua produção para a Companhia.

Outra mão-de-obra farta e barata foram os indígenas, destacando-se duas etnias, os Kaiowá e o Guarani, cujo território abrangia partes do que viria a ser o município de Caarapó. De acordo com Ferreira & Brand (2009), os trabalhadores indígenas tinham de se deslocar de suas aldeias para os locais que foram designados para o trabalho, além do fato de conviverem com diferentes formas de interação e hábitos alheios a sua cultura (p. 115). Um desses hábitos foi a introdução das bebidas alcoólicas nos aldeamentos indígenas. Em um dos depoimentos utilizados por Vietta (2007) em sua tese de doutorado, um dos entrevistados, a indígena Aurora Catarina, menciona,

Antes de abrirem aquela estrada²¹, não tinha cachaça. O Kaiowá não conhecia cachaça. Por isso que naquela época era difícil falecer, porque o Kaiowá ainda não estava contaminado com o álcool. [...] Quando fazia festa, aí já trazia cachaça! Fazia festa ali perto do [córrego] Laranja Doce. Tinha a comissária ali... Eram os Kaiowá e os paraguaios... Eles é que começaram a trazer cachaça para os Kaiowá (p. 170).

Segundo Vietta (2007, p. 68) há a definição de “duas categorias de trabalhadores” indígenas, “os ‘índios aldeados’ e os ‘índios ervateiros’, estes sem ‘residência fixa’, vivendo nos ranchos da companhia”. Ainda de acordo com Vietta, ao menos “em 1927, a mão de obra kaiowá utilizada pela Cia Matte é bastante superior à paraguaia, e igualmente submetida à escravidão por dívidas, nas mesmas condições de desrespeito e violência” (idem). A forma de aproximação para o recrutamento de mão de obra é facilitada pela língua Guarani, uso de presentes e, quando não conseguida desta forma, usava-se a violência.

Além do recrutamento como mão de obra, os indígenas foram desalojados pelo fato de habitarem em terras constituídas pelos ervais; assim, os desalojamentos ocorridos na região de Caarapó eram acompanhadas pelo uso da violência e pela conivência do órgão indigenista oficial, restando aos indígenas a transferência para a Reserva de Caarapó *Tehy Cuê*, que, traduzindo, significa “*lugar que já foi aldeia*”, “[...] á desocupação dos índios da área Takuara

²⁰ Responsável por uma *ranchada* da Companhia. O que conquistava o direito de fazer erva nos ervais da Companhia; habilitado por um contrato para explorar os ervais da Companhia (GUILLEN, 1991, p. 363-364).

²¹ “[...] Estrada como sendo a que faz a ligação do rio Brillhante, a partir do córrego Laranja Doce, em direção a Potreiro Guasu e seguindo em direção aos municípios de Jateí, Amambai, Guaíra, Ponta Porã, e, ainda, Paraguai” (VIETTA, 2007, p. 170).

[região de Caarapó]”. Destaca-se o fato de que a resistência ante a expulsão é vencida após as casas serem alvos de incêndios criminosos (VIETTA, 2007, p. 78).

Porém os índios apresentam resistência para permitir a exploração dos ervais próximos de suas habitações. [...] o esforço do convencimento é demorado e envolve “presentes”: roupas, machetes e machados, mesmo assim, “o índio brigava para não entregar o erval dele”. Porém, os ervateiros retornam oferecendo mais “presentes”, até conseguiam convencê-los. No entanto, se os “presentes” não se mostram suficientes, os ervateiros “davam susto pro índio”, ou seja, de diferentes maneiras passam a ameaçar os índios até alcançarem o seu objetivo (BRAND, 1997, p. 65-66, *apud* VIETTA, 2007, p. 69-70).

Cercada de várias maneiras, grande parte da população indígena da região de Caarapó vê-se obrigada a trabalhar nos ervais arrendados pela Companhia Mate, ou a terceiros, os chamados *habilitados* que entregam a sua produção a Companhia. Neste sentido, e como observado acima, a mão de obra indígena e a paraguaia não diferem em nada para a Companhia, os mesmos “direitos” e castigos, além da forma de trabalho exaustiva e penosa, como destaca o Sr. Gregório Lugo, encarregado da Companhia por vários anos,

Naquela época o peso era calculado em libra, uma libra equivalia a 11,500 kg²². Havia gente que carregava 20, 25 até 30 arrobas. Era pouca gente. Transportava no lombo uns 1.000 m. Do local onde era amarrado o *raído*²³ até no *paraje*, local onde se pesava erva. Lembro-me que havia uma mula chamada Timbé, ela carregava duas bolsas cheias de folha. Chegava ao *paraje* e deitava para que os peões desamarrassem e liberassem a carga. Ela era acompanhada por mais 24 animais entre mulas e burros. De lá levavam para a *tambora*²⁴ para apurar mais o *sapeco*²⁵, para depois chegar até o barbacuá. O barbacuá se media com os pés calçados com plantilha: 27 pés de comprimento e 25 de largura. Cada barbacuá recebia em torno de 1.200 arrobas. Eram quatro trabalhadores que revezavam de dia e noite. Para colocar lenha no buraco e o calor do fogo chegava sob o barbacuá por um túnel que ia até debaixo do barbacuá e ali se construía um forno, todo

²² É necessário fazer uma correção, visto o equívoco na fala do Sr. Gregório Lugo. O que equivalia a 11,5 kg era a arroba castelhana, pois a libra valia pouco menos de meio quilo.

²³ Fardo de folhas de erva-mate que o mineiro transporta nas costas. O peso aproximado era de 100 kg.

²⁴ “Cilindros de armação metálica revestido de tela, ‘Tambora’, como denominavam os ervateiros. [...] gira à força manual, sobre uma fomalha. A operação requer prática e atenção, para que as folhas não se incendeiem” (SALDANHA, 1986, p. 479).

²⁵ “Ato de passar as folhas por um fogo violento. Dá-se também o nome de *overêo*” (BIANCHINI, 2000, p.251).

perfurado, para que o calor aquecesse o barbacuá. Dali era levado até o cilindro, pedaço de tora que continha inúmeros pedaços de paus pontiagudos, movidos a tração animal para moer a erva. Ali mesmo era colocado na bolsa onde cabiam 50 quilos. Daí já era levado até Porto Felicidade, antes de a estrada ficar pronta era levado para M'boijagua em Amambai (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Outro encarregado da Companhia, o Sr. Angel Mancuello, alude aos maus tratos sofridos pelos trabalhadores: “a Companhia judiava até da gente, imagina dos índios”, bem como fala sobre a contratação dos peões:

Os dirigentes iam ao Paraguai contratar peões. Traziam gente de caminhão cheio. Antes, os patrões vinham embora e permaneciam os apontadores (encarregados que listavam nomes). Vinham não só de caminhão, de a pé e de cavalo, também. As mulheres, “tembireko” (esposas) vinham também. Acaba a safra que duravam meses e depois, três meses de folga. Muitos voltavam, outros não. Muitos fugiam e eram perseguidos e assassinados. Era assim!(Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Para Guillen (1991), o trabalhador desconhecia as condições de trabalho e era seduzido pelas “vantagens” em curto prazo para se trabalhar nos ervais. Entretanto, fica a dúvida se as condições de trabalho, no momento abordado nesta pesquisa, eram as mesmas desde o século XIX. E mais, o trabalho passava de geração a geração, o que faz pensar na falta de opções de trabalho que garantissem a sobrevivência.

A mesma autora observa que “no mundo do erval” existia uma categoria denominada de **conchavador**, um especialista no recrutamento, isto é, no *conchavo*. Este conchavador, conforme já foi mencionado no capítulo anterior, seduzia os empregados, geralmente em baile ou prostíbulo, apresentava ao trabalhador a chance de enriquecimento rápido e facilidades de ganho, se o mesmo fosse trabalhar nos ervais. Prova desta “riqueza” era o **antecipo**, ou adiantamento. Assim, o trabalhador já se dirigia aos ervais endividado. Chegando aos ranchos ervateiros o trabalhador era obrigado a comprar os materiais de trabalho e gêneros de subsistência básicos, vendidos a preços exorbitantes dentro dos armazéns da Companhia.

Cada peão, ao aceitar a proposta para trabalho, recebe logo, antes de embarcar para o centro da ação, uma quantia adiantada, regulando de 100 a 150 pesos argentinos, a que denomina de antecipo, para despesas de primeira necessidade, gastando-a incontinenti, na Cidade de Posadas em dois ou três dias, com jogo, bebidas e mulheres; seguindo afinal para ocupar o seu cargo,

desprovido de qualquer recurso, exatamente como dantes se encontrava, a fim de pagar com o suor do corpo, a importância, tão facilmente recebida quão loucamente despendida. Uma vez pago o tal anticipo e, com alguma sobra acumulada no baú, o que se verifica com mais de um ano de serviços, pede passagem, de ida e volta, para Posadas, que lhe é fornecida pela empresa, sempre gratuitamente; onde, no mesmo lapso de tempo (dois ou três dias) fica reduzido à mais extrema pobreza, chegando a ficar, um ou outro, até sem dinheiro para cigarros, sendo necessário novo anticipo voltando ele, outra vez, ao cativo, a suportar os horrores desta vida (SIMÕES DA SILVA, 1927, p. 95-96 *apud* GUILLEN, 1991, p. 193-194).

Acreditamos contudo que, no caso de Caarapó, os trabalhadores que iam para os ervais já conheciam a realidade dos trabalhos, e o faziam devido à falta de opções de outras ocupações que garantissem a sobrevivência. Ou seja, tendo em vista as redes de sociabilidades, tal condição era recorrentemente conhecida, tratando-se do próprio processo histórico.

Capítulo 3

CAARAPÓ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960: FRENTES PIONEIRAS E TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

3.1. – CHEGADA DAS FRENTES PIONEIRAS

De acordo com Foweraker, o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso²⁶ é tido dentro do estágio capitalista de ocupação de terra na fronteira. Contudo, o mesmo autor observa que, além do estágio capitalista, existem outras duas etapas que marcam a ocupação da terra: o não capitalista e o pré-capitalista. Entretanto, essas categorias não podem e não devem ser vistas como estádios apartados, pois “elementos do primeiro estágio podem subsistir no final, enquanto elementos ou traços do final podem ser encontrados no início do processo” (1981, p. 58). Haja vista esta primeira “classificação”, é possível relacionar a mesma com a indústria extrativista da Companhia Mate Laranjeira, que atuou de maneira emblemática, em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, na região sul do antigo Mato Grosso. Para Foweraker (p. 60), a presença e a atuação dela junto ao Estado de Mato Grosso dificultou a instalação de posseiros na região²⁷ e, conseqüentemente, uma densidade populacional mais significativa. “Onde estavam presentes, as companhias ativamente desencorajavam o povoamento; onde estavam ausentes, alguns poucos habitantes que se haviam infiltrado pelas trilhas da floresta viviam em pequenas comunidades caboclas” (FOWERAKER, 1981, p. 60).

Como já mencionado, mudanças quanto ao povoamento da região ocorrem a partir da iniciativa da Marcha para o Oeste. A partir deste momento, políticas de povoamento, como a criação do Território Federal de Ponta Porã, incentivos à colonização de particulares, caso da Colônia Café Porã e a Colônia dos Baianos (atualmente pertencem aos limites do município de Caarapó), além da colonização realizada por Geremia Lunardelli, juntamente com a decrescente concessão de terras para a exploração extrativista à Companhia Mate Laranjeira, dão ao cenário do antigo sul de Mato Grosso novo feições.

²⁶ É necessário observar que a divisão de Mato Grosso, para a formação do Estado de Mato Grosso do Sul, ocorre apenas em 1977, então quando é realizada referência ao sul de Mato Grosso, refiro-me à região que posteriormente viria a pertencer a Mato Grosso do Sul.

²⁷ Discussão realizada nos dois primeiros capítulos desta dissertação.

Neste cenário torna-se fundamental mencionar a presença da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que desempenhou papel importante no que tange às políticas públicas de ocupação da região. Com a divisão de terras em pequenos lotes voltadas para a produção agrícola, significou um marco no desenvolvimento na região. Embora com problemas estruturais em sua implantação, efetivada somente anos depois de sua criação, contribuiu como chamariz, para a migração e imigração para tantos que buscavam o tão sonhado “pedaço de chão”; além destes, inúmeras companhias pegaram-na como exemplo comprando e loteando glebas de terras (FERNANDES, 2012). Foweraker (1981) destaca que, durante os anos de 1950, o principal núcleo populacional do sul do antigo Mato Grosso foi a colônia de Dourados, “durante a década, sua população [do município de Dourados] cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento municipal mais rápido no Estado” (p. 73).

Assim, vieram migrantes e imigrantes do nordeste, bem como japoneses oriundos do interior de São Paulo. Medeiros (2001) observa que as famílias nordestinas foram conhecidas por “baianos”, os quais, assim como as famílias japonesas, se dedicaram à produção de café. Em ambos os casos, “a posse da terra, mediante a compra, era o grande sonho. Juntamente com a possibilidade de plantar café, foram estes dados, em consonância com a conjuntura política do país, que exerceram a grande atração sobre os dois tipos de colonos” (p. 28).

Com relação à Colônia dos Baianos, esta se forma inicialmente a partir do Sr. José Francisco Marques e sua esposa Joana da Silva Prado, ambos oriundos do nordeste brasileiro. Adquirem 242 hectares (100 alqueires) de terras em Dourados (atualmente esta área pertence ao município de Caarapó). Após a legalização da posse da terra da pequena fazenda chamada Proteção, estes hectares foram divididos igualmente em cinco partes, onde uma permaneceu para o Sr. José e sua esposa, e o restante distribuído entre os quatro filhos mais velhos, sendo eles os Srs. Deoclides Prado Marques, Artur Prado Marques, Ojasto Prado Marques e Josino Prado Marques. Ficando de fora, na partilha da fazenda, o Sr. Antônio Prado Marques, o Sr. Juvêncio Prado Marques e a Sr^a Amandia Prado Marques, filhos mais jovens do casal (MEDEIROS, 2001, p. 56). A partir daí, a nomenclatura “Colônia dos Baianos” faz parte do cotidiano da região. A base agrícola da Colônia é o café, embora plantem entre os corredores dos cafezais alimentos como milho, feijão, arroz e outros cereais, tendo em vista a oscilação da produção por fatores naturais (geadas) e fatores econômicos (variação de preços) (MEDEIROS, 2001).

No entanto, mesmo com oscilações financeiras e a vulnerabilidade em relação ao clima, os cafezais em época de colheita atraíam trabalhadores de outras regiões, mesmo que

temporários, e em grande parte acabavam se instalando na região, como menciona o Sr. Deoclides Prado Marques (pequeno proprietário e produtor de café, durante os anos de 1952 até 1960), “durante a colheita era uma festa, muita gente, colono, empreiteiro temporário” (*apud* MEDEIROS, 2001, p. 59). Vale observar que muitos se estabeleceram na própria colônia, trabalhando para os “baianos”. O Sr. Artur Prado Marques (produtor de café entre os anos de 1952-1962, posteriormente dedica-se à vida política no município de Caarapó), menciona que “tinha seis famílias de colonos. E alguns índios trabalhavam para mim, na época de carpa e colheita. Os colonos ganhavam por mês. Os índios através de um empreiteiro pegava o serviço e ganhavam por dia, o empreiteiro é que pagava eles” (*apud* MEDEIROS, 2001, p. 64).

Com relação à instalação e ao trabalho dos colonos na localidade, o Sr. Deoclides observa:

Tinha 5 a 6 família de colono, cada família tinha mais ou meno 11 pessoa, de modo que o colono morava no sítio, em pequena casa de madeira em fileira. Era quem trabalhava no cafezal, para cuidar e colher. Cada colono dá conta de cuidar de 4 mil pé de café; eles recebia em quantia em dinheiro e no final do mês. E podia plantar para a subsistência nas rua do cafezal. Quando tinha armazém, descontava o armazém ou eles mesmo pagava. [...] Durante a colheita, o colono tinha um salario por mês, cada 1 mil dividia aquele total que dava por ano (*apud* MEDEIROS, 2001, p. 61).

Pode-se observar que existia toda uma estrutura física e econômica que assistia aos colonos que se instalavam, fora a presença de armazém, e ainda posterior uma escola primária criada em 1961: a Escola Mista Joá, pertencente ao município de Dourados (sendo, portanto, mantida pelo município). Segundo o Sr. Benedito Cardoso, professor, a escola funcionava “com uma média de trinta alunos, todos filhos de colonos, sitiantes e arrendatários da região” (*idem*, p. 72).

A Colônia Café Porã é iniciativa de um grupo de japoneses oriundos do estado de São Paulo, desde a Primeira Guerra Mundial, outros após desastre natural em 1923 e pós Segunda Guerra Mundial. Nesta região de Mato Grosso, eles chegam durante os primeiros anos da década de 50, atraídos pelas notícias de vendas de terras da região de Dourados. Deste modo, um grupo comprou 597 alqueires em 1952, e mais 932 alqueires em 1953, “uma área ideal para a colonização” (MEDEIROS, 2001, p. 91).

Durante a década de 50, existiam, na “Colônia Café-Porã”, 34 proprietários japoneses distribuídos numa área de 1.482 alqueires. Eram 32 famílias com 164 pessoas, cultivando 1.411 alqueires, sendo 610.000 cafeeiros e 234 alqueires de pastagens, com 1.300 cabeças de bovinos e 1.300 de suínos (idem).

Com relação à região neste período, os primeiros anos da década de 1950, Medeiros (2001) observa que:

[...] A precariedade das estradas era de tal ordem que o único meio de transporte utilizado pelos Natsumeda [uma das famílias que vieram para a região] foram o jipe e o caminhão, e ainda assim, em épocas de chuva, estes chegavam a levar três dias para percorrer uma distância de pouco mais de 40 km até a cidade de Dourados. Também não é esquecida pela família a grande dificuldade para encontrar água potável [...] (p. 96).

Há uma diferença quanto à estrutura organizacional entre as duas colônias. É perceptível, na Colônia Café-Porã, uma organização “pautada em contratos”, o que não ocorre na Colônia dos Baianos. Contratos, que visavam desde a derrubada da mata até a instalação nas terras da colônia e trabalhos terceirizados, eram explícitos em termos de benefícios e deveres, em sua maioria com prazos a serem cumpridos, extremamente meticulosos quanto aos detalhes das ordens (MEDEIROS, 2001, p. 98-99).

Com relação à colonização particular realizada por Geremia Lunardelli na região, a partir do ano de 1952, Fausto Vieira de Campos, em *Retrato de Mato Grosso* (1955), mencionando as migrações para a região do antigo sul de Mato Grosso, em que estavam sempre presentes as possibilidades infindas nesta parte do território brasileiro, faz uma apresentação exaltada, até exagerada, deste que era conhecido como “Rei do café”:

[...] mostrou-se muito interessado em conhecer o Vale do Amambaí²⁸ e teve essa oportunidade imediatamente proporcionada. Foi de tal sorte o entusiasmo que sentiu diante da terra de Dourados e da natureza esplendorosa do sul de Mato Grosso que não hesitou um só instante: adquiriu vasta gleba de terras (cerca de 70.000 hectares) e *iniciou logo em seguida uma das mais promissoras lavouras cafeeiras do Brasil. A Fazenda Carapózinho, do Sr. Geremia Lunardelli, constitui padrão de orgulho da nova civilização cafeeira de Mato Grosso.* [...] Todavia, o que significou a

²⁸ “O Planalto do Amambaí, no extremo sul de Mato Grosso, compreende a região delimitada geograficamente pelos rios Paraná, Ivinhema e Brilhante, pela Serra de Maracajú e pela República do Paraguai. [...] Ali se situam as cidades de Rio Brilhante (antiga Entre-Rios), Dourados, Pôrto Felicidade, Ponta Porã e Amambaí, e os campos de Vacaria” (CAMPOS, 1955, p. 23).

presença de Geremia Lunardelli em Dourados não foi apenas a pujança de suas iniciativas ruralistas; foi a atração irresistível de **outros fazendeiros que sóem seguir as pegadas dêsse pioneiro**. [...] Esse denodado ruralista não temeu o risco de formar no sul de Mato Grosso vasta plantação de cafeeiros e de executar por conta própria, sem nenhum auxílio governamental, uma política objetiva de povoamento (CAMPOS, 1955, p. 25-26, grifos meus).

Com relação à presença da colonizadora de Lunardelli, formada por ele e o Sr. Ariosto Riva, Lomba (2011) menciona que, a partir da chegada de Lunardelli, acontece em Caarapó um processo de valorização das terras e especulação fundiária. Realizavam-se propagandas no Estado de São Paulo e a partir disso era realizado, junto com o interessado, “um percurso de avião sobre a área comercializada, sendo que, de quem comprasse a terra, o ônus do percurso não era cobrado. Mostrava-se uma área já aberta e com cafezais, sendo que a área vendida era coberta de matas originais” (p. 73). Além disso, o alto preço das terras era totalmente desproporcional aos valores da época. Ainda de acordo com Lomba, a colonizadora foi responsável pelo “loteamento das glebas Caarapozinho, Engenho Velho, Conchita Cuê, Sayju, Café Porã, Liberal e São Lourenço, entre 1950 e 1965” (Lomba, 2011, p. 73). A esse respeito, Jary Carvalho Maciel (agricultor e ex-subprefeito de Caarapó) observa:

Chegando em Caarapó a gente tava em pleno desenvolvimento com o projeto do Geremia Lunardelli, o então rei do café com expansão de cafezais também na região de Caarapó e as matas eram excelentes para agricultura e isso era bastante atrativo para os cafeicultores que vinham do Estado de São Paulo especialmente, para ficar na região onde adquiriram pequenas lebres [sic] de terra. Então desenvolveu o café, e montava-se aquele movimento, aquela esperança do café que foi sempre o ouro preto do Brasil (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Na edição de 16.09.1951, o jornal *O Progresso*, em uma matéria relacionada ao então distrito de Caarapó, menciona que a localidade passava por um surto de desenvolvimento econômico, e enaltece a presença da colonizadora de Lunardelli.

Hoje, Caarapó vae marchando para destinos gloriosos. [...] As culturas permanentes, como o valoroso café, estão sendo feitas pelos grandes cafeicultores paulistas, notadamente pelo “Rei do Café”, comendador Geremia Lunardelli e muitos outros agricultores de renome. O comércio ali, naquele “Vale da Esperança”, está movimentadíssimo, pois nele já se encontra de tudo, tais como: farmácias, gabinete de odontologia, casas comerciais com bons estoques, pensões, etc (*O Progresso*, 16.09.1951, p. 1-3).

Em outra edição do mesmo jornal, de 23.11.1952, um artigo escrito por Euclides Serejo destaca que, até o surgimento de Lunardelli na localidade, a monotonia e o desânimo faziam parte da realidade, “até que certo dia, que ficou indelevelmente gravado em nossa lembrança, atraído pelas ubérrimas terras de nossa região, surgiu o rei do café, o comendador Geremia Lunardelli” (p. 1), e ainda destaca “com o rei do café à frente de nossas principais realizações, nenhuma barreira mais poderá se antepor ao nosso progresso” (p. 5).

É notável como a imprensa trabalhava a favor da colonizadora de Lunardelli. Exaltações, infíndos agradecimentos, praticamente um “homem enviado por Deus”, para acabar com os problemas populacionais e econômicos do mais distante “rincão” do Brasil. O Sr. Artur Prado Marques (entrevistado em Caarapó, em 07.01.2013), comenta a presença de Lunardelli na região e observa:

Naquele tempo Caarapó, era muito pequeno, mas teve boa representação. Eu mesmo, eu e meu pai, ainda ajudamos a derrubar 10 alqueiro de mato no Caarapozinho, nós fizemos 10 alqueiros nós dois. Foi derrubado muito mato naquele tempo, e depois plantado muito café. A plantação de café era tão grande naquela época, que no Estado de São Paulo a gente andava quilômetros e quilômetros de lavoura de café, aonde o Lunardelli foi o maior colonizador de café daquela época. [...] foi quatro mil hectares. Só aqui, ele comprou. E aqui já pegando o município de Dourados e Ponta Porã, ele tinha mais outra fazenda, acho que era uns três ou quatro mil também. Aqui na região ele tinha umas oito mil hectares de café. De terra, aliás, para plantar.

Outro entrevistado, o Sr. Mário Duran Leitão (entrevistado em Caarapó, em 23.01.2013), comentando a presença de Lunardelli na região, destaca:

O Lunardelli foi um empreendedor do norte do Paraná, aqui região de Maringá, Londrina, que com a perspectiva de desenvolvimento da região do Mato Grosso, e com a divisão das terras e fornecimento de grandes áreas para o plantio, através do governo federal de Getúlio Vargas, naquela oportunidade começou a abrir colônias de plantação de café na região de Cristalina, região do Liberal e região do Sete Voltas, aqui em Caarapó. E essas áreas eles conseguiam, aventureiros, paulistas, paranaenses que vinham explorar estas terras no café, plantio do café. Nós temos uma região aqui em Caarapó, o Café Porã, Sayju, que foram justamente colonizadas, com estes colonizadores descendentes de japoneses, e também italianos que moravam no estado de São Paulo e vinham para cá, arriscar a sorte no plantio de café, porque era a atividade principal que eles sabiam fazer no estado de origem, era a lavoura de café. Essas terras eram divididas em lotes pequenos e vendidos a preços razoáveis naquela oportunidade, onde as pessoas vinham para cá e a primeira coisa que faziam era derrubar as matas, que existiam muito e plantar o café.

É possível perceber, nos depoimentos, duas visões distintas: o Sr. Artur tem um posicionamento mais centrado, afinal, foi um dos donos da Colônia dos Baianos (um dos quatro filhos que receberam lotes de terra), então para ele o trato com a terra e com o plantio/colheita do café, foram comuns a sua realidade; embora diga “teve boa representatividade” (presença da colonizadora Lunardelli), não há o “endeusamento” do colonizador, tendo em vista que a Colônia dos Baianos também atraiu um contingente de pessoas para a região. Na fala do Sr. Mário, é possível perceber uma semelhança com o que está apontado no livro de Oliveira (1988):

[...] com a feliz idéia de Geremia Lunardelli e Ariosto de Riva, que resolveram colonizar grandes porções – fazendas antigas, e recentes – transformando-as em glebas e sítios, vendidos a pequenos proprietários em suaves prestações, fazendo que, milhares de colonos se deslocassem de São Paulo, do Nordeste, do Paraná e outros Estados da Federação em direção a Caarapó (p. 127).

O depoimento do ex-funcionário de Lunardelli, o Sr. Nelson de Araújo, que chega à localidade de Caarapó no ano de 1951, nos oferece detalhes quanto às características pessoais do “rei do café” e o trato com os funcionários:

Era um magrelo, [...] a fala parecia um lobisomem, um besouro de grossa, ele era quieto, só conversava com a gente se a gente conversasse e também não perguntava nada pra ninguém. Ele chegava lá na fazenda, tinha quatro colônias, lá na barranca do corgo, na Caarapozinho, os outros quando chegava lá ia todo mundo de carro visitar o povo de São Paulo e ele ia de a pé, deixava o carro lá no terreiro e ia de a pé. Ia arrancar toco de camisa de algodão, desse algodão grosso, desse de fiar, dizia ele que era pra durar, que ele não ia comprar camiseta fininha porque não era doido pra jogar dinheiro fora. Eu vou lá na tecedeira, e mando fazer uma camisa pra mim e quando lava, ela põe assim e fica de pé. O patrão, ele era bom, chegava na fazenda e não mexia em nada, ia direto no escritório e o gerente tinha que tá junto com ele, mas com peão ele só dava as horas, perguntava se tava indo bem tudo e passava. Não olhava cafezal de ninguém, nem nada e dinheiro não faltava pra turma (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Em outro trecho do depoimento o Sr. Nelson, comentando sobre mais uma compra de fazenda pelo Comendador Lunardelli, nos traz um dado no mínimo instigante com relação a uma fazenda localizada no Paraguai:

Ele tinha noventa e nove [fazendas] e foi pro Paraguai comprá uma fazenda pra inteirar as cem! Mas chegou lá ele comprou três! Não foi uma só! Achou muito barato, né?! E era cheio do dinheiro e viu que o café que tinha lá era bom. Só que tinha outra plantação dentro da fazenda que nós fomos pra alinhar, que era maconha. Era cheio de maconha e o velho [Lunardelli] não quis que arrancasse e mandou alinhar com café Catu, daqueles miudinhos, tudo morrendo na casa, [...]. Aí, quando nego chegava numa casa olhava de fora a fora e já via o café tudo! E o café com três anos já tava cheio de fruta já, mas a bichinha [maconha] ele não deixou arrancar não! (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Pelos depoimentos e artigos de jornais é possível ter uma noção da influência política e financeira do Sr. Lunardelli não só na região, mas em alguns estados do Brasil, e mais ainda do papel do café neste período da história da região e de grande parte do país. Embora não seja o objeto de pesquisa deste trabalho, o Comendador Geremia Lunardelli desperta curiosidades e questionamentos com relação a sua trajetória pessoal e enquanto empreendedor em vários estados do país, e justamente prezando por isso, não poderia deixar de fora trecho de uma entrevista com o Brigadeiro da Aeronáutica João Paulo Moreira Burnier, datada de 16/12/1993, realizada por Celso Castro e Maria Celina D' Araujo, que integram a equipe do CPDOC e desenvolveram o projeto “1964 e o regime militar”.

O Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier participou diretamente da organização e deflagração da “Revolução de 1964”, e em seu depoimento relata toda a rede por trás da *revolução*, desde políticos como o governador Ademar de Barros, oficiais da Marinha, Aeronáutica e Exército, civis, empresários e fazendeiros como o Comendador Geremia Lunardelli, e comenta sobre sua contribuição:

[...] Então nós tivemos que fazer contrabando de munição pago. Dinheiro para trazer munição dos Estados Unidos para chegar aqui depois. Mas não do governo americano não, era contrabando mesmo de armas, de munição. E trouxemos para dentro sabe de quem, das fazendas daquele rei do café, numa fazenda ali perto de Sorocaba. Bom, então, nós tínhamos em São Paulo, além da brigada, o contato com o pessoal da FIESP e, principalmente, com esse dono da fábrica Paraíba, e também com o rei do café que é Geremia Lunardelli. E, autorizado por ele, utilizamos as fazendas dele desde Mato Grosso até São Paulo, até Sorocaba, onde chegou o ultimo avião, trazendo armamento e munição que nós trouxemos de contrabando dos Estados Unidos²⁹.

²⁹ BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, 188 p. dat.

Retomo a afirmativa de que as curiosidades só aumentam, contudo, como dito anteriormente, o Sr. Geremia Lunardelli não é o objeto de pesquisa deste trabalho, embora tenha contribuído para as transformações econômico-sociais na região. Penso que este merece um trabalho detalhado em outra ocasião.

3.2. – DERRUBANDO (E TAMBÉM PRESERVANDO) OS ERVAIS: NOVAS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS

Mesmo com a chegada das frentes pioneiras, verificou-se em Caarapó a continuidade da antiga atividade de produção de erva-mate cancheada – como, aliás, aconteceu também em outras regiões do então sul de Mato Grosso, como a própria área da CAND (cf. FERNANDES, 2012).

A economia ervateira, especialmente espelhada na figura da Companhia Mate Laranjeira, dominou boa parte da região sul de Mato Grosso, incluindo também o povoado de Caarapó, que neste período estava extremamente ligado à mesma, necessário lembrar que o povoado se localiza a 30 km da “cidade” Campanário, e a localidade era farta em ervais nativos.

Contudo, é importante ressaltar que os produtores independentes, que conseguiram junto ao estado o direito de extração da erva-mate, formaram pequenas cooperativas de produtores independentes que comercializaram o produto em fins da década de 30 até meados da década de 60. Cooperativas localizadas em Ponta Porã, Amambai, Dourados e Iguatemi, recebiam e exportavam a produção destes pequenos produtores para a Argentina.

Em resumo, nas décadas de 1940, 1950 e até meados da década de 1960, a atividade ervateira, cada vez mais representada pelos produtores independentes e suas cooperativas, teve ainda significativa importância econômica para toda a região, aí incluído o futuro município de Caarapó.

Houve de fato, durante os primeiros anos da década de 1940, uma melhora na atividade ervateira, mas havia ainda uma insatisfação do lado dos produtores, pois os preços não tiveram os resultados almejados. Esse descontentamento [...] levou-os a criarem as cooperativas de produtores de mate. As cooperativas foram formadas exclusivamente por produtores particulares (independentes), e sua diretoria, segundo o autor, era constituída pelos próprios produtores, aqueles que sentiam diretamente a falta de assistência efetiva (JESUS, 2004, p. 115).

Esses produtores independentes, juntamente com as cooperativas, utilizavam, para o escoamento da produção, diversas vias:

Além da exportação via Porto Esperança, observamos que exportavam via República do Paraguai, utilizando para esse fim as estradas carreteiras de Ponta Porã até Concepción. Outros ainda despachavam sua erva para Buenos Aires via porto de Santos, utilizando provavelmente a ferrovia Noroeste do Brasil (que inaugurou, já em 1949, uma estação em Itaum, no ramal Campo Grande a Ponta Porã) ou, eventualmente, a Estrada de Ferro Sorocabana (JESUS, 2004, p. 89).

Segundo Fernandes (2012), as cooperativas, juntamente com a Federação das Cooperativas de Produtores de Mate Amambai (COPEMA), tornam-se importantes concorrentes da Companhia Mate Laranjeira, que vinha sofrendo uma crescente decadência em sua produção. Entre os fatores que explicam essa diminuição na produção da empresa, Laércio de Jesus elenca:

[...] o crescimento constante da população mato-grossense, engrossada pelos novos contingentes de imigrantes, aliados ao fator político (pressões do governo), e principalmente mais um elemento colaborador na destruição do império do mate: o plantio de ervais na Argentina, que foi o golpe decisivo na significação comercial do produto, mas cujos efeitos se fizeram sentir apenas a partir da década de 1930 (JESUS, 2004, p. 104).

Fernandes ainda ressalta que “a cartada final, por certo, foi dada com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, em plena área antes arrendada à Companhia Mate” (2012, p. 79). Necessário apontar que neste momento o principal país consumidor da erva cancheada era a Argentina, esta a partir da década de 50 sente sua produção e exportação cair, e com isso os exportadores brasileiros, entre eles os sul-mato-grossenses, ganham um poder de fogo maior.

Em outras palavras, o relativo vigor da economia ervateira sul-mato-grossense, acima referido, se explicava, em grande parte, pelo fato de que a Argentina, que era o principal mercado consumidor da erva-mate brasileira, enfrentou, ao longo desse período, muitos problemas em sua produção nacional de erva, o que tendia a abrir espaços para o produto brasileiro. Fernandes observa:

[...] a Argentina sofria com dificuldades na produção e abastecimento de erva-mate, que levaram, no primeiro semestre de 1952, a uma mobilização

por parte da Camara de Molineros de Yerba Mate, que resultou em uma reunião da Dirección Nacional de Yerba Mate, “em mesa redonda convocada pelo Ministro de Indústria e Comércio, especialmente para examinarem os fundamentos” do pedido dos industriais de aumento da importação de mate brasileiro, estimando a necessidade entre 25 e 30 milhões de quilos, concluindo os diretores pela sua “inteira procedência” (Relatório do Presidente do INM, Pretextato Taborda Júnior, de outubro de 1952). O governo argentino, no entanto, parecia ter outra visão da coisa ou mesmo se viu na necessidade de conservar divisas (ou uma soma das duas coisas), resolvendo então cancelar todos os *permisos* de câmbio em vigor no ano, de todo tipo de mercadorias procedentes de qualquer país, a contar de 23 de julho, “ressalvadas apenas as importações que estivessem asseguradas por crédito bancário já aberto e as que se encontrassem a bordo na referida data”. A ressalva foi, em parte, resultado da ação do INM, que solicitou a intervenção da Embaixada brasileira para reversão da situação. Claro que esse é o ponto de vista brasileiro e, conseqüentemente, a visão do INM, devendo ser destacado ainda o lado argentino da coisa, ou pelo menos a parte mais afetada dele, a dos produtores de Misiones, como exposto por Maria Magan (2008), segundo a qual houve um movimento interno no país platino no sentido de dar solução a sua situação (2012, p. 54).

Entretanto, as coisas não ocorreram tão facilmente assim para o Brasil e em especial para as cooperativas de mate. Na mesma década em que a Argentina começa a sofrer com a queda de produção, afetando diretamente o abastecimento, entra em discussão o Tratado Comercial Brasil-Argentina de 1953, que em linhas gerais previa o seguinte: “de parte da Argentina, a exportação de 1500 toneladas de trigo e da parte brasileira, a venda de madeira no valor de 50% sobre o acordo, de café, no valor de 25%, de aço, 4% e de cacau, 3%, além de frutas, erva-mate e outros produtos” (FERNANDES, 2012, p. 57). E em caso de necessidade poderiam ser realizadas novas exportações. Após muitas discussões de ônus e bônus para ambos os países o Tratado é assinado em março de 1953.

Nos anos que se seguiram, as exportações brasileiras estavam em ascensão apesar dos “empecilhos” adotados pela Argentina.

Todavia, na década de 1960, na Argentina, as políticas de recuperação dos ervais e outras medidas tomadas durante a crise de produção começam a surtir efeito. Para o Brasil isso significou um forte impacto econômico, em especial para Mato Grosso, que tinha na Argentina seu principal mercado consumidor; outro impacto sofrido pela economia ervateira do Brasil foi a concorrência da produção paraguaia, “o Paraguai como produtor de mate de excelente qualidade, de paladar forte, que teve condições de ampliar sua produção” (JESUS, 2004, p. 126).

No que tange ao antigo sul de Mato Grosso, como mencionado anteriormente, a presença de cooperativas significa uma maior aliança entre pequenos produtores e um

fortalecimento da economia ervateira, “os cooperados são donos e estão unidos, o que se mostraria indesejável para as outras empresas, afinal, essas gostariam de poder negociar com os produtores estando eles dispersos e isolados, pois assim estariam mais fracos e suscetíveis às especulações” (FERNANDES, 2012, p. 75). E mais,

[...] o surgimento das cooperativas contribuiu para o crescimento da produção independente da Companhia Mate Laranjeira, além de sua luta constante por melhores preços para a erva-mate cancheada produzida no estado de Mato Grosso. Como diz Alvanir de Figueiredo, antes das cooperativas a ação dos produtores independentes era pouco representativa, “diante da maciça produção da Mate Laranjeira” (FIGUEIREDO, 1967, p. 268). Sendo assim, podemos dizer que as cooperativas, mesmo dados seus problemas estruturais, contribuíram para o fortalecimento dos pequenos produtores, pelo menos aparentemente, já que fica difícil medir o real impacto na vida dessas pessoas. Sem exageros, podemos dizer sim que as cooperativas contribuíram para melhorar a situação dos produtores ervateiros mato-grossenses, especialmente na década de 1950, época do seu florescimento (idem, p. 76-77).

Necessário apontar que todos os produtores ervateiros, tanto as grandes empresas quanto os produtores ligados às cooperativas, estavam ligados ao INM (Instituto Nacional do Mate), pertencente ao Ministério da Agricultura, criado em 1938 e extinto no ano de 1967. Segundo Jesus,

[...] O INM era um órgão federal e tinha por meta a defesa dos produtores, para que estes tivessem proteção e um impulso no negócio do mate contra os atos que pudessem perturbar o mercado nacional (2004, p. 113).

O Instituto Nacional do Mate, até sua extinção, fiscalizou a circulação do produto, recorrendo ao uso de notas de controle e de uma burocracia, que nem sempre pôde funcionar completamente, à falta de recursos, que pudessem manter extensa máquina fiscalizadora (FIGUEIREDO, 1968, p. 271 *apud* JESUS, 2004, p. 116).

Enfim, as cooperativas exportam em volume superior à Mate durante a década de 50 e até meados da década de 60, quando há um cessar das exportações. No caso do sul de Mato Grosso, na década de 60 “cerca de 80% dos produtores de erva-mate do SMT tinham menos de 5.000 hectares, contrastando com os grandes latifúndios existentes no restante do estado e também com a grande extensão de terras anteriormente utilizadas pela Mate Laranjeira” (JESUS, 2004, p. 117).

Com relação a Caarapó, supõe-se que os produtores independentes eram filiados à cooperativa de Dourados ou à de Amambai, devido à pouca distancia entre elas. Caarapó se localiza a 48 km de Dourados e Amambai 76 km. Contudo, Jesus (2004, p. 139), apresentando uma tabela de exportação de erva-mate para o Paraguai no ano de 1923, observa que o Sr. Marcolino D'áuria (futuro morador de Caarapó) exportou 1.005 kg de erva-mate em Ponta Porã no dia 18/05/1923. Outro futuro morador de Caarapó, o Sr. Francisco Serejo, exportou, no ano de 1922, 4.020 kg nos dias 12 e 14/01/1922 em Ponta Porã. Necessário observar que, nessa época, toda essa região pertencia ao município de Ponta Porã; além disso, tanto Marcolino D'áuria quanto Francisco Serejo foram moradores de Ponta Porã, e não é possível afirmar se, nos anos de despachos da erva-mate, ambos já residiam em Caarapó. Segundo Ramão Vargas de Oliveira³⁰ (1988), Francisco Serejo teria vindo a residir na região de Caarapó nos primeiros anos da década de 1930 (p. 153), e Marcolino D'áuria também na mesma época (p. 142), ainda de acordo com Ramão, Marcolino D'áuria “sempre trabalhou por conta própria sem a interferência da Cia Mate Laranjeira, da qual foi adversário ferrenho” (p. 143).

A seguir, apresenta-se uma tabela demonstrativa do desenvolvimento de outros produtores, contrastando com o declínio das atividades da Mate.

³⁰ Entretanto, ressalvo que a obra de Ramão é de cunho memorialista e, ao tratar dos “pioneiros” de Caarapó, baseou-se em relatos orais, e, como já observado no capítulo anterior, as memórias podem preterir alguns fatos em benefício de outros. Então, pode-se desconfiar da fidelidade quanto às datas, ou mesmo supor que, após a chegada em Caarapó nos anos da década de 30, continuassem a exportar a erva-mate via Ponta Porã.

Tabela 1 – Produtores de erva-mate em Mato Grosso entre 1952 e 1963 e respectiva produção (em kg)

Ano	Federação Cooperativa do Mate Amambai	Mate Larangeira	Sociedade Caá	Hildebrando Hervê	José Pinto Costa	Indústria Brasileira do Mate	Sociedade Mato- grossense do Mate Ltda.
1952	1.848.900	3.632.944	---	---	30.000	1.027.800	612.000
1953	4.155.840	2.325.608	---	---	60.00	445.200	---
1954	?	?	?	?	?	?	?
1955	6.095.400	2.313.672	---	---	54.400	42.000	---
1956	5.026.080	4.546.658	---	95.000	---	---	---
1957	6.590.472	4.130.000	300.000	---	---	---	---
1958	10.065.000	2.800.000	90.000	---	---	---	---
1959	5.802.000	1.800.000	---	---	---	---	---
1960	8.865.000	2.800.000	---	---	---	---	---
1961	10.353.360	2.420.000	---	---	---	---	---
1962	5.659.920	1.360.000	---	---	---	---	---
1963	4.699.960	1.920.000	380.000	---	---	---	---

Fonte: JESUS, 2004, p. 118.

Segundo o depoimento do Sr. Nicolau, ex-funcionário da Prefeitura de Caarapó que chega ao povoado com sua família no ano de 1947, ele observa que várias pessoas ainda trabalham com a extração da erva, ele diz:

Naquele tempo era o trabalhado na Mate Larangeira, era o maior trabalho que tinha na época era na erva-mate, as pessoas que conhecia os antigos da época todos trabalhavam com erva mate, inclusive quando nós chegamos aqui tínhamos duas carretas com bois e puxamos erva pra Campanário ainda, Caarapó pra Campanário. Quem eu lembro ainda que era que mexiam na época com erva mate era a família Benites, que conheci o velho Manoel Benites, o Bráulio naquele tempo, [...] Antônio Cariaga, e muitos outros que não lembramos o nome direito, né?! (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Conclui-se que alguns produtores vendiam para a própria Companhia Mate Laranjeira. Fernandes (2012), ao tratar dos produtores independentes de erva-mate, menciona dois entrevistados que possuíam pequenos ervais em suas propriedades e revendiam para os compradores e/ou empreiteiros, os dois entrevistados interessam a este trabalho pelo fato de terem relação com Caarapó. Desta maneira, Fernandes observa duas categorias de trabalhadores que mantinham relação direta na compra e venda. O comprador, “às vezes, se confundia com a pessoa que arrendava o erval, que contratava os trabalhadores e que ainda fazia o transporte para os mercados de destino”, já o empreiteiro/comprador eram os “poucos que conseguiam se firmar no setor e fazer da erva-mate uma fonte mais permanente de renda”. No primeiro caso, Luiz Antônio, nascido em Caarapó, menciona que, na fazenda em Caarapó, seus pais “venderam até o começo dos anos de 1990 para o senhor Ramão Dauzacker” (empreiteiro/comprador) (p. 123). No segundo caso, o Sr. Urbano Braulino da Silva, natural do estado da Bahia, e proprietário de um lote na CAND, relata que produzia e vendia erva-mate a partir do ano de 1957/1958 para Eptácio Lemes dos Santos (tornou-se prefeito de Caarapó), “que andava pela região com seus trabalhadores extraíndo o produto” (p. 131). É possível afirmar que existia a produção e comercialização da erva-mate na região de Caarapó, isto até início da década de 1990, e que a mesma sobreviveu por muito tempo juntamente com outras atividades econômicas como a pecuária, a agricultura e as serrarias, estas em especial tomaram de assalto a região.

Mas é claro que a chegada das frentes pioneiras levou a uma diversificação das atividades, de modo que a extração ervateira passou a ser cada vez mais substituída por outros ramos econômicos, inclusive com a derrubada dos ervais para a prática da agricultura.

De acordo com Albanez (2003), a região na qual se localizaria o futuro município de Caarapó apresenta, a partir da década de 1950, um grande atrativo financeiro para as frentes pioneiras, em especial as paulistas, que viam na venda das terras devolutas uma oportunidade para a derrubada das matas e abertura de fazendas, inicialmente para a instalação do proprietário e, a partir da década de 1960, para arrendamento. Ainda segundo o autor, referindo-se ao que denomina “porção meridional do município de Dourados” (abrangendo os futuros municípios de Caarapó, Juti e Naviraí):

[Em 1960] aproximadamente 10% da área dos estabelecimentos rurais (total de 193.479 ha) destinava-se a lavouras (8.000 ha para lavouras permanentes e 13.179 ha para temporárias). Em 1970 vê-se 2.753 ha destinados às lavouras permanentes e 28.033 ha às lavouras temporárias, assentadas portanto em uma área proporcionalmente menor (menos de 7% do total da

área ocupada por estabelecimentos rurais). As pastagens cresceram nesta esfera de análise em 1970 em relação ao ano de 1960: se neste ano compunham uma superfície de 76.172 ha (39,4% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais), naquele avançavam para 258.443 ha (53,4%) (ALBANEZ, 2003, p. 86-87).

Com relação à produção lavoureira, temos a produção e comercialização do algodão, produto que na referida “porção meridional de Dourados” representou somente 23% da produção do extremo sul de Mato Grosso em 1970, vale destacar que a produção de Naviraí somou 94% de toda a produção da “porção meridional de Dourados”. O café, produzido em meados da década de 50, teve seu auge em 1960 e declínio da produção em 1970, no que se refere à região meridional de Dourados, a produção em 1960 foi 11.248 toneladas (ibidem, p. 86-88). Como já mencionado anteriormente, a produção do café na região de Caarapó, assim como em grande parte do antigo sul de Mato Grosso, sofreu com as constantes geadas, bem como a desvalorização econômica do produto, devido à grande produção.

Neste contexto, conforme aponta Albanez, com a desvalorização do café, tornou-se comum intercalar com culturas de arroz, milho e feijão, o que prejudicou mais ainda os cafezais (2003, p. 90). Fato este observado pelo Sr. Juvêncio Prado Marques (filho do Sr. José Francisco Marques, trabalhou com a família na Colônia dos Baianos, na Vila de Nova América), “o colono trabalhava com a família, tinha roça, chama até plantio intercalado” (*apud* MEDEIROS, 2001, p. 68).

Tais produtos eram usados como produtos de subsistência, pois compõem a base alimentar do brasileiro, sendo o excedente comercializado para outras regiões do estado e do país (ALBANEZ, 2003, p. 91). A produção do arroz no ano de 1960 representou 6.566 toneladas, vindo a diminuir em 1970 em -36% (4.201 toneladas), o feijão por sua vez também registrou queda na produção, em 1960 produziu-se 1.955 toneladas, e em 1970, 594 toneladas. O contrário aconteceu com o milho, base da alimentação de alguns animais, o produto até então consumido em escala domiciliar, apresenta um crescimento de 8.620 toneladas em 1960 com acréscimo de 38% em 1970, 11.890 toneladas. A mandioca, por sua vez, teria reduzido em -65,3% sua produção, recuando de 4.430 toneladas, em 1960, para 1.536 toneladas em 1970 (ibidem, p. 90-91).

No que se refere às fazendas que se dedicavam à criação de gado, a “porção meridional do município de Dourados” (que, como observado anteriormente, é formado pelos municípios de Caarapó, Juti e Naviraí) apresenta um crescimento considerável num intervalo de 10 anos. Em 1960 toda essa área possuía um total de 24.391 cabeças, enquanto no ano de

1970, 217.283 cabeças.

É possível perceber as diversas possibilidades econômicas existentes na região, fato esse relacionado diretamente com as diferentes origens das frentes pioneiras, nordestinos, japoneses e paulistas, apresentando a pluralidade na região³¹.

Em Caarapó, a diversificação que já era realizada pela plantação de café e outras culturas também é observada quanto à atividade madeireira, em uma edição do *Jornal O Progresso* de 16.09.1951, “As suas matas circunvizinhas estão sendo aproveitadas. O comércio de madeiras de lei vem sendo feito” (p. 1-3). Entretanto, segundo Oliveira (1988), a fase econômica da madeira ocorreu no período de 1966 a 1978, destacando: “Caarapó chegou a ter 45 serrarias ou madeireiras em franco desenvolvimento, extraindo uma média de 400 m³ de madeira serrada por dia” (p. 127). Mário Duran Leitão observa: “com a derrubada das matas, logicamente os aventureiros, os madeireiros começaram a chegar aqui, e começaram a se instalar também, já no segundo ciclo depois do café” (Entrevista realizada em Caarapó, em 23/01/2013). A extração de madeira ocorreu de forma predatória, sem nenhuma preocupação com o replantio. Segundo Oliveira, “foram poucos os donos de madeireiras que se estabeleceram em Caarapó” (1988, p. 134). O que se pode concluir é que a região era extremamente farta em madeiras de lei, o que explica a extração pelo período aqui citado. Madeira esta comercializada para “São Paulo, Rio de Janeiro e outros grandes centros”, como afirma Jary Maciel, sendo que, com o declínio da atividade, os madeireiros, em sua maioria, foram embora da localidade, em busca de novas matas nativas.

O Sr. Nicolau também recorda este período:

Era cansativo o serviço, pesado serrar madeira, era um serviço pesado. O bom serrador tirava uma média de 40 m de tábua. Dependendo da tora em média de 2,5 x 22 cm de largura a tábua, dependendo da tora que dava, por exemplo, em média 40 m a 45 m de tábua, então pra tirar a prancha e deixar pronta as tábuas gastava em média de 1 dia e meio mais ou menos. Cardo, viga, tudo no serrotão, a mata-junta, a ripa, então muito mais sacrificado, [...] pelo serviço, a mão de obra, por serrar com muito cuidado, não é?! Por exemplo, a madeira a quadro, essas coisas assim, tábua, viga, não é tão difícil, porque não precisa trabalhar com muita atenção. Agora a mata-junta e a ripa precisa de muita atenção, muito perigoso (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

³¹ Aos interessados em mais detalhes, recomendo o trabalho de Albanez, aqui citado, que traz ainda muitos outros dados e informações.

Enfim, também Jary Maciel, que chega a Caarapó em 1959, comenta sobre a economia do município e os ciclos econômicos:

Cheguei em Caarapó em 1959, quando Caarapó estava no auge com o café trazido por Geremia Lunardelli, que loteou o nome de várias glebas, que loteou a pequenos proprietários, normalmente vindo do estado de São Paulo, e outros estados da federação. [...] Veio então outro ciclo, o da madeira, dada a quantidade de madeira que existia nas verdejantes matas de Caarapó, para cá vieram vários madeireiros aproveitando da madeira que beneficiada saía para São Paulo, Rio de Janeiro e outros grandes centros. Acabando a madeira, ficou aqui as excelentes terras e a agricultura ainda que de modo rudimentar começou a se desenvolver, produzindo alimentos, além da pecuária que sempre teve nos piores momentos (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

3.3.– O NÚCLEO URBANO DE CAARAPÓ: SEU CRESCIMENTO E A VITÓRIA SOBRE NÚCLEOS “RIVAIS”

Com o declínio da atividade ervateira na região sul do antigo Mato Grosso, a partir da década de 1950, Caarapó, que também acompanha esse processo, vê o surgimento de outras atividades, como o cultivo do “ouro verde”, o café, e posteriormente as serrarias. Neste sentido, o surto de desenvolvimento na região³² traz a migração de inúmeras famílias, em especial com o surgimento das colônias do Café Porã e dos Baianos, próximas à Vila de Nova América.

Segundo Oliveira (1988), a Vila de Nova América surgiu por volta de 1948 em terras pertencentes a João Augusto Capilé, como uma tentativa de colonização, sofrendo influência da Colonizadora Lunardelli, na época em que “foram cortadas as terras de Café Porã, pela família Natsumeda”. Sendo elevada à categoria de Distrito apenas depois da criação do município de Caarapó, conforme a lei Estadual de nº 2.115, de 26 de dezembro de 1963, com entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 1964³³ (p. 67). Deste modo, a Vila de Nova América, assim como o Distrito de Caarapó e o de Juti, até o ano de 1958 fazem parte da administração política de Dourados. Sendo que, com a emancipação de Caarapó, no ano de 1958, o povoado de Nova América e o Distrito de Juti passam a pertencer político-

³² Processo já observado neste capítulo.

³³ “Fica criado, no município de Caarapó, o Distrito de Paz de Nova América, com sede no povoado do mesmo nome”. Publicada no Diário Oficial de 31.12.1963, p. 8.

administrativamente a Caarapó. Ao mesmo tempo, no Distrito de Caarapó, a colonização particular de Lunardelli gera um surto de desenvolvimento nunca antes visto na localidade.

3.3.1. – Caarapó e Nova América

Em ambos os casos, Caarapó e a Vila de Nova América, são impulsionados com o cultivo de café. O índice populacional aumenta, face aos loteamentos realizados pelos proprietários das fazendas, no caso da Vila de Nova América, pela família Prado e Natsumeda, e no Distrito de Caarapó por Geremia Lunardelli. Neste período, há, por parte de Dourados, estando refletida em consecutivas edições do jornal *O Progresso* dos anos de 1953/54/55, grande euforia fundiária, grande número de propagandas que anunciam a venda de lotes na Vila de Nova América, “os magníficos lotes de Nova América. A cidade que surge entre Dourados e Carapó [sic]” (*O Progresso*, 26.04.1953, p. 3).

É perceptível o incentivo, por parte de interesses localizados em Dourados, ao loteamento de Nova América. As propagandas do loteamento na Vila de Nova América, nas edições do jornal *O Progresso*, são acompanhadas por “informações com o representante autorizado A. Pinheiro Machado, nesta praça”, sendo deduzível que se tratava de uma empresa imobiliária particular. Contudo, em outra edição do mesmo jornal, de 08.05.1955 (p. 2), em um artigo assinado por Manoel V. Pinheiro Machado, o autor agradece a Dourados e Caarapó, pela confraternização “em demonstração eloquente de grande camaradagem”, sendo “um traço de união” entre ambas em prol da Vila. O artigo não menciona nomes, agradece de maneira geral a todos na inauguração da Capelinha de São João, porém, uma inauguração sem que façam parte do cenário os representantes políticos, não é inauguração. Mas antes de entrarmos neste assunto, apresento alguns detalhes com relação ao representante de lotes da Vila de Nova América e o autor do artigo, Manoel V. Pinheiro Machado.

Tratava-se de irmãos, moradores da Vila de Nova América, sendo que Manoel V. Pinheiro Machado, coincidentemente, foi vice-prefeito em Dourados. Segundo depoimento de Antônio Recad, morador da Vila de Nova América que chegou à região em 1953, e menciona que neste período não existia nada na região, só mato, e com a chegada do Sr. Antônio Pinheiro, a Vila começou a ser ocupada: “veio aí e começou a ajeitar, [...] derrubou mata, [...] e pediu pro pai fazer a casa aí! O irmão dele, Mané Pinheiro, vinha aí, punha um bolicho. Aí o pai veio, fez essa casa aí, e dai uns tempo o Mané Pinheiro veio”. Ainda de acordo com o depoimento, o Sr. Manoel lecionava na Vila, sendo o primeiro professor,

em 53 até 54. Aí ele lecionava no bolicho dele. Dava aula pra nós lá no bolicho! Lá no fundo do bolicho. Chegava um freguês, ele ia lá, corria e nós ficávamos lá estudando e daqui a pouco ele vinha, ensinava de novo. E era todo dia, de meio dia pra tarde ele ensinava nós. Foi o primeiro professor que teve. Depois mesmo ele deu aula nas escolas aí, depois que já tava tudo legalizadinho, certo. Quando ele dava aula pra nós, ele dava assim só pra ajudar mesmo. Até não cobrou nada, quem quisesse dar as coisas pra ele dava, pagava... Ele não ligava. Alguns dava uma coisinha, outros não davam nada, coitado, só pra ajudar mesmo. Eu não sei o endereço dele, mas mora em dourados (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Ainda de acordo com o depoimento de Antônio Recad, comentando sobre as missas realizadas na Vila de Nova América, ele menciona que as missas aconteciam no “bolicho do seu Mané”, e cita a ocorrência de uma festa para comemorar o início da construção de uma igreja. Assim, retornando ao cenário político do evento da inauguração da Capela de São João, podemos elencar como personagens políticos, embora não mencionado no artigo, mas que o relato nos permite supor, a presença do então vice-prefeito de Dourados e também morador da Vila, “o prof. Manoel Venâncio Pinheiro Machado, paulista de Pratânia, município de São Miguel-SP, onde nasceu em 17 de dezembro de 1925” (OLIVEIRA, 1988, p.68), visto que no artigo o autor deixa transparecer em suas linhas a empolgação e detalhes da inauguração.

Assim, é de se supor que, para os dirigentes do município de Dourados, o incremento populacional e econômico fosse interessante, pois, tratava-se em primeiro lugar da economia que a Vila poderia gerar. Bem como, poder-se-ia ter repasses financeiros, em dois momentos: no ato da venda das terras à imobiliária, e em cima das vendas dos lotes pela imobiliária a terceiros. Mas é claro que a inauguração acima referida também poderia representar tão somente um ato de festejo para os moradores, e que tenha contado com a presença do vice-prefeito, e também morador da Vila, que eufórico estava pela possibilidade de desenvolvimento da localidade. Manoel Venâncio foi o primeiro escrivão e ainda continua sendo do Cartório de Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas, instalado em Nova América em 07.07.1964³⁴ (ibidem, p. 68).

Pelos anos em que são publicadas as propagandas é possível perceber que elas aparecem concomitantemente aos anos áureos da produção do café. Antônio Recad comenta sobre a agricultura na região de Nova América: “no começo, a maioria era arroz, milho e

³⁴ Abaixo o link com os dados relacionados ao Cartório da Vila de Nova América. <<http://cartoriosbr.com.br/7852/cartorio-de-registro-civil-de-caarapo/>>. Consultado em 03.07.2014.

depois que deu café, mais café deu muito... café animou bem, Café Porã, por exemplo: produziu muito café e animou bem a vilinha”. Já a partir de 56 as propagandas diminuem cessando nos anos posteriores. Fato que, a meu ver, se deve às sucessivas geadas que atingem a região a partir do ano de 55.

[...] Nós mesmo plantamos café em 54 e em 55, aí em 55 deu uma geada e não sobrou nada do café, queimou tudo! Aí plantamos de novo, aí foi formando, pelejando, até que formou de 4 anos! Deu uma colheita, aí deu uma geada, levou em baixo. Tornamos a formar os cafés de novo, aí quando tava grande, começando a produzir de novo, deu outra geada tornou a queimar. Aí tornamos a zerar de novo, aí veio outra geada, aí largamos mão (Antônio Recad, depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Pelo depoimento é possível analisar que as geadas acontecem nos anos de 55, 59, e começo da década de 60. Na edição do jornal *O Progresso* de 11.12.1955, uma reportagem que relatava o processo de formação dos cafezais até a sua colheita menciona geadas que assolaram a região por quatro dias consecutivos, “as geadas que assolaram a região de Dourados em 31 de julho, 1º, 2 e 3 de Agosto, foram das mais terríveis em todos os tempos. [...] o frio foi tão intenso que o termômetro [...] chegou a acusar 1 grau abaixo de zero” (p. 4). Segundo o depoimento de Antônio Prado Marques, além das geadas, o que contribuiu para a bancarrota do café foi a oscilação de preços:

A geada atinge mais no início do inverno, daí queima o café verde antes de madurar, se vem em agosto depois dele maduro daí estraga pouco; se for uma geada grande, estraga o fruto e mata o pé; [...] Naquela época de influência do café, não foi tanta a geada; o café caiu muito o preço. Tá certo, se não fosse a geada, todo mundo tinha ficado rico (*apud* MEDEIROS, 2001, p. 64).

Com relação à expansão e declínio da produção cafeeira, Lomba (2011) menciona:

A introdução do café, que atraiu inúmeros migrantes para a região, não perdurara longo tempo devido principalmente à altitude e ao clima impróprio a esse tipo de cultivo, tendo as fortes geadas da década de 1960 reduzido enormemente a lavoura. As geadas levaram à perda de cafezais e forçaram, desde o início, o processo de redução do povoamento das colônias agrícolas, a formação de propriedades rurais de maior porte e o aumento da população na cidade e nos distritos (p. 74).

Nesse contexto, o povoado de Caarapó (até então Distrito de Dourados) contava com uma estrutura econômica um pouco mais desenvolvida do que a Vila Nova América, temos na localidade a instalação da Casa Paulista, que a partir da década de 60 passa a “atender a uma demanda maior do efetivo de consumidores da cidade, possibilitando a necessidade cada vez maior do estabelecimento de trocas” (LOMBA, 2011, p. 76). Entretanto, é necessário mencionar que a Vila Nova América também contava com um armazém, que abastecia os colonos que ali residiam. A Sra. Amandia Prado Medeiros comenta sobre a existência de um “bolicho” do qual era proprietária, na Vila:

Como era muito colono, construimo uma casa na beira da reta (estrada) e começamo um bolicho (armazém). [...] Vendia de tudo, arroz, feijão, querosene, bebida, linha de costura, barbante, fumo de corda, rapadura, cigarro, doces. O lucro era pouco, eu cuidava do Bolicho e o Pedro [esposo] cuidava do café, das compras e das conta. [...] No Bolicho também tinha remédio, Melhoral, Cibalena, álcool, as vezes fazia curativo nos colonos, e nos bugres (índios); aplicava injeção (*apud* MEDEIROS, 2001, p. 65).

Mesmo assim, conclui-se que a determinante do crescimento do núcleo urbano de Caarapó tenha sido a nova possibilidade econômica apresentada, a extração de madeira e a formação de serrarias na localidade. Como mencionado acima, após as constantes geadas na região, grande parte dos migrantes, que até então eram colonos nas grandes plantações de café, saem em busca de nova atividade de subsistência. No caso da Vila Nova América, houve a instalação e funcionamento de serrarias, como o caso da serraria Lupinetti, que funcionará durante alguns anos na Vila. No entanto, acredito que a maior oferta de mão de obra e locais para a extração da madeira, tenham sido determinantes na escolha da localidade a se instalarem³⁵.

Além da possibilidade econômica apresentada em Caarapó, outro fator que propiciou o desenvolvimento desse núcleo urbano foi sua elevação à condição de subprefeitura de Dourados, pela Lei Municipal nº 34, de 20.08.1952, tendo, como primeiro subprefeito, Eptácio Lemes dos Santos (1952-1955). “Eptácio promoveu, na época, a demarcação do Setor Urbano, bem como a abertura das primeiras estradas vicinais: Escolas Municipais de São Domingos, Serrito, Fazenda Caarapó, Conchita Cuê e Café Porã” (OLIVEIRA, 1988, p.27). Após Eptácio, assume a subprefeitura Waldemar Muzzi (1955-1959), que continua

³⁵ Atualmente a Vila de Nova América depende economicamente e exclusivamente da empresa JBS – Brasil, empresa especializada no abate e comercialização de carnes, no caso específico, aves.

com benfeitorias no Distrito de Caarapó, “construiu mais escolas Municipais, bem como pontes, boeiros, desvios, tornou transitável a estrada que liga Caarapó a Ponta Porã, passando pelas aldeias dos índios, Campestre e Laguna Caarapã” (ibidem, p. 28).

Em suma, a grande euforia fundiária, juntamente com a presença da administração de Dourados, parecem ter cessado pouco tempo depois na Vila de Nova América, enquanto o Distrito de Caarapó recebia pela primeira vez uma maior atenção, fato observado na elevação à categoria de subprefeitura, e com a nomeação de representantes locais. O que explicaria o acréscimo populacional no núcleo urbano do Distrito de Caarapó.

3.3.2. – Caarapó e Santa Luzia/Juti

Com relação ao outro núcleo urbano “rival” de Caarapó, isto é, Santa Luzia³⁶, atual cidade de Juti, que viveu seus tempos áureos com a extração da erva-mate pela Companhia Mate Laranjeira, mesmo tendo apresentado um crescimento populacional e econômico de fazer “inveja” para o período, sente, com o fim das concessões de arrendamentos de terras, um grande baque tanto economicamente quanto no índice populacional:

[...] em 1946, a Vila entrou em decadência, perdendo a maior parte de sua população. Parte desta fixou residência nas terras da Colônia Federal de Dourados. Outros foram para Dourados, Campo Grande e Ponta Porã. A Vila de Santa Luzia, lá pelos idos de 1950, mais parecia ruínas de um vilarejo que fora tomado pelos ataques de hordas, nos tempos de guerras ou dizimação pela fome ou pela peste. Para todos os lados que se olhavam, só se viam taperas (OLIVEIRA, 1988, p. 62).

Nesse contexto, recoloca-se a questão da dependência político-administrativa do povoado de Caarapó em relação a Juti.

Vale relembrar que, na ocasião da “disputa” pela instalação da sede do Distrito de Paz, entre Juti (Santa Luzia) e Caarapó, essa disputa inicialmente termina com uma vitória de Caarapó, via decreto do Presidente (governador) do Estado de Mato Grosso, Mário Correa da Costa, criando o Distrito de Paz de Juty, com sede em Caarapó – Lei Estadual nº 1.021 de 21 de setembro de 1929. Já no ano seguinte, quando assume o governo do estado Aníbal Toledo, a Vila de Caarapó novamente torna-se dependente de Juty.

³⁶ Santa Luzia é o nome usado até a criação do Distrito de Paz, que passa a ter a nomenclatura de Distrito de Paz de Juty; Juty é a grafia utilizada por Oliveira (1988) e Juti é a atual nomenclatura usada.

Alguns anos mais tarde, novamente pelas mãos de Mário Correa da Costa, no ano de 1936, o Patrimônio de Caarapó ganha uma nova área, são 3.600 hectares. Já em 1941, na ocasião do governo do Interventor Federal Júlio Strubing Müller, há uma nova demarcação para o Patrimônio de Caarapó, de 2.000 hectares (OLIVEIRA, 1988, p. 25).

Segundo Oliveira (1988), quando se inicia a abertura política com o fim do Estado Novo, em 1946, sendo apresentado ao cenário brasileiro um novo período de redemocratização do Brasil, cidadãos caarapoenses que também participavam da vida política da Vila se organizaram em um movimento (semelhante ao que ocorreu em 1929) e novamente buscam a criação do Distrito de Paz em Caarapó.

[...] O movimento surtiu efeitos positivos, pois que, em 16 de novembro de 1948, pela Lei Estadual nº 188, do mesmo dia e ano, o Governador Dr. Arnaldo Estevão Figueiredo criou o Distrito de Paz de Caarapó, com sede na vila do mesmo nome, desmembrando-o do Distrito de Juty e dá [sic] novos limites, D.O. de 19.11.1948, pagina 02, com vigência a partir de 1º.01.1949 (OLIVEIRA, 1988, p. 25).

De fato, no cenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o Deputado Adjalmo Saldanha apresenta o projeto da criação do Distrito de Paz de Caarapó³⁷, nº 94/48, apresentado para votação em 16.09.1948, tendo este, parecer favorável da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, foi enviado pelo parecer nº 206 de 17.09.1948, à Comissão Especial de Municípios “para providenciar as informações necessárias à bôa instrução do processo, quanto aos requisitos exigidos pelo artigo 14 da Lei Orgânica dos Municípios, para a criação de distritos” (p. 2). Já o parecer da Comissão Especial de Municípios, publicado em 27.09.1948, foi favorável, contudo apresentava uma alteração no que se refere aos limites do distrito, pois, de acordo com a Comissão, os limites “se aproximam demasiado da atual Vila de Juti”, sendo assim, “a fim de evitar qualquer prejuízo a esse importante Distrito de Paz [Juti], propomos uma emenda substitutiva ao artigo II, a qual em nada irá afetar a situação econômica e demográfica do Distrito de Caarapó”. Outra alteração se deu com relação à data de entrada em vigor da lei. No projeto original do Deputado Adjalmo Saldanha, a lei de criação do Distrito de Caarapó entraria em vigor na data de sua publicação (16.09.1948), e a emenda propõe a entrada em vigor apenas em janeiro de 1949, como de fato ocorreu.

³⁷ Todos os dados aqui apresentados com relação à criação do Distrito de Paz de Caarapó encontram-se em anexo no processo da Lei nº 188 de 1948, consultado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em dezembro/2013.

As informações necessárias ao andamento do projeto e exigidas pela Lei Orgânica dos Municípios são encaminhadas à Assembleia Legislativa de Mato Grosso pelo então prefeito de Dourados, o Sr. Antônio de Carvalho. Essas informações ressaltam a necessidade da criação de um novo Distrito de Paz, atendendo aos interesses da população, e complementam dizendo que: “[Caarapó é] o que em melhor situação se encontra, para a criação de um Distrito de Paz”. Abaixo, a reprodução dos dados constantes no processo.

Tabela 2 – Dados referentes ao Distrito de Caarapó em 1948

Nº de habitações na sede Distrital	62
Nº de habitantes na sede Distrital	285
Nº de habitações no Distrito	1.000 (aprox.)
Nº de habitantes no Distrito	4.000 (aprox.)
Nº de casas comerciais na sede	4
Nº de casas comerciais no Distrito	7
Renda anual municipal	Cr\$ 12.000,0
Renda anual estadual	Cr\$ 7.000,0
Nº de escolas da sede	2
Nº de escolas do Distrito	5

Fonte: processo da Lei nº 188, de 1948, p. 5.

Assim, a partir da entrega de dados do, até então, pretendente a Distrito, assim como realizadas as alterações relacionadas aos limites, é sancionada a Lei nº 188, de 16/11/1948, que cria o Distrito de Paz de Caarapó, “Situado no município de Dourados, com o desmembramento parcial da área do distrito de Paz de Juti, situado no mesmo município” (Art. 1), ficando estipulado que “A sede distrital será a atual Vila de Caarapó” (Art. 3).

Como mencionado anteriormente, o projeto de Lei da criação do Distrito de Caarapó acontece somente após observação com relação aos limites com Juti. Entretanto, uma ata de uma sessão extraordinária da Câmara dos Vereadores de Dourados, datada de 08.06.1951 e publicada no jornal *O Progresso*, edição de 10.06.1951, destaca:

[...] o Sr. Teodoro Capilé, prestou informações sobre a situação da divisão do Distrito de Caarapó, informando que tal divisão se acha paralizada, em vista de não haver recebido seus honorários referentes aos serviços já feitos. Foi

lida uma proposta do Snr. Casimiro Brodiziack Filho, propondo a divisão geral do Patrimônio de Vila Juty, recebendo em pagamento, lotes naquele Distrito, no valor de CR\$ 150.000,00. A proposta foi encaminhada a Comissão de Justiça (p. 1-6).

Nas edições posteriores do jornal *O Progresso*, e/ou nas atas da Câmara de Dourados, não se tocou mais no assunto das medições dos limites com Juti, como se não houvesse ocorrido esta discussão em nenhum outro momento, além da constante no projeto de Lei da criação do Distrito de Caarapó. Assim, não obtive sucesso na busca de documentação referente ao desenrolar dos fatos, e por esse motivo não posso dissertar sobre o desfecho da história.

Seja como for, ao que parece, após a criação do Distrito de Caarapó, continua a situação de “abandono” do distrito de Juti, situação essa que o jornal *O Progresso*, em edições de anos diferentes, continua a noticiar, especialmente o “abandono político” por parte dos governantes, chegando a usar slogans como “*não esqueçamos da Vila de Juti*”³⁸:

[...] Aquele distrito, um dos mais antigos núcleos do município, deve prender também a atenção dos poderes municipais, devendo a estrada que liga a Caarapó ser também reconstruída com eficiência, permitindo aos laboriosos habitantes daquele distrito um acesso rápido até Dourados. [...] rincão de bravos lutadores que até a presente data bem pouco tem merecido dos poderes públicos que dele se recordam para cobrar impostos e pedir votos, durante as campanhas eleitorais (06.05.1951, p. 1).

Armando Carmelo³⁹, redator do jornal *O Progresso* por vários anos, e de uma escrita de cunho extremamente memorialista, com enfoque em discursos identitários, traz na edição de 04.03.1956 as inquietudes com relação a Juti e seu incerto futuro. É perceptível em suas entrelinhas o enaltecimento de alguns “bravos lutadores, sertanistas” que não abandonaram a Vila de Juti, que continuam “firmes nos seus postos quais sentinelas avançadas de uma cruzada patriótica, de paz e de trabalho construtivo, á espera, como se disse, do almejado

³⁸ Neste período Juti, assim como Caarapó, fazia parte do território de Dourados.

³⁹ A dissertação de Mestrado intitulada *A construção da identidade douradense (1920 a 1990)*, defendida por Mercolis Alexandre Ernandes (2009), faz uma análise de vários discursos proferidos pela imprensa, Igreja Católica, memorialistas e governo municipal na formação da identidade de Dourados. Dentre alguns dos memorialistas encontra-se Armando Carmello, e uma análise sobre o seu discurso e sua obra *Dourados, terra prometida* (1973).

progresso”. Sendo praticamente possível “visualizá-lo”, em um palanque, defendendo o progresso de Santa Luzia:

Venho hoje me ocupar e é com prazer que o faço, embóra em rápido bosquejo, de uma zona rica em toda a sua plenitude, como as demais do Município, porém, que vive sempre abandonada dos poderes públicos da nossa terra, seja pela falta de estradas, de escolas e de colonização. Eis aí a razão principal que da antiga Santa Luzia, distrito que ocupa a maior área do Município, cercada de rios navegáveis por todos os lados como o Amambai, Ivinhema, Dourados e o Taquara, cobérta de matas abundantes e férteis e de grande utilidade para a agricultura, uma terra abandonada. Distante poucos quilômetros de Caarapó, “O Vale da Esperança”, no dizer do nosso companheiro Weimar, Santa Luzia, hoje Juty, dórme o sôno do esquecimento com o seu grande potencial hidráulico que é o Salto do Pirapó, à espera que alguém a vanha [*sic*] despertar com os roncões dos tratores, abrindo clareiras nas matas, dando lhe a estrada, fonte perene e vital para o seu desenvolvimento e sua ligação, primeiramente com Caarapó e muito especialmente com a séde Municipal – Dourados.

E o autor continua, sugerindo que também a região de Santa Luzia fosse objeto de projetos de colonização:

Nós já tivemos próvas positivas, cabais, que estão diante dos nossos olhos, do que valeu e ainda vale para Dourados a colonização nas suas ubérrimas terras. E a zona de Vila Juty também, como as demais, se presta para a formação de Núcleos Coloniais, nos moldes do que tivemos com a Colônia Federal e Municipal (esta última Itaporã). Basta sómente que os poderes públicos promovam os meios da colonização, destacando uma parte das terras ali existentes, levando a idéia, em plano vantajoso para os colônos, ao Departamento de Imigração e Colonização, seja da Federação, seja do Estado. Esses órgãos existem no nosso País e deve ser para essas coisas que foram criados. Devemos lembrar aos seus dirigentes que aqui precisamos e muito da Colonização, que os nossos irmãos de outras terras estão necessitando de se transportarem para as terras mais folgadas e de cultura fácil.

Concluindo, o articulista retoma a linha poética:

E, assim, a nossa antiga Santa Luzia, com os seus ribeirões onde a água se debruça crepitante, com os seus rios de mananciais caudalosos, com as suas terras que são de primeira qualidade, enriquecerá ainda mais o nosso Município, dará alento ao povo laborioso e valente que ali penetrou e ainda está lutando com a falta de todos os recursos, como a dificuldade de transportes, a falta de assistência médica, farmacêutica e escolares. Vamos olhar, meus amigos desta terra de Marcelino Pires, para a Vila Juty, a esperançosa gléba distante, para aquela “Ilha da Esperança”; vamos olhar para a sua brava gente que está cansada [*sic*] de fazer longas caminhadas, até

a pé, para chegar ao nosso comércio, certas ocasiões; vamos trabalhar para tirá-la do marasmo e do esquecimento em que vive (*O Progresso*, 04.03.1956, p. 4).

Com relação ao abandono sofrido por Juti, Oliveira (1988) destaca o heroísmo de sua população ante a adversidade, e a instabilidade econômico-social sentida na região, “um lugar carente de recursos, de obras prioritárias, tais como: saneamento, asfalto, esgoto, parques de lazer e outros” (p. 63). Oliveira ainda destaca o papel dos aventureiros, que só tiraram suas riquezas naturais e nada devolveram à localidade:

A Vila de Santa Luzia cresce e diminui, como sabão quando está fervendo. Sempre lutando, com seus próprios recursos, com esforço patriótico de sua primitiva população, aquela que não é composta de aventureiros, como é o caso de muitos, que só aparecem por aqui para aproveitarem-se dos recursos que a terra lhes oferece, mas que nada deixam em troca, como foi o caso das madeiras (serrarias) que aqui se instalaram, exploraram sua madeira, uma das mais belas riquezas que Juty já possuiu, e abandonaram-na sem deixarem nada de benfeitorias ou benefício qualquer, nem mesmo uma residência na Vila. Acabaram com a madeira, não replantaram-na, e o lucro, aplicaram-no em outros lugares. Aqui, somente o rasto e as consequências amargas, provocadas por um desmatamento, enfim isto é produto de aventureiro, que de progresso só deixa ruínas e más lembranças (p. 62-63).

No entanto, sabe-se que o distrito de Juti somente obteve sua emancipação, ou seja, tornou-se município independente, em 1987 – praticamente três décadas, portanto, depois de Caarapó.

3.4. – O MUNICÍPIO DE CAARAPÓ: DO PROCESSO DE SUA CRIAÇÃO ATÉ O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

3.4.1.– Caarapó como distrito do município de Dourados

Na mesma linha do que foi dito no final do item anterior, o que se nota é a falta de investimento por parte do poder público, tanto na Vila de Nova América, quanto em Juti. Durante anos, enquanto distritos de Dourados, os recursos investidos nas localidades foram irrisórios ou quase nulos, e o mesmo se aplica a Caarapó. Uma nota escrita por Weimar Torres no jornal *O Progresso* observa a falta de investimentos por parte do Município de Dourados tanto em Caarapó quanto em Juti:

A falta de estradas tem afastado sempre de nós os nossos mais ricos Distritos: Caarapó e Vila Juty. Por outro lado, inteligentemente, a Prefeitura de Ponta Porã vem abrindo ótimas rodovias em demanda àqueles Distritos, cujo futuro e riqueza não escapou ao espírito arguto dos administradores do visinho município. E nós? Em que ficamos? Ficamos simplesmente roubados... Porque ninguém será obrigado a arrastar-se nas nossas estradas, podendo atingir Ponta Porã, por rodovias esplendidas [sic] que oferecem maior segurança á vida de passageiros e veículos Tudo isso è muito triste. E, até quando perdurará esse estado de cousas? (16.09.1951, p. 1).

Todas essas agitações com relação às estradas de rodagem tomam uma proporção alarmante através de outra nota escrita por Weimar Torres, sobre boatos de pedidos de anexação do distrito de Caarapó ao município de Ponta Porã.

Corre por aí a noticia de que a Prefeitura de Ponta Porã vai pedir à Assembleia a anexação do Distrito de Caarapó áquele município, tendo para isso pedido o apoio do próprio Lunardeli e de outros que possuem interesses naquele Distrito. Não sei quanto existe de verdade nessa notícia. Mas há um receio pairando no espírito dos douradenses, receio de que essa medida venha a ser adotada, principalmente por considerarem que Caarapó, por falta de estradas para Dourados, tem se ligado mais a Ponta Porã do que a nós. Não foi por falta de aviso e advertência que essa situação se criou. No primeiro número deste jornal fizemos ver a necessidade da reparação da estrada para aquele Distrito, o que só agora está sendo feito (*O Progresso*, 10.02.1952, p. 1).

Em outra edição, o jornal *O Progresso* (27.12.1953, p. 5) traz a transcrição de um abaixo assinado, datado de 02.12.1953, destinado à Associação Comercial de Dourados, onde os cidadãos de Caarapó manifestam sua desaprovação com relação à falta de atenção com os moradores da localidade:

Os abaixo assinados, comerciantes, lavradores, proprietários e moradores do distrito de Caarapó, pelo presente vêm relatar e solicitar o seguinte: É público e notório o estado precário da estrada de rodagem que liga este distrito á sède do Município (Dourados), agravado ainda mais agora na presente estação quando por obra das grandes chuvas, deixou praticamente de existir entrada transitável entre estes dois lugares; este distrito ficou vários dias sem comunicação alguma com Dourados, os motoristas mais arrojados que se atiraram a viagens, logo após as chuvas, sofreram prejuízos materiais e financeiros elevados, levando entre 24 e 48 horas para percorrer os 50 quilômetros da distância. *Já foram feitos inúmeros apelos ás Autoridades competentes no sentido de ser feita uma ou retocada a presente estrada, sem resultado pratico até esta data; isto ocasionou até um certo movimento de repulsa de grande parte de moradores desta localidade que iniciou um movimento através de um ofício de grande número de assinaturas, aos deputados da nossa Assembléia Estadual, pedindo o*

desmembramento de Caarapó, do Município de Dourados para o de Ponta Porã, visto considerarem-se desprezados pelo Executivo Municipal do nosso Município (Grifos meus).

No caso de Caarapó, os investimentos por parte de Dourados no distrito eram praticamente inexistentes, fato comprovado nas análises das Atas das sessões da Câmara de Dourados. Dos anos iniciais da década de 50 até os primeiros anos da década de 60, poucas menções são feitas à localidade, bem como, discussões de investimentos para com a mesma, além de atendimento às questões socioeconômicas. As menções à localidade são feitas no período em que Caarapó torna-se distrito de Dourados (1948), e conseqüentemente subprefeitura (1952).

Edições do jornal *O Progresso* confirmam este abandono por parte de Dourados:

Caarapò, é um dos mais ricos distritos de Dourados. Com o impuls [sic] que está tornando sua lavoura, será, como já o é, centro de grande produção agrícola. Ainda agora, estão os empreiteiros do Rei do Café, Geremia Lunardelli, plantando 200 mil pés da famosa rubiácea. Infelizmente, porem, toda essa riqueza está tornando inútil para Dourados, uma vez que, pela falta de estradas, [...] acentua-se como medida de grande urgência a reparação de estrada de Caarapó cujo estado é deveras lastimável, bastando dizer que um jeep não se atreveu a regressar, depois de haver ido por ela, preferindo, para volver a esta cidade, dar imensa volta por Ponta Porã, aumentando quatro vezes a distância do percurso (21.04.1951, p. 2).

Acontece que, com o desenvolvimento da indústria cafeeira, aqui aporta [Caarapó] todo mundo como se chegassem em uma espécie de “terras de ninguém”; estabelecem comodamente, casas comerciais, sem que tenham pago imposto de natureza alguma... o que desejo é que seja chamada a atenção para que os Srs. Fiscais Estaduais e Federal venham fazer uma visita a Caarapó [Trecho de carta de Euclides Serejo Baptista⁴⁰ à Câmara Municipal de Dourados, *O Progresso*, 04.11.1951, p. 4).

Na presente pesquisa, não foi possível estabelecer, com clareza, os diferentes interesses, inclusive político-partidários, envolvidos em todas essas reclamações e denúncias, isto é, ainda não é possível saber em que medida tais reclamações podiam estar superdimensionando os problemas reais. Cabendo lembrar, ainda, que o jornal *O Progresso* estava ligado ao PSD, partido ao qual pertencia seu proprietário (Weimar Gonçalves Torres).

⁴⁰ Morador no povoado de Caarapó.

Mesmo assim, parece possível concluir que havia um certo descaso por parte do poder público com relação às localidades acima mencionadas.

3.4.2.– O processo de emancipação de Caarapó

Em 1952 é aprovada por unanimidade de votos, na Câmara de Vereadores de Dourados, no dia 31.07.1952⁴¹, a Lei Municipal nº 34, de 20.08.1952, onde consta a criação da Subprefeitura de Caarapó (neste período o prefeito de Dourados era o Sr. Nelson de Araújo), “sendo nomeado seu primeiro sub-Prefeito, o ilustre cidadão Eptácio Lemes dos Santos que governou a sub-prefeitura até 1955” (Oliveira, 1988, p. 27). Contudo, tudo indica que o mesmo tenha administrado o distrito até o início de 1957, quando assume a cadeira do executivo da subprefeitura de Caarapó o Sr. Waldemar Muzzi, indicado pelo então prefeito municipal de Dourados, o Sr. Antônio Moraes dos Santos. A indicação foi votada e aprovada na sessão da câmara dos vereadores do dia 27.04.1957 por unanimidade de votos. “Foi lido o ofício 10/57 do Sr. Prefeito Municipal (Antônio Moraes dos Santos) indicando o Sr. Waldemar Muzzi para Sub-prefeito de Caarapó em face do pedido de exoneração do Sr. Eptácio Lemes dos Santos (Atas da Câmara de Dourados, 27.04.1957, p. 128). Com relação ao subprefeito Waldemar Muzzi e sua administração, a senhora Helena Antunes Lemes, viúva do mandatário, observa:

[...] Então, o Antônio Moraes dos Santos que foi prefeito de Dourados, aí nomeou ele como subprefeito aqui. Ele [Waldemar] pegou as máquinas, emprestadas do Moraes de Dourados, aí desmatou a estrada do rio Dourados pra cá! Que era tudo pra cá, era só um canudo assim. Aqui ele patrolava as ruas, procurava organizar, dar o melhor pro povo. Eu me lembro de que independente dele ser político ele era uma pessoa bem atuante. Ele vivia ajudando, quando tinha um problema todo mundo vinha correndo no Sr. Waldemar, né?! E o Sr. Waldemar corria pra levar filho doente pra Dourados e trazia de Dourados. [...] Não é porque é meu marido, mas ele lidou muito por Caarapó, ninguém reconhece, mas ele fez (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

O período posterior à criação do distrito de Caarapó e da respectiva subprefeitura é acometido com um silêncio no que se refere a avanços no distrito, sendo notícia somente quando o assunto é o descaso do poder público, assunto já discutido neste capítulo.

⁴¹ Jornal *O Progresso*, edição de 10.08.1952, p. 4.

Nesse contexto é que se nota o início de um movimento destinado a obter a efetiva emancipação de Caarapó, por meio de sua transformação em município. Em Caarapó, o movimento teve o apoio de alguns representantes políticos locais. Euclides Serejo Batista (PSD); Marcolino D'áuria (PTB); João Silveira Viana (UDN), vereador em Dourados por três gestões seguidas, sendo o primeiro vereador eleito por Caarapó; Isaac Espinosa (UDN) ⁴² (OLIVEIRA, 1988).

Alguns anos antes, em 1954, o Dep. Camillo Ermelindo (UDN) já havia apresentado, no dia 5 de março, um projeto de lei que visava à emancipação de Caarapó. De todo o modo, a discussão toma fôlego somente no ano de 1958, quando veio a ocorrer a efetiva emancipação.

De fato, em 1958, em uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, registrada em 15.01.1958, o Deputado Wilson de Pinho, da bancada do Partido Social Democrático (PSD) e representante eleito pela região de Dourados, apresenta um projeto de lei criado em conjunto com o Deputado Adê Marques, pertencente à bancada da União Democrática Nacional (UDN), visando criar o município de Caarapó e apresentando os limites do novo município. Em suas justificativas iniciais, o Deputado Wilson de Pinho menciona a sua atenção quanto aos limites com Dourados, e mais ainda, para que esta criação não “acarrete prejuízos” a Dourados. Termina a sua exposição, ressaltando a importância das discussões em plenário, e das emendas que poderão surgir que auxiliem no desenrolar do projeto: “Acreditamos que este projeto, convertido em lei, irá ao encontro das aspirações da população de Caarapó e irá merecer também o apoio e o aplauso do município de Dourados” (Atas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 15.01.1958, fla. 4-5).

Válido observar que os autores do projeto são filiados a partidos diferentes. Sendo o Deputado Wilson de Pinho do PSD e o Deputado Adê Marques da UDN, os principais partidos da época, o que permite deduzir que, ao menos com relação a esse assunto (emancipação de Caarapó), não havia divergências propriamente partidárias, provavelmente porque os dois partidos tinham votos na região e ficariam bem vistos ao fazerem a vontade da “população caarapoense”. Já a importância destes partidos é destacada por Artur Prado Marques:

Sempre mandou a UDN num mandato e no outro mandato o PSD, principalmente no Estado, com governo do Estado, sempre foi assim,

⁴² Os partidos em questão existiram até 1965, quando foram extintos durante a ditadura militar, e criados apenas dois partidos: a ARENA (de apoio ao regime ditatorial) e o MDB (de oposição ao regime militar).

mandava a UDN quatro ano, e mandava o PSD quatro ano. Quando era a UDN podia saber que na outra eleição era o PSD e foi assim sempre (Entrevista realizada em Caarapó, em 07.01.2013).

Poucos dias depois, em outra sessão datada de 28.01.1958, o Deputado Camillo Ermelindo (UDN), representante do município de Dourados, apresenta a “reconstrução” de um projeto de lei já apresentado em 1954 e que visava criar o município de Caarapó. O mesmo alega que, ao procurar pelo projeto de Lei da criação do município “êle já não se encontrava na Secretaria desta casa, o que me forçou a fazer uma pesquisa e pedir uma cópia autentica do projeto, do próprio Mapa e também de uma lista de quasi duzentas pessoas pedindo sua criação”. O Deputado Camillo continua destacando a necessidade da criação do município de Caarapó.

[...] na reconstrução deste projeto fui obrigado [Camillo Ermelindo] a tirar novos documentos e a Prefeitura de Dourados me forneceu as seguintes certidões: “Certifico, a requerimento de pessoa interessada, que revendo os arquivos e demais documentos desta Repartição, neles constatei que existe no distrito de Carapó⁴³, mais de duzentos prédios no perímetro urbano”.... o terceiro documento “ Certifico que [...] existem no distrito de Caarapó, prédios onde funcionam Grupo Escolar, Sub Prefeitura e Cadeia Pública”. Quero exhibir aos nobres colegas presentes, o mapa da região que foi novamente confeccionado, a meu pedido, no lugar daquele que havia desaparecido, e espero que este projeto de lei tenha seu destino até o fim, porque se naquela época havia necessidade de criação deste município, hoje há mais (f. 3).

Neste contexto, é de supor que os vários projetos apresentados para criação de novos municípios, por deputados estaduais, visavam atender às solicitações políticas de lideranças locais. No caso de Caarapó, temos representantes da UDN e PSD, Euclides Serejo Batista (PSD) e João Silveira Viana/Isaac Espinosa (UDN), assim, tanto Wilson Pinho quanto o Adê Marques quanto o Camillo Ermelindo (e talvez outros) deviam ter muitos votos na região de Caarapó, provavelmente tinham ali muitos “cabos eleitorais” que eram lideranças do povoado e desejavam a emancipação. Então, possivelmente haveria um consenso entre os partidos políticos com relação à emancipação da localidade. Fato comprovado na fala de Mário Duran Leitão:

⁴³ Grafia utilizada nas atas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A grafia atualmente usada, a partir da emancipação, é Caarapó.

Havia um consenso entre os partidos para que houvesse uma facilidade de discussão dos problemas existentes na região, para que fosse se tornar mais prático, mais viável a emancipação do município, por que percebiam já que Dourados, como se destacava no contexto político, Dourados e Ponta Porã, eles não tinham interesse na emancipação dos distritos, que davam lucro e naquela época, a atividade econômica era justamente a atividade primária, que era a exploração da região (Entrevista realizada em Caarapó, em 23.01.2013).

Enquanto isso, na Câmara Municipal de Dourados, no dia 19.11.1958, estava sendo submetido a discussão o Projeto de Lei de autoria do Deputado Martinho Marques, que propunha a criação dos municípios de “Caarapó, Vila-Brasil [atual Fátima do Sul] e Naviray”, sendo que o vereador Aguiar Ferreira de Souza (PSD) propôs a aprovação unicamente do município de Caarapó. No entanto, o presidente da Câmara de Dourados, o vereador Weimar Torres (PSD), manifestou-se favorável à criação dos três municípios, e embora rejeitada a criação do município de Vila-Brasil, se mantivesse a aprovação da criação de Caarapó e Naviraí. Todavia, em votação foi aprovada apenas a criação do município de Caarapó. Em votação, favoráveis à criação dos três municípios estavam Noé de Melo e Weimar Torres, e a favor somente de Caarapó, João da Câmara, José Joel Saburá (PTB), João Viana (UDN) e Aguiar Ferreira de Souza (Ata da Câmara Municipal de Dourados, 19.11.1958, f. 188). Assim, o resultado da votação mostrava o posicionamento da Câmara de Vereadores de Dourados favorável apenas à criação do município de Caarapó, tendo como resultado 4 votos a 2.

Passados alguns dias, sendo exata, no dia 10.12.1958, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o Deputado Wilson de Pinho faz uma exposição com relação ao projeto de Lei da criação do município de Caarapó, fazendo observações quanto aos limites, apresentados por ele no referido projeto, bem como, reitera sua “saída” em relação ao pleito de autor de “projeto vencedor”⁴⁴, em favor de Camillo Ermelindo. Afinal, o Deputado Wilson de Pinho, juntamente com o Deputado Adê Marques, pensando, segundo ele, no bem da população caarapoense, preferiu retirar o projeto de lei da pauta, pois não atende os anseios da população com relação aos limites, antes apresentados por eles. Ele discursa:

Ao ensejo da apreciação pela Casa do projeto de lei de autoria do deputado Camilo Ermelindo, criando o município de Carapó com desmembramento de área do município de Dourados, acho conveniente dar algumas explicações à casa e desta forma prestar também alguns esclarecimentos à nobre população

⁴⁴ Atas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 15.01.1958, fla. 4-5.

do futuro município ora em cogitação e isto desejo fazer porque fui também um dos deputados que se interessou pela criação do município. Tanto assim é verdade que em 15 de janeiro dêste ano, juntamente com o nobre deputado Adê Marques, formulamos semelhante proposição. Com o decorrer dos acontecimentos, com o conhecimento que a população interessada do atual distrito de Carapó teve da proposição de minha autoria e do deputado Adê Marques, ficamos sabendo e eu mais diretamente que o deputado Adê, que os limites por nós arrolados neste projeto não atendiam os legítimos interesses do povo de Carapó. Devo uma explicação de minha parte ao povo de Carapó e ao deputado Adê Marques, que me honrou figurando também como autor deste projeto. Esses limites me foram fornecidos por terceiros, e eu me louvei na procedência do mesmo e foi por esta razão que de boa fé os arrolei no projeto. *Verificando todavia que os mesmos não atendiam aos interesses de Carapó, procurei o deputado Adê Marques, e com êle combinamos fazer a retirada pura e simples do nosso projeto para passar a apoiar a proposição semelhante de autoria do deputado Camilo Ermelindo, por ser o que atendia os exatos e legítimos interesses do povo de Carapó.* Sr. Presidente, está aqui uma atitude que eu faço questão de proclamar nesta Casa, está aqui uma atitude de um deputado que errou de boa fé mas que constatando o seu erro não teve escrúpulos e nem receio de entregar a sua mão a palmatória, e é por esta razão que passamos a apoiar o projeto semelhante do deputado Camilo Ermelindo. E com esta explicação, entendo que o povo de Dourados há de saber fazer justiça a quem retira o seu projeto, para passar a apoiar está justa e oportuna iniciativa do deputado Camilo Ermelindo (Atas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, f. 8, grifos meus).

Não é demais notar que Pinho e Camilo Ermelindo eram de partidos diferentes, o primeiro do PSD e o segundo da UDN. Depois deste discurso proferido por Wilson de Pinho, com tanto lamento, e ao mesmo tempo senso de justiça e entusiasmo, pelo fato do povo douradense não estar desamparado, Camilo Ermelindo diz:

[...] eu não preciso estar com projeto em mãos para agradecer as palavras do nobre deputado Wilson de Pinho, um dos grandes elementos da política douradense a quem neste momento não sei como agradecer. Eu não sabia que êle viria a plenário e externar com esta franqueza, que levanta mais de minha admiração pessoal que eu já mantinha⁴⁵.

Nesta mesma ocasião, o Deputado Martinho Marques (UDN) pede a anexação do seu projeto n. 183/58, “que também interessa à criação do Município de Carapó”, visto que apresentava, juntamente, a criação dos municípios de Naviraí e Vila Brasil. Assim, entra em votação o projeto que cria o município de Carapó, sendo aprovado em plenário em primeira discussão. São arrolados outros projetos de leis que criam outros municípios em Mato Grosso.

⁴⁵ Idem.

E num momento posterior, na discussão em segunda instância do projeto de Lei de Camilo Ermelindo (UDN) sobre a criação de Caarapó, iniciam-se discussões acaloradas entre os deputados, em especial quanto aos limites territoriais do novo município. A crítica principal se faz à Comissão de Redivisão Territorial do Estado, que não anexara “os projetos que versem a mesma unidade, para que não fossem aqui prejudicados os pontos de vista dos senhores deputados desta Assembleia” (f. 2), e conseqüentemente teriam prejuízos os deputados que propunham emendas no projeto.

Pode-se concluir que o grande impasse relacionado ao projeto de lei da criação do município de Caarapó foi a divergência quanto aos limites do município (problema semelhante ao já assinalado, entre Caarapó e Vila Juti, na ocasião em que Caarapó torna-se distrito). Neste caso, o problema é a coexistência de projetos políticos que visavam também a criação de Vila-Brasil [atual Fátima do Sul] e Naviraí, por lideranças políticas, então era preciso saber como ficariam os limites entre todos eles. Por outro lado, é preciso ter em mente que, com a criação de novos municípios, haveria uma perda de arrecadação para o “município-mãe”, isto é, Dourados. Como afirma Mário Duran Leitão: “Dourados, além de ser o polo mais desenvolvido que tinha, era o município que tinha como distrito Caarapó. Não tinha interesse político que Caarapó se emancipasse, porque ele ia perder uma grande área, além de grande área territorial, área econômica”. Assim, supõe-se que, quando houve boatos sobre a anexação do distrito de Caarapó a Ponta Porã, o fator decisivo tenha sido a questão econômica, sendo preferível que Caarapó se tornasse “independente”, não tendo vínculos nem com um e nem com outro.

Contudo, o auge da sessão foi o repúdio do Deputado Wilson de Pinho a um telegrama do prefeito de Dourados, Antônio Moraes dos Santos (UDN), que expôs sua satisfação com a criação dos municípios de Naviraí, Vila Brasil e Caarapó. Wilson de Pinho sente-se ofendido com o telegrama e diz ser favorável apenas à criação de Caarapó.

A fala do deputado Wilson de Pinho revela sérias divergências entre os líderes políticos do município de Dourados – divergências, aliás, que não tinham a ver, diretamente, com a filiação partidária, pois se percebe que, com relação à criação desses novos municípios, políticos de partidos diferentes podiam ter a mesma posição. Em seu discurso, o deputado Pinho se refere à discussão ocorrida na Câmara Municipal de Dourados em 19 de novembro (acima referida), quando a maioria foi a favor da criação apenas de Caarapó, e acusa o prefeito de não respeitar a vontade dos vereadores:

Essas considerações preliminares servem, apenas, para justificar a minha estranheza [Deputado Wilson de Pinho] a esse telegrama do Sr. Prefeito Municipal de Dourados, uma vez que S. Sa. nada tem a ver com o assunto, quando muito poderíamos ver nessa mensagem, apenas, um ponto de vista pessoal do Sr. Prefeito de Dourados. S.Sa. não poderia passar por cima da decisão já tomada pela Câmara de Vereadores, o que importaria na própria inversão dos papéis e a prova de que na Prefeitura de Dourados existem entrechoques, não funcionando Poder Executivo e Legislativo democraticamente (f. 8).

Após a exposição de sua indignação, o Deputado Wilson de Pinho é rechaçado com críticas dos Deputados Martinho Marques e Manoel de Arruda – pertencentes, aliás, ao mesmo partido do então prefeito de Dourados (UDN):

[Martinho Marques] apelo ao nobre deputado Wilson de Pinho, que representa o município de Dourados na Casa, que examine a atitude do Sr. Prefeito Municipal de Dourados com mais calma, com mais vagar, e retifique o seu julgamento, porque o ponto de vista daquela autoridade municipal de Dourados é o ponto de vista do representante direto do chefe do Executivo daquele município, que visa ao bem-estar e desenvolvimento da sua região (f. 9).

Seja como for, é preciso frisar que udenistas e pessedistas eram grupos políticos rivais, que disputavam com afincos as eleições no estado. Isso em esfera local e regional. Não se pode esquecer que esses eram os partidos com mais representatividade no estado. Lembrando a fala de Artur Prado Marques: “sempre mandou a UDN num mandato e no outro mandato o PSD, principalmente no Estado, com governo do Estado”. Igualmente acontecia na esfera local, em especial o município de Dourados, do qual Caarapó era distrito. Nas eleições de 1954⁴⁶, o candidato udenista, Antônio Moraes dos Santos, vence o pleito para a prefeitura de Dourados, contrariando as expectativas locais e estaduais, que acreditavam numa vitória do PSD, partido do qual o Deputado Wilson de Pinho é representante; vale observar que o deputado representava a região de Dourados, o que não impedia que os atritos entre os grupos e os poderes ocorressem.

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, na segunda sessão extraordinária do dia 11.12.1958, retorna à pauta a criação do município de Caarapó. Pelo que se percebe, mesmo o deputado Pinho tendo resolvido apoiar o projeto de Camilo Ermelindo (que propunha apenas a criação de Caarapó), continuava na mesa a proposta de criação de outros municípios –

⁴⁶ Cf. Além, 2011.

revelando, como se observa, uma divergência entre parlamentares do mesmo partido, a UDN. Novamente, a discussão gira em torno da autoria do projeto, visto que o Deputado Martinho Marques (UDN) havia apresentado um projeto em que constava o “desmembramento de Dourados, e criavam os municípios de Naviraí, Vila Brasil e Carapó”, e o Deputado Camilo Ermelindo (UDN) também já havia apresentado projeto visando apenas à criação do município de Caarapó (além do fato de tê-lo feito num momento anterior ao colega de legislatura).

A partir daí começa uma nova discussão, para que se defina qual projeto será colocado em votação. Entra em questão a definição de autoria do projeto, além do fato da criação de quais municípios. Martinho Marques, num ato aparentemente gentil para com o colega de bancada, se propõe a retirar Caarapó de seu projeto apresentado em votação. Contudo, não satisfeito com a proposta do colega, Camilo Ermelindo tece duras críticas à maneira como o mesmo elaborou o projeto, sendo, a meu ver, até certo ponto irônico ao dizer “que Deus permita que seja aprovado, que êle seja venturoso”. Pondera-se que, no frigidar dos ovos, e no clima nada amistoso entre os deputados, embora fizessem parte do mesmo partido, a essa altura do campeonato o que importava era qual projeto seria aprovado, independentemente das condições que se realizassem.

[Martinho Marques] Sr. Presidente: existe um outro projeto análogo constante da pauta abrangendo a criação de um dos municípios que interessa à aprovação do projeto e devo esclarecer a V. Exa. que o projeto é mais antigo que o meu. Se interessa à Casa ou ao autor do projeto, deputado Camilo Ermelindo, peço a V. Exa. Que substitua a colocação da pauta para que seja ressaltado o direito do autor daquele projeto, uma vez que não foi anexado ao meu o projeto do deputado Camilo (f. 7).

[Camilo Ermelindo] O projeto do deputado Martinho Marques pede a criação de três municípios, que Deus permita que seja aprovado, que êle seja venturoso, não há nenhuma analogia; êle pode representar três processos para a criação desses municípios, estou apenas protestando pela maneira irregular que a Comissão competente faz a ligação dos processos; não sou tão teimoso. Ficaria até bastante satisfeito se o projeto fosse aprovado, porém que se faça de uma maneira decente (f. 7).

[Martinho Marques] Não há irregularidade nenhuma no meu projeto, tenho direito de apresentar a criação dos três municípios e não cabe ao deputado Camilo Ermelindo julgar o meu direito. Respeito os seus direitos e peço que respeite os meus. Apelo para a Casa que mantenha o direito de apresentar projetos, de maneira clara como apresentei, sem ferir interesses de quem quer que seja; tenho lutado nesta Casa para manter o direito de apresentar emenda a matéria idêntica, em projetos que os colegas apresentam. Tenho o direito de redigir o projeto constante no mesmo de um município [sic]. Apresentei esses três projetos e eu mesmo apresentei emenda porque era

intenção minha apresentar no projeto do deputado Camilo Ermelindo, mas para não perder o direito e para que isso não acontecesse apresentei emenda ao projeto de criação do município de Carapó para depois apresentar o de Naviraí e Vila-Brasil (f. 7-8).

Encerrando-se a sessão sem nenhum posicionamento da Casa com relação às divergências, a discussão é retomada no dia seguinte.

Na sessão do dia posterior, 12.12.1958, o Presidente da Assembleia, o Deputado Vicente Bezerra Neto (PTB), decide que o projeto que seria colocado em votação era o de Camilo Ermelindo. Num primeiro momento, tudo certo, mas novamente aparece um aspecto que gera discussão com relação aos projetos: os limites territoriais. É interesse de Martinho Marques que os limites do futuro município de Caarapó sofram alteração, tendo em vista a criação de Naviraí e Vila Brasil, municípios que também seriam desmembrados de Dourados. Em parte, Martinho Marques tem suas vontades realizadas. A Comissão de Redivisão Territorial retira ambos os projetos, para que seja realizada nova revisão com relação aos limites de Caarapó, em face da criação do município de Naviraí.

Com isso, parecem ter sido superadas as divergências, de modo que em segunda discussão e sem debates, no dia 12.12.1958 foi aprovado o processo nº 1/58 de autoria do deputado Camilo Ermelindo, criando o município de Caarapó. Sendo votadas as emendas apresentadas no projeto de autoria do Sr. Camilo, e uma emenda do Sr. Martinho Marques. A Assembleia vota a favor das emendas constantes no projeto de Camilo Ermelindo, projeto este apresentado à Assembleia Legislativa no ano de 1954 (f. 2).

Assim, a Lei nº 1.190⁴⁷, de 20 de dezembro de 1958, cria o município de Carapó e dá outras providências:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1 – Fica criado o Município de Carapó, desmembrado do Município de Dourados.

Paragrafo único – O Município de Carapó, a ser criado, terá os seguintes limites: partindo da foz do Piratiny no rio Amambai, por este abaixo até o rio Paraná; por este acima até a foz do Curupaí; pelo Curupaí acima até sua mais alta cabeceira; daí por uma linha à cabeceira do córrego São Francisco; por este abaixo até o rio Dourados; por este abaixo até a foz do córrego Taquara;

⁴⁷ Documentação cedida pela Prefeitura Municipal de Caarapó em dezembro/2013. Diário Oficial de 25.12.1958 p.4.

por este acima até o rio Dourados; por este abaixo até a foz do córrego Taquara [*sic*]; por este acima até sua cabeceira; daí por uma reta à cabeceira do córrego Piratiny e por este abaixo até sua foz no rio Amambai.

O Município de Carapó será em terras desmembradas do município de Dourados, e terá sua sede atual do distrito [*sic*] de Carapó; o distrito de Juty, e o distrito de Naviraí passarão a pertencer ao município de Carapó.

Art. 2 – O município terá por sede a atual vila de Carapó.

Art. 3 – Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1959.

Art. 4 – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio de Alencastro, em Cuiabá, 20 de dezembro de 1958, 137º da Independencia e 70º da Republica.

J. Ponce de Arruda
Frederico Vaz de Figueiredo

Ironia ou não, a Vila de Juti e Naviraí passariam a ser distritos de Caarapó. Tanto a Vila de Juti, quanto Naviraí, somente alcançam a emancipação político-administrativa em 1987 e 1963, respectivamente. Olhando por outra óptica, a criação do município de Caarapó representou a vitória de Caarapó sobre Juti, pois este continuou como um simples distrito, antes subordinado a Dourados e agora subordinado ao próprio Caarapó.

3.4.3. – Emancipação, mas com percalços: as vicissitudes políticas no período entre 1959 e meados da década de 1960

Embora tenha se tornado município com a lei de emancipação, politicamente e administrativamente Caarapó passou por várias vicissitudes, até obter sua efetiva autonomia. Isso ocorreu porque as eleições municipais ocorreriam somente com as eleições gerais de 1962 (cf. a lei 1.215/59⁴⁸, publicada em Diário Oficial de 12.02.1959, de autoria do Deputado Reis Costa, que fixava as datas das eleições para cargos eletivos municipais e distritais dos novos municípios e distritos criados em 1958). Assim, “até que se realizem aquelas eleições [eleições gerais de 1962], os novos Municípios ou Distritos de que trata êste artigo continuarão sob a jurisdição dos respectivos Municípios ou Distritos dos quais foram desmembrados”. O interessante é toda essa discussão em torno do projeto de lei ocorria já em 31.10.1958, sofrendo algumas alterações e com redação final datada de 15.12.1958. Portanto, antes da emancipação de Caarapó que ocorre em 20.12.1958.

⁴⁸ Disponível para consulta na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Consultada em Cuiabá/MT em dezembro de 2013.

A justificativa para referida lei foi apresentada pelo Deputado Sebastião Nunes da Cunha pelo Projeto de lei nº 2/59,

O projeto em tela objetiva assegurar a coincidência dos mandatos, matéria que vem sendo encarada seriamente pelos constitucionalistas da Câmara Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil. De fato, reveste-se de capital importância para o regime a coincidência das eleições municipais, Estaduais e Federais, evitando as dificuldades de eleições ora para prefeito, ora para deputados, ora para Juízes de Paz, prática que não deixa de tumultuar profundamente o ritmo normal da vida econômico-social do país. Além disso, as eleições sempre acarretam grandes despesas não apenas ao erário público, mas, também, às agremiações partidárias. Na administração dos novos municípios, os prefeitos obedecerão o que prescreve a Lei Orgânica Municipal (p. 15-16).

Desse modo, a redação final da lei 1.215/59⁴⁹ previa:

Artigo 1º- As eleições para os cargos eletivos municipais e distritais, dos novos municípios e distritos criados no território matogrossense, na legislatura de 1958, realizar-se-ão conjuntamente com as de 1962.

Artigo 2º- O Governador do Estado nomeará Prefeitos e Juízes de Paz para os novos Municípios e Distritos, até que se realizem as eleições previstas no artigo anterior.

Artigo 3º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 6 de fevereiro de 1.959, 138º da
Independência e 71º da República.

J. Ponce de Arruda e Frederico Vaz de Figueiredo.

A justificativa acima mencionada, embora faça sentido, pode indicar também, por outro lado, que se objetivava manter o *status quo* político existente, mantendo a ordem então vigente, não sendo interessante a autonomia de alguns novos municípios. Usa-se o argumento dos gastos públicos com eleições alternadas de dois em dois anos, o que, a meu ver, é aceitável. Contudo, uma dúvida: a criação de novos municípios era recorrente, e porque somente no ano de 1958 essa criação causou tantas repercussões, merecendo atenção quanto às eleições? Pode-se supor que havia interesses bem maiores do que a simples preocupação com o dinheiro público gasto. Talvez a preocupação encontrava-se em fragmentar as receitas

⁴⁹ Diário Oficial de 18.02.1959, p.1. Em anexo ao processo da Lei 1.125 de 1959. Disponível para consulta na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cuiabá/MT.

municipais dos “municípios-mães. Ou, essa fragmentação territorial traria prejuízos aos “currais eleitorais” de alguns partidos. De todo modo, a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, destacava:

[...] não interessa nem aos Partidos, nem aos políticos, a realização de eleições em 40 distritos e nos 5 municípios recentemente criados. Não compensam as despesas que ocorreriam seja para os cofres públicos, cujos recursos já estão tão minguados, seja para agremiações partidárias, cujos dirigentes, ainda recentemente, empenharam-se em pugna eleitoral, da qual saíram física e economicamente esgotados (p. 17).

O fato é que o projeto de lei foi sancionado e entrou em vigor. Assim, para o recém-criado município de Caarapó foi nomeado para o cargo de prefeito, pelo Governador Ponce de Arruda, o cidadão Cid Viriato Batista (PSD), que tomou posse em 22.06.1959 e administrou Caarapó até 12.07.1961, quase dois anos de administração. Todavia, um novo rebuliço acontece. Tanto o Decreto nº 591, que nomeava o prefeito, como o art. 2º da Lei 1.215, que autorizava o Governador a nomear as autoridades, foram anulados. Igualmente, de acordo com ato publicado pelo Diário Oficial nº 13.952, de 15.12.1961, com vigência no mesmo dia, Cid Viriato foi exonerado e a administração de Caarapó foi entregue a uma Comissão de Vereadores de Dourados, composta por: Arnulfo Fioravante, Theotônio Alves de Almeida e João da Câmara. Caarapó volta à condição de subprefeitura (OLIVEIRA, 1988, p. 29). Com isso, todos os atos praticados por Cid Viriato como prefeito foram anulados, e isso, de acordo com as explicações fornecidas por Oliveira, por que

O município foi instalado incompleto, por isso é que foi julgado inconstitucional o Decreto 591/59. Os seus atos [isto é, os atos do prefeito nomeado] precisavam, impreterivelmente, da aprovação de uma Câmara de Vereadores, e esta tinha que ser a de Caarapó, que não existia, por não ter havido eleições, ou, em última instância, da Câmara de Vereadores de Dourados, que era o mais certo e que não se fez; segundo porque, anulado o ato que nomeou o prefeito, indiscutivelmente ele deixou de existir, ou melhor não existiu de verdade, somente na história do Município (idem, p. 29).

Neste contexto, a emancipação do município de Caarapó continuava válida, “apenas” havendo o retorno administrativo-político ao município de Dourados. O então prefeito de Dourados, Vivaldi de Oliveira (PTB), “pelo ato nº 214, de 03.08.1961, fundamentado na Lei 279 de 06.06.1961, nomeou o 3º sub-Prefeito de Caarapó”: o Sr. Jary Carvalho Maciel, “que

tomou posse em 06.08.1961 e governou o município até 31.01.1963” (OLIVEIRA, 1988, p.29-30). O próprio Jary Carvalho Maciel comenta, com relação a sua nomeação:

Olha, eu acho que era meio relacionado com esse povo, e a gente pertencia ao mesmo partido, Partido Trabalhista Brasileiro [referindo-se à indicação por Vivaldi de Oliveira]. E essa coisa, depois que cheguei a Caarapó o pessoal daqui foi observando, o Sr. João Vianna, Sr. Tibúrcio Desiderio de Araújo, o Sr. Osório Pedrosa da Silva, o Sr. Helói Hermes de Lima e tantos outros me informaram, dando opinião que eu deveria assumir a prefeitura pelos conhecimentos que eu já tinha e o procedimento. Então, isso influenciou bastante para que eu assumisse a subprefeitura de Caarapó, que estava abandonada desde a exoneração do então prefeito Cid Viriato Batista, nomeado por Ato Governamental e posteriormente tornado sem efeito por uma resolução do Governo Federal. Aí quando assumi encontrei a sede da subprefeitura com acervo de documentação e tudo o que ficou ali, como formigueiro, tudo abandonado (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Enfim, chega o ano de 1962 e pelas eleições foram escolhidos Eptácio Lemes dos Santos (caarapoense; UDN) para prefeito e Pedro Lemes Gonçalves (naviriense) para vice. Para vereadores: Artur Prado Marques, Issac Espinosa, Cid Viriato Batista, Auro Ferreira Paz, Luiz Vital Sobrinho, Moacir Shiro Maezuka, Belório Pereira de Souza (OLIVEIRA, 1988, p. 30). Ainda de acordo com Jary Carvalho Maciel, ele foi convidado por Eptácio Lemes dos Santos para assumir a secretaria geral do município, cargo que o mesmo aceitou de bom grado, contudo o teria abandonado por não concordar com a administração de Eptácio, “começou a aparecer contas e coisa de caminhão, enfim, um trabalho meio fora de ética, e eu resolvi, depois de chamar a atenção dele para o fato, e não tendo ele me dado nenhum sinal para aquele abuso, eu resolvi me retirar da secretaria da prefeitura e colocar a disposição, e assim eu fiz” (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

Para concluir esta parte do trabalho, considero válido registrar um interessante episódio de violência política, que levou à renúncia do primeiro prefeito eleito, episódio esse que me foi relatado por Artur Prado Marques. Trata-se de um atentado sofrido por Eptácio Lemes, como desdobramento de um episódio anterior de violência política:

O Eptácio sofreu... Foi o seguinte: O Eptácio era um cara muito inteligente, mas ele era muito turrão, muito mandão sozinho, então ele tinha este defeito. Aí um cabo da polícia e um soldado, deram uma surra no Cid [Viriato Batista], existia uma política muito extremada, sabe? Aí eles tomaram, o Cid tava armado com um revólver, tomaram o revólver do Cid e bateram muito no Cid [...] prenderam o Cid. O Cid era vereador e eu presidente da Câmara. O finado Isaac [vereador] era o secretário, aí eu chamei o Isaac. Eu não

sabia de nada, falaram que foi o Epitácio que mandou, mas eu pelo menos não sei certo se foi ele que mandou, mas, eu acredito que foi, porque polícia não ia fazer aquilo por conta própria. Só que o Epitácio negou toda a vida, eu montei em cima dele pra saber, ele nunca se abriu, aí como eu conhecia o Cid, sabia que era um cara que não aguentava muito desaforo, e ele tinha um irmão aqui nesta cidade [Amambai] que era meio perigoso, chamava Tatão [risos]. Tatão era perigoso. Aí eu falei, quando aconteceu, chamei o Isaac que era secretário e fui lá e falei pro Epitácio: Epitácio, eu vou lá na delegacia e vou soltar o Cid. Aí chamei o Isaac, falei: ô Isaac, vamos lá soltar o Cid? Vamos. O Isaac era bom pra isso. Aí o Epitácio ficou meio assim, você é que sabe. Aí eu fui lá e chamei o Delegado Bilardi. Bilardi, vamos lá soltar o Cid? Ah, tem que falar com o Epitácio. Eu já falei com o Epitácio e você vai soltar o Cid, porque se você não for soltar o Cid, eu vou lá e solto. Porque eu sou o Presidente da Câmara e sou responsável por ele, e isso é um absurdo que fizeram com ele. Se você não vai lá abrir a porta e soltar, eu vou abrir e soltar. Aí ele foi lá meio contra a vontade e soltou o Cid, quando ele saiu todo ensanguentado. Tomaram o revólver do Cid, aí ele falou: “e meu revólver?” “Não, o seu revólver vai ficar comigo, por que não vou lhe entregar teu revólver agora, se eu entregar você vai sair matando gente” [risos], “tá muito bem, você guarda o meu revólver”. Aí eu falei, tá, fica tranquilo que teu revólver vai ficar comigo. Aí não acharam muito bom não! Epitácio não achou muito bom (Artur Prado Marques – entrevista cedida em Caarapó, em 07.01.2013).

E continua relatando:

Aí eu falei pro Isaac, só tem uma coisa, você pode preparar isso não vai ficar assim. Mais será? Você vai ver, conhecendo o Cid e o irmão dele lá de Amambai, do jeito que é, você pode escrever. Aí o Cid saiu quieto, não abriu a boca, não falou mais nada. Aí passou quatro meses. O Epitácio gostava de jogar baralho, de noite ele ia e ficava até 11 horas, uma meia noite jogando baralho. Quando ele levou a mão na porta da casa dele, ele ia entrar pelo fundo, os caras tinha entrado na outra casa vizinha, de um amigo do Cid, os caras entrou pelo fundo e ficou escondido, quando ele levou a mão na porta, os caras atirou nele, deram uns cinco ou seis tiros, aí um tiro pegou aqui [costela esquerda], uma bala 44 pegou no peito dele e outra por aqui (abaixo da costela do lado esquerdo, abdômen) e nas costas dele. A sorte dele, é que o perigoso foi esse, porque o cara o cravejou no coração, mas no que ele foi abrir a porta, o cara atirou e pegou neste lado, aí ficou abotoado a bala, ficou nas costas pra sair do outro lado. Aí ele caiu, ele caiu e ficou de bruços e ficou roncando, só roncava, mas ele tava vivo, o cara que atirou era três, era dois bugres que era criado do Cid e um paraguaio que era meio pistoleiro. Aí o paraguaio ainda passou e acertou o pé nele e falou: esse tá morto, vamo embora, e saíram correndo. Eu morava pertinho assim [distância de uns 50 metros]. Aí quando eu escutei os tiros, a mulher dele, chamada Deroi, Dona Deroi, saiu e gritou: Seu Artur, seu Artur, atiraram. Balearam o Epitácio, aí eu saí correndo, ainda vi eles correndo, ainda enxerguei eles correndo. Aí eles correram [...] Na mesma hora colocou ele dentro e chovendo, aí começou a chover, e chuva, chuva e era estrada de chão daqui pra Dourados, aí nós joguemo ele dentro de uma Kombi, daquelas primeiras Kombi que apareceu, joguemos ele e fomos. Entremos em quatro ou cinco dentro da Kombi, pra poder levar ela empurrada quando no lugar onde ela atolava. Com mais ou menos uma hora, uma hora e pouco chegemos em Dourados. Aí levemos ele naquele hospital antigo de Dourados. Evangélico (Idem).

Epitácio sobreviveu ao atentado, no entanto, desgostoso, nas palavras de Artur, “pediu exoneração, foi aonde eu assumi, o vice tinha renunciado” (os motivos da renúncia também do vice-prefeito são desconhecidos). Quanto à surra em Cid Viriato e o consequente atentado a Epitácio, não é possível esclarecer os motivos que levaram a tal acontecido. Pode-se supor que haveria divergência entre eles, e que essas pudessem ter-se iniciado na administração de Cid Viriato em 59/60 e perdurado/agravado por motivos desconhecidos na administração de Epitácio, lembrando que Cid era vereador neste período.

Com a renúncia de Epitácio, assume a cadeira do executivo o vereador e presidente da Câmara, Artur Prado Marques (15.09.1966 – 31.01.1967), até que o novo prefeito eleito em 1966 assumisse.

Por fim, a fala de Jary Carvalho Maciel resume o clima em que se vivia em Caarapó nessa época: “o povo vivia com a esperança de uma administração que pudesse levar Caarapó para frente, já que era uma espécie de bebê recém-nascido, que tava se formando no meio de uma mata” (Depoimento pertencente ao Museu de Caarapó).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao começar a pesquisa sobre o processo de formação e consolidação do povoado de Caarapó, até que se tornasse município, não poderia conceber resultados tão instigantes. Digo isso, considerando a imaturidade inicial com relação à pesquisa, e aos processos envoltos na mesma. As etapas vivenciadas, que culminaram com esse resultado tão palpável, legível e almejado. A dissertação que aos poucos foi se ajustando, detalhes, observações que ao final fizeram toda a diferença. O cheiro da tinta, marcando o papel, formando frases, parágrafos, capítulos. A sensação de alívio, de dever cumprido se mistura agora à ansiedade da última etapa, a defesa perante a banca. Choro (várias vezes); medo; bloqueio na escrita; leituras e leituras, que por diversas vezes não compreendia nada; pesquisar uma fonte e ao final perceber que não acrescenta nada à minha pesquisa, mas o contrário também ocorreu “n” vezes. Acredito que não tenha sido a primeira e nem a última a sentir isso, porém colocá-las descritas aqui, minimamente, fazem todo o sentido, pois fizeram parte de cada momento vivenciado até a finalização deste trabalho. Aliás, além de elencar um pouco (nem todos os momentos foram traduzidos), é necessário retomar alguns aspectos discutidos neste trabalho.

Um deles foi a presença da Companhia Mate Laranjeira na região, onde o povoado de Caarapó viria a surgir, explorando os fartos ervais nativos, administrando por alguns anos uma considerável fatia da renda estadual. Não obstante, não se pode esquecer a presença das migrações gaúchas, e da paraguaia, sempre presente (trata-se de uma região de fronteira), durante as frentes de expansão. Conquanto não foi e nem é intenção desta pesquisa “demonizar” ou “sacralizar” a presença da Companhia, e sim observá-la em sua historicidade, dentro do processo de povoamento na região.

Verifica-se que a presença dos imigrantes gaúchos e os paraguaios representam para a Companhia uma quebra do monopólio sobre os ervais, visto que alguns se dedicavam à elaboração clandestina de erva-mate. Caso marcante e referencial, quando tratamos de Nazário de Leon, paraguaio, que se instala em 1900 na região onde iria surgir o povoado de Caarapó, fazedor de erva que requereu glebas de terras na localidade, e que teve seus pedidos atravancados pela Companhia. Não é possível dizer com exatidão se Nazário foi o primeiro ou o centésimo a se instalar, mas não se deve desmerecer a sua presença, haja vista que a sua história de luta se entremeia com a própria história do município de Caarapó. Com relação aos gaúchos, alguns se dedicaram à elaboração da erva, outros se dedicaram à atividade pecuarista e até a agricultura de subsistência.

Além de gaúchos e paraguaios, havia na região a presença numerosa de indígenas, dos quais não se pode e não deve esquecer, acompanharam todo o processo de exploração dos ervais. Foram mão-de-obra, fácil e barata, e sofreram com a perda de território diante das frentes de expansão e pioneiras. Espalhados por toda a região viram-se forçados a viverem em aldeamentos mínimos e tiveram o primeiro contato com a cachaça, dizimador de vidas e vício mais do que presente na vida do indígena atualmente.

Concomitantemente ao período de declínio da atividade ervateira na região, a partir da década de 50, vê-se a chegada das frentes pioneiras, simbolizada, entre outras coisas, por projetos de colonização particular, com destaque à nova fonte econômica: o “ouro verde”, o café. Colonização esta presente em Caarapó e na Vila de Nova América. Neste contexto, lembremo-nos de Juti, vila que teve seus anos de glórias com a extração de erva-mate e assiste a uma situação de abandono, ao fim da exploração ervateira, abandonada especialmente pela administração pública de Dourados, o “município-mãe”, fato comum também a Vila Nova América e Caarapó. Com a emancipação político-administrativa de Caarapó, em 1958, a Vila de Nova América e a Vila de Juti passam a pertencer politicamente ao município recém-criado. Sendo que somente a Vila de Juti obtém a sua emancipação, no ano de 1987.

Nota-se que o processo de emancipação político-administrativa de Caarapó acompanhou os interesses da política mato-grossense. Inicialmente, a dificuldade para se tornar distrito, nos anos de 1930, perdendo a autonomia para a Vila de Juti, acompanhando os interesses de Aníbal Toledo. Tornando-se distrito somente em 1948, dependendo politicamente de Dourados, até a sua emancipação política-administrativa em 1958. Emancipação essa que gerou contendas entre os idealizadores (deputados) dentro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

De fato, o processo de formação inicial do povoado, até a criação e emancipação do município de Caarapó, apresentou características comuns a alguns municípios do sul de Mato Grosso do Sul, que foram a presença da Companhia Mate Laranjeira e a presença das frentes de expansão e pioneiras, ainda mais quando se refere a uma região de fronteira. Entretanto, as peculiaridades políticas de emancipação pertencem tão somente ao município.

Penso ter deixado aqui uma pequena contribuição aos estudos regionais. Espero ter levantado algumas questões pertinentes à história, bem como suscitado, com o estudo, elementos que possam ser objetos de futuras pesquisas.

Por agora, vou encerrando...

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes documentais

Acção Ordinária. Rio de Janeiro: 1939.46 f. Disponível no Arquivo Publico de Mato Grosso. Caixa 19. Cuiabá/MT.

Atas da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Disponível na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cuiabá/MT.

Atas da Câmara de Dourados. Disponível na Câmara Municipal de Dourados. Dourados/MS.

Acervo de Jary Maciel. Disponível no Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS.

Depoimentos dos “pioneiros” coletados por Egídio Cariaga, entre 1995 e 2000. Disponíveis no Museu de Caarapó. Caarapó/MS.

Jornais

Medida de urgência! O conserto da estrada de Carapó. Jornal *O progresso*, Dourados, 21 abr. 1951. p. 2.

Não nos esqueçamos de Vila Juti. Jornal *O Progresso*, Dourados, 06 mai.1951. p.1.

O que fazem os vereadores. Jornal *O Progresso*, Dourados 10 jun.1951. p. 1-6.

Caarapó progride. Jornal *O Progresso*, Dourados, 16 set.1951. p.1-3.

Com vistas aos Srs. Fiscais. Jornal *O Progresso*, Dourados, 04 nov.1951. p.4.

Receio infundado. Jornal *O Progresso*, Dourados, 02 fev.1951, p. 1.

O que fazem os vereadores. Jornal *O Progresso*, Dourados, 10 ago.1952. p. 2.

O progresso de Carapó. Jornal *O Progresso*, Dourados, 23 nov.1952. p. 1-5.

Lotes da Nova América. Jornal *O Progresso*, Dourados, 26 abr.1953. p.3.

Um abaixo assinado dos moradores de Caarapó, dirigido à Associação Comercial de Dourados. Jornal *O Progresso*, Dourados, 27 dez.1953. p. 5.

Reclama o povo de Caarapó o preço das terras. Jornal *O Progresso*. Dourados, 23 jan. 1955. p.1.

Agradecendo. Jornal *O Progresso*, Dourados, 08 mai. 1955. p. 2.

Falando com um cafeicultor douradense. Jornal *O Progresso*, Dourados, 11 dez.1955. p.3-4.

Vila Juti – Antiga Santa Luzia. Jornal *O Progresso*, Dourados, 04 mar.1956. p. 4.

Leis

BRASIL. Lei nº 188, de 16 de novembro de 1948. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Caarapó, no município de Dourados. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT, 19 nov. 1948. p. 2. Disponível na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cuiabá/MT.

BRASIL. Lei nº 1.190, de 20 de dezembro de 1958. Cria o município de Caarapó e dá outras providencias. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT, 25 dez.1958, p. 4. Disponível na Prefeitura Municipal de Caarapó. Caarapó/MS.

BRASIL. Lei nº 1.215, de 6 de fevereiro de 1959. Fixa a data das eleições para preenchimento dos cargos eletivos municipais dos novos municípios e distritos criados no território matogrossense na legislatura de 1958, e dá outras providencias. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT. 18 fev. 1959, p.1. Disponível na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cuiabá/MT.

BRASIL. Lei nº 2.115, de 26 de dezembro de 1963. Cria o Distrito de Paz de Nova América, no município de Caarapó. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, MT. 31 dez. 196, p. 8. Disponível na Prefeitura Municipal de Caarapó. Caarapó/MS

Entrevistas

Artur Prado Marques – brasileiro, nascido em Guanambi/ BA, entrevistado em Caarapó/MS em 07 de janeiro de 2013.

Mario Duran Leitão –brasileiro, nascido em Presidente Venceslau/SP, entrevistado em Caarapó/MS em 23 de janeiro 2013.

Obras citadas

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: o extremo sul de Mato Grosso (1940–1970)*. 2003. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo : Contexto, 2008. p. 155-212.

_____. *Manual de História Oral*. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALÉM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)*. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: (1880-1940)*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

BRAND, Antônio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

BRAND, Antônio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. O processo de demarcação das reservas indígenas Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, pelo SPI, e os conflitos de terra, entre as décadas de 1910-1940. In: ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA , 2007, São Leopoldo.

BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, 188 p. dat.

CAMPOS, Fausto Vieira de Campos. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo, 1995.

COSTA, Samira Lima da; MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/258/291>>. Acesso em agosto de 2013.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). *Fontes históricas* –2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-153.

FABRINI, João Edmilson. A frente pioneira e a ocupação do sul de Mato Grosso do Sul. *Caderno Prudentino de Geografia*, n.16, p.159-167, 1994.

FERNANDES, José Antônio. *Erva mate e frentes pioneiras: dois mundos em um só espaço (1943-1970)*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A Participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902- 1952)*. 2007. 111f + anexos. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antônio Jacó. Os Guarani e a erva mate. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 107-126, jan./jun. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Otávio Gonçalves. Dom Thomaz. In: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 387-443,1986. (Série Histórica. Coletânea).

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945)*. 1991. 392 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. In: *Estudos Sociedade e Agricultura* 12, Rio de Janeiro, abril 1999, p. 148-163.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

LOMBA, Roni Mayer. *Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó-MS*. 2011. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH/USP, São Paulo.

MEDEIROS, Joana Prado. *O eldorado de Dourados: a Colônia dos Baianos e a Colônia Café Porã – 1950 a 1960*. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. *Revista OKARA: Geografia em debate*, Paraíba, v.1, n.2. p. 38-61, 2007.

MORENO, Gislaene. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. 633 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.

MORIGI, Valdir José; ROCHA, Carla Pires Vieira; SEMENSATTO, Simone. Memória, representações sociais e cultura imaterial. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, Ano 09, número 14, p. 182-191, 2012. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/waldir_pt.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

OLIVEIRA, José Roberto Rodrigues de. *Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)*. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados. Dourados.

OLIVEIRA, Ramão Vargas de. *Conhecendo Caarapó: geo-história do município*. Campo Grande: FCMS; Caarapó: Prefeitura Municipal, 1988.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN, Jérri R.; VASCONCELOS, Cláudio A. de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 19-46.

_____. Articulações Econômicas e Vias de Comunicação do Antigo Sul de Mato Grosso (Séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org). *Transportes e Políticas Públicas em Mato Grosso do Sul*. Editora UFGD, Dourados-MS, 2008. p.15-75.

_____. *A Grande Empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares*. 2009. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/2009-12_queiroz.pdf> Acessado em: junho de 2013.

REMOND, René (orgs). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SALDANHA, Athamaril. Capataz Caati. In: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 445-518, 1986. (Série Histórica. Coletânea).

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Comunicação apresentada à Mesa Redonda: “A produção historiográfica e as fontes orais”, no Evento comemorativo ao Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná, em Curitiba, em abril de 2005.

SEREJO, Hélio. *Pelas orilhas da fronteira*. Editora: O Formigueiro Vol. 169 de Formigueiro (Series), 1981.

VIETTA, Katya. Histórias sobre terras e xamãs Kaiowá: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowá de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa fronteira entre o Brasil e o Paraguai. 2007. 512 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

WILCOX, Robert W. Os paraguaios na construção do Extremo oeste do Brasil, 1870-1935. Tradução de Adilson Crepalde *et al.* In: *Revista Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 11-54, jan/jun. 2008.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 25 de agosto de 2014.

Vânia Vieira Lopes